ELES

lo Branco

AO DO PORTO

LHIDAS

JS LIVROS

S

do Quental

Jesuitas

RREIRA

EDITORES

a, 136-138

A

...RARIA

Camilo Castelo Branco

NA

CADEIA DA RELAÇÃO DO PORTO

A propriedade literária e artística está garantida em todos os paízes que aderiram á convenção de Berne; — em Portugal pela lei de 18 de Março de 1911, e no Brazil pela lei n.º 2577 de 17 de Janeiro de 1912.

Camilo Castelo Branco

NA

CADEIA DA RELAÇÃO DO PORTO

REVELAÇÕES COLHIDAS
POR FÓRA DOS SEUS LIVROS

Out of the books.
STANLEY.

I

Chegada ao Porto em 1861. — Antonio de Azevedo Castelo Branco, companheiro de viagem. — Visita aos viscondes de Pereira Machado, e convite para um baile. — Camilo Castelo Branco preso na cadeia da Relação. — Descrição do seu quarto. — Uma bengala em troca de um autógrafo. — Súbita aparição de D. Ana Plácido. — Noticia do baile publicada por Camilo. — Falecimento do António de Azevedo Castelo Branco.

Cheguei ao Porto no primeiro de Junho de 1861, tendo partido de Coimbra na véspera á noite, em companhia de outros estudantes que vinham para férias. Um deles era António de Azevedo Castelo Branco, ha pouco falecido, que ia para Vila Rial de Traz-os-Montes, terra da sua naturalidade.

Alojámo-nos na *Hospedaria do Sol*, um terceiro andar na praça da Batalha. Dos meus companheiros de viagem dois seguiram logo no mesmo dia ou no seguinte para o seu destino,

e António de Azevedo Castelo Branco ainda se demorou dois ou tres dias no Porto.

Para estudantes da Universidade, que traziam na cabeça e no coração as poéticas idealidades de Coimbra, o Mondego, o Choupal, a Quinta das Lágrimas e a música dos rouxinoes do Vale da Arregaça, ouvida do Penedo da Saudade, é forçoso confessar que o Porto oferecia então um aspecto bastante grosseiro e prosaico.

Raras carruagens atravessavam as ruas da cidade, e apenas se viam passar algumas cadeirinhas como meio ordinário de transporte das pessoas ricas, ao passo que enxameavam os machos, as carroças e os moços de fretes, carregados de fardos volumosos, no vai-vem incessante da labutação comercial. Sobretudo, nas primeiras horas do dia, era quasi insuportavel o tédio que produzia n'um cérebro juvenil o martelar estridente dos sócos ou tamancos nas lages dos passeios e nas pedras da calçada.

Nem, ao menos, havia pela manhã um jornal, cuja leitura désse algum pequeno alivio ao torturado pensamento. *O Comercio do Porto*, único periódico que havia na nossa pacata hospedaria, era distribuido de tarde para poder publicar a correspondência de Lisboa, que todos os dias de manhã chegava ao Porto na mala-posta.

Antes de mais nada, deixem-me dizer-lhes que o fim único da minha ida ao Porto era apresentar-me no palácio dos viscondes de Pereira Machado, na rua de Santa Catarina. A senhora viscondessa, era filha do comendador António José Vieira Roiz Fartura, grande proprietário e negociante na Ilha Terceira, minha terra natal, onde ganhou muita soma de dinheiro, e onde tambem gastou o melhor dos seus cabedais. Cidadão benemérito, muito querido e respeitado na Ilha. E é de notar que a senhora viscondessa me trouxera ao colo, no Porto, quando eu tinha tres annos, e, sabendo casualmente que andava então a estudar em Coimbra, escrevera á minha família para me mandar a essa cidade, pois queria vêr-me já estudante, já homem.

Recebido optimamente, apresentei os meus cumprimentos e ao mesmo tempo as minhas despedidas.

— Lá isso não! — atalhou obsequiosamente o visconde. — Não o dispensamos de cá vir no dia 8. Fica desde já convidado para o baile que dou nesse dia para festejar os anos de minha filha.

Anuí da melhor vontade a demorar-me no Porto mais alguns dias para ir ao baile, tanto mais que já se falava muito nessa festa, porque no Porto daquele tempo, diz um folhetinista

portuense, um baile era um acontecimento «sensacional», de que se falava um mês antes e dois mêses depois.

Tornando ao meu companheiro de jornada, António de Azevedo Castelo Branco, como já disse, estava no Porto de passagem para Vila Rial de Traz-os-Montes, e no primeiro dia da nossa chegada foi á cadeia da Relação vêr seu tio, o grande romancista Camilo Castelo Branco, que, perseguido pelo crime de adultério com D. Ana Augusta Plácido, tinha ido entregar-se á prisão no primeiro de Outubro de 1860. Foi logo recluso num quarto de malta, donde o passaram para outro melhor, que ficára devoluto quando um preso, de apelido Marinho, saiu afiançado.

Decorridos seis mêses, em Abril de 1861, Julio Cesar Machado foi ao Porto, e, como desde longo tempo conhecia Camilo Castelo Branco e era seu verdadeiro amigo, visitou-o na cadeia.

Escrevendo sob a impressão do momento, é precioso o seu testemunho ocular, não tanto pelo que toca á descrição do quarto de Camilo na cadeia, como, e principalmente, ao seu estado moral.

Eis o que diz Julio Cesar Machado:

«A cadeia da Relação é horrivel. Eu nunca tinha visto paredes tão negras, corredores tão

escuros — e quartos inficionados por uma atmosfera tão mortífera. Quando perguntei ao carcereiro: — O Sr. Camilo Castelo Branco? — tremeu-me a voz. Onde ia eu encontra-lo e como?!

«Camilo está no quarto em que gemeu o duque da Terceira durante todo o tempo da Junta, e donde o Gravito marchou para a forca em 1829; um quarto, ainda assim, melhor do que eu esperava, quando subi as escadas da cadeia. Uns livros numa estante, alguns papeis sobre uma mesa de escrita, nenhum jornal, e nas paredes estas duas legendas:

«Rebus in angustis facile est contemnere vitam:
«Fortiter ille facit, qui miser esse potest.

«O que pode traduzir-se assim:

«E' facil desprezar na angústia a vida:

«Coragem é viver forte na angústia!

«A segunda legenda é tirada do Eclesiastico, cap. 2.°:

«Ai daquelles que perderam a paciencia!

«Esperava vê-lo abatido e prostrado; nada disso: encontrei-o triste apenas, mas resignado e sereno. Abraçámo-nos longamente.

«Conversámos pouco. Eu não sei lastimar amigos em frente deles. Que precisão tem, quem é infeliz de que tenham dó dele! — Se ha uma cousa que me admira é que naquele

quarto, e naquelas condições de desgraça, ele tivesse podido trabalhar. Quando o sr. José Estevam, indo-o visitar, lhe disse isto mesmo, Camilo respondeu apenas:

«— Que remédio! Pois o que faria no meu caso?

«— Dava com a cabeça num ferro!

«Pobre Camilo! Em quantos ferros teria dado com a cabeça, se perdesse a coragem em cada um dos grandes revezes que lhe teem perseguido a vida? Ele, sorri, trabalha, e espera. Num album que lhe haviam enviado, e que ainda estava sobre a mesa, escrevera, momentos antes de eu entrar, estas duas linhas:

«Pois não basta a prisão! Querem tambem infligir-me o album?» [1]

Camilo Castelo Branco deixou tambem nas *Memórias do Cárcere* uma breve descrição do seu quarto.

Cotejando as duas descrições, observa com razão Alberto Pimentel, no *Romance de um Romancista* (pag. 254), que Camilo Castelo Branco abrira duas inscrições nas paredes do seu quarto, «porque o romancista... apenas se refere a outras duas, que já encontrára, quando entrou».

---

[1] *A Revolução de Setembro*, n.º 5.701, de 7 de Maio de 1861.

Na cadeia escrevia *Revistas do Porto*... «*Revistas do Porto* nos jornais de Lisboa, e parece-me que tambem escrevi *Revistas de Lisboa* nos jornais do Porto», como ele proprio espirituosamente diz nas *Memórias do Cárcere*.

Eram horas de jantar quando António de Azevedo voltou da sua primeira visita á cadeia da Relação. Perguntando-lhe eu como tinha achado seu tio, respondeu-me, pouco mais ou menos, isto:

— Assim, assim. Pouco falámos. Teve lá hoje muitas visitas, entre elas o poeta Pinto Ribeiro e Arnaldo Gama.

Acabado o jantar, Azevedo Castelo Branco saíu logo, e, quando voltou para casa, vinha furioso!

— Sabes que a meu tio — disse-me ele — é permitido saír da cadeia a passear, para bem da sua saude, e sai algumas vezes. Ora, meu tio é um doido! Imagina tu como o fui encontrar esta tarde na rua de Santo Antonio, a rua mais concorrida, a rua principal do Porto? Com um par de botas de elástico para D. Ana Plácido, mas sem serem embrulhadas, homem!... Levava as botas na mão! Umas botinas pequenas, que logo se via serem de mulher! Ora, aqui está como meu tio é! Um desgraçado! Faz gala do escandalo! Com estas e outras anda

por aí a insultar estes burguezes do Porto, sem se lhe dar para cousa nenhuma de que serão eles que um dia hão de constituir o jury, que tem de o julgar e o pode mandar para o degredo!

No dia imediato, logo depois do almoço, Azevedo Castelo Branco, entrando no meu quarto, encontrou-me deitado sobre a cama a ler um livro, e disse-me:

— Sais agora pela manhã?

— Não saio senão de tarde — respondi — por causa do calor.

— Pois então levo a tua bengala, e logo t'a trago. Vou á cadeia vêr meu tio.

A bengala era de cana da India, canelada ou estriada, e tinha sido adquirida por mim em Lisboa, nas férias grandes do ano anterior. Como lhe dera pouco uso, por causa do viver académico, estava como nova e era uma bonita bengala.

Passei toda a manhã a ler.

António de Azevedo chegou, como na véspera, á hora do jantar, mas notei que não trazia a bengala. Disse-me logo:

— Sucederam-me hoje na cadeia duas cousas singulares, e ambas me contrariaram o mais possivel. A primeira foi com a tua bengala.

— Como assim?

— Eu te conto. Meu tio hoje não teve nenhumas visitas, e por isso estivemos sempre de palestra. Conversámos muito. Porém, no meio da conversa, meu tio distraídamente tirou-me a tua bengala das mãos, e a brincar com ela ia ao mesmo tempo falando, quando de repente se calou... Pôs-se a examinar miúdamente a bengala, e disse-me estas palavras:

— Gósto muito da tua bengala pela leveza, Antoninho. Dás-me esta bengala?

— Meu tio, essa bengala não é minha. Pertence a um estudante, que veiu comigo de Coimbra, e é meu companheiro na hospedaria. Mas, se o tio faz muito gôsto na bengala, pode ficar com ela, porque o tal estudante é meu amigo, e estou bem certo de que terá muito gôsto em lh'a oferecer.

— Pois então, se não é tua, não a quero — respondeu Camilo Castelo Branco. — Entrega-a a seu dono — e passou-me a bengala para as mãos.

— Mas eu insisti em lh'a deixar e não sei se fiz bem. Disse-lhe que eras admirador do seu talento e das suas obras, dedicado ás belas letras, e que até já tinhas publicado alguns versos nos jornais de Coimbra.

Meu tio, parecendo ceder ás minhas instâncias, disse-me por fim:

— Pois, se ele me der a bengala, traze-m'o aqui ámanhã para eu lhe agradecer.

— E lá deixei a bengala. Não sei se fiz mal...

— Fizeste muito bem — acudi logo — e tenho muita honra nisso.

— Ofereces então a bengala a meu tio?

— Com muito gôsto, mas com duas condições...

—?...

— A primeira é que ele nunca jamais em tempo algum se sirva dela para me dar bordoada na imprensa, se por lá me encontrar... A segunda — desejo em troca um autógrafo. Pega de cima da mesa de teu tio em qualquer pedaço de papel escrito por ele, e traze-m'o.

Ficou tratado.

Em seguida, António de Azevedo deu em silencio largos passos pelo meu quarto. Parecia agitado e nervoso, como quem quer vêr-se livre de qualquer cousa que o oprime e mortifica.

— Vamos lá á segunda e maior contrariedade — disse ele, sentando-se novamente.

Devo aqui observar que Azevedo Castelo Branco me contou então ter visto naquele dia, pela primeira vez, D. Ana Augusta Plácido, com um lindo roupão branco, guarnecido de rendas, e os compridos cabelos soltos.

— Confesso-te — disse ele — que me deixou

fascinado esta súbita visão dantesca! O imprevisto de semelhante lance, aquella formosa mulher, branca como uma pomba, por entre os ferros da escura masmorra, e a imaginação exaltado por um vivo clarão de poesia, que brotava dessa mesma situação, puzeram em extasi os meus olhos pregados na D. Ana Plácido. Meu tio, que não tinha dado por ela, ficou surpreendido pelo assombro, que se lia no meu rosto, e, querendo saber a causa, voltou a cabeça. Reconhecendo então que era ela, a sua mulher fatal, disse-me entre risonho e irónico:

—De bem pouco te admiras, meu António. Se gozasses da sua intimidade, verias que não ha cousa mais insípida!

E mais ele, António de Azevedo, ainda não sabia que, justamente nesse tempo, um rapazito de 11 a 12 annos, que depois viria a ser muito amigo de ambos, Alberto Pimentel, passava duas vezes á cadeia para a escola, de manhã e de tarde, levando ao hombro a saca dos livros, e nunca deixava de «olhar para a janela do cartório, onde ás vezes via Camilo, ou para a do quarto de D. Ana, no mesmo pavimento, onde tambem ás vezes a via a fumar charuto como um homem» (*Amores de Camilo* por Alberto Pimentel, pag. 318).

Passemos adeante.

António de Azevedo partiu no outro dia, não sem primeiro se despedir de seu tio, e de me entregar o autógrafo que eu lhe pedira.

Dizia assim:

«Em um daqueles seus dias de muita desconsolação, Guilherme do Amaral levantou o rosto de sobre as palmas das mãos, que assentavam no mármore de uma jardineira, contemplou as estantes dos seus livros, e disse mentalmente:

«De que serve aquilo?!»

É o principio dos *Tres médicos*, que foram publicados pela primeira vez em folhetins.

O baile dos viscondes de Pereira Machado realizou-se no dia 8 com o concurso de quinhentos homens e duzentas senhoras. De Lisboa estavam duas pessoas notaveis, Casal Ribeiro e o conde de Ficalho.

Camilo Castelo Branco não foi a esse baile, nem podia ir, ainda que recebesse convite, porque a portaria de 24 de Abril de 1861 (que já vi publicada), dirigida ao presidente da Relação do Porto e assinada pelo íntegro ministro da justiça Alberto António de Morais Carvalho, dizia textualmente que o juiz do 1.º distrito criminal do Porto — «faça examinar aquele preso (Camilo Castelo Branco) por tres facultativos, e, no caso de se concluir do exame que sofre actualmente de moléstia grave, pela qual

necessite dos passeios requeridos, haja de regular a permissão deles de modo que sejam só para remédio, e não para outro qualquer efeito, empregando, porém, todas as cautelas e seguranças necessarias.»

Todavia, houve logo quem levasse á cadeia notícias do baile, e não foi com pequena surpreza que, poucos dias depois, li a crónica do mesmo baile, feita pelo insigne escritor. *In memoriam*, e por serem bocadinhos de ouro, não resisto a transcrever as linhas seguintes:

«Dançou-se no Porto na semana passada, pela primeira vez, a quadrilha franceza denominada «Principe Imperial». Este acontecimento foi arquivado nos jornais da cidade eterna, e devia sê-lo. O cavalheiro que deu azo a esta novidade foi o sr. Guilherme Augusto Machado Pereira, abrindo os salões do seu magnífico palácio. Entre seiscentas pessoas concorreram duzentas senhoras, á competencia de galas e formosura. Trajam ricamente as damas portuenses. Ainda que fossem menos belas, sairiam com muito lustre destas brilhantes exposições pelo muito esmero de luxo com que enfeitam os corpos. Não pompeiam menos em adornos do espírito; estes, porém, nem são essenciais á beleza, nem mesmo proveitosos á vida. O sr. Machado Pereira deu aos seus convidados uma

ceia de Apício: a profusão só podia ser deslumbrada pelo gôsto. No Porto cozinha-se muito bem, e come-se admiravelmente. Uma senhora, toda mimo e vapor, não tem dúvida em comer dois ou tres *croquets*, na presença do poeta, que lhe ha de no dia seguinte chamar brisa de setim. Aqui as damas e os poetas sabem que é necessária e rigorosa a lei fisiológica da nutrição, imposta á ignobil economia humana. Sem nutrição não ha sangue, nem palpitações, nem rosas na face, nem lume nos olhos, nem paixões, nem amor, nem cousa alguma agradavel fóra do romance, em que a gente nunca sabe o que as heroínas comem. O sr. Guilherme Augusto Machado Pereira realiza na sua casa os quadros mais sedutores do romance honesto, ocasionando espirituais colóquios entre as almas que ali se ajuntam, e sobre isto, que é sublime por ser espiritual, brinda a porção material dos seus hóspedes com uma farta mesa de iguarias exquisitas, que são as epopeias do estomago. O sr. Machado Pereira voltou rico do Brazil; mas, quando foi, já de cá ia civilizado; é filho do Porto, e bem merece a muita estima em que é tido nesta sociedade» [1].

---

[1] *A Revolução de Setembro*, n.º 5.735, de 20 de Junho de 1861.

Guilherme Augusto Machado Pereira era visconde de Pereira Machado.

António de Azevedo Castelo Branco faleceu a 5 de Janeiro deste ano na sua casa da Timpeira, proximo de Vila Rial.

Pouco antes do seu fim, enviou-me as seguintes linhas:

«Vila Rial 8-10.°-915.

«Agradeço muito do íntimo os teus parabens pelas melhoras; mas ainda te escrevo de um hospital.

«Com saudosas recordações da nossa mocidade te abraço com a efusão de uma velha e constante amizade.

«*António de Azevedo Castelo Branco*».

II

Versos do Amélia Jany. — O que era Coimbra, quando Camilo por lá andou, e o que era em 1861. — Ao deixar para sempre os estudos da Universidade, Camilo vende a capa e a batina por dez tostões e um vintem, e um Tito Livio, edição princeps, por 720. — O estudante Vieira de Castro riscado «in perpetuum» da Universidade. — Primeira noticia do romance histórico de Arnaldo Gama «Um motim ha cem anos», e de um segundo livro de versos do poeta Pinto Ribeiro Junior.

Camilo entretinha-se na cadeia não só com os seus trabalhos literários, mas com os dos outros: livros que lhe ofereciam, publicações que lhe mandavam, e confidências de escritores, que o iam visitar e lhe davam notícia das suas lucubrações.

Citarei exemplos de um e outro caso, transcrevendo as finas observações, por vezes muito chistosas, que lhe acodem espontâneas aos bicos da pena.

Quanto ao primeiro:

Em carta dirigida a um amigo, que lhe escrevia de Pedrouços, com o pseudónimo de *Petrónio*, Camilo recomendava-lhe a leitura de uns versos de Amélia Jany, e dizia o seguinte:

«E' de Coimbra a dama, não te sei dizer mais nada. Se as auras do Mondego lhe vaporam de aromas as tranças castanhas ou loiras; se nas cristalinas águas da linda Inês se espelham os olhos azues ou negros da poetisa, tambem não sei. Coimbra, Mondego, Jany, tudo isto é poesia.

«Os versos dizem assim:

Vi-te

Vi-te gozando carinhos
De falso amor,
Pisando aos pés a virtude,
Sorrindo á dôr.

E que pena me inspiraste,
Que compaixão,
Ao vêr-te tão orgulhoso
Na perdição...

Vi-te em fôfa carruagem
Pobres calcar!
Da vitima o grito ouvindo
Alem passar!

E ao vêr-te tão cruel,
Tão insultante,
Lembrou-me teu peito outrora
Tão terno e amante.

Vi-te esgotar nas orgias
Toda a riqueza,
Do trono descer ao estrado
De agra pobreza.

Desvalido e desgraçado
Inda te amei!
Recordei-me de teus vícios,
Não te odiei!

Vi-te esmolando o sustento
De porta em porta,
O corpo curvado e magro,
A alma já morta.

E lamentei deste mundo...
O leve pó...
Amigo emquanto rico,
Se pobre — só!

E vi-te do desespero
Na hora fatal
Bater á porta benéfica
Do hospital.

Da borboleta das salas
Que é do troféo?
Ao naufrago da desgraça
Só resta o céo!

Ouvi-te na hora extrema
Ao confessor
Pronunciar o meu nome
Com santo ardor;

Com ele morrer nos labios,
E arrependido
Do puro amor que te dera
Haver traído!

Nos lances tristes da vida
Acompanhei-te:
Vi-te morrer como um anjo,
E perdoei-te!...

«Eu desejo sinceramente que esta melancólica história seja toda imaginária, para me não condoer da vida trabalhosa do malfadado heróe da poesia, e tambem dos dissabores da mimosa cantora.

«No nosso tempo de Coimbra, meu caro Petrónio, a poesia estava em tudo, menos nas senhoras. O aspecto taciturno e desconfiado das damas era como um capacete de neve nas cabeças ardentes daquela mocidade que enxameava no *Penedo da Saudade* e *Águas de Maias* a namorar a natureza, e Tereza Fortunata tambem. Não se chamava Tereza Fortunata uma onzeneira que me comprou a loba e capa por dez tostões e um vintem? Que saudades eu te-

nho dos meus vinte anos, e de um Tito-Lívio, edição princeps, que vendi por sete centos e vinte na rua de Quebra-costas! Os mancebos, que viviam de aspirações e do creme do Paço-do-conde, onde estão eles? Depois que os reposteiros dos gabinetes se ergueram para eles passarem, perdi-os de vista.

«São todos, ou todos foram ministros. E tu mesmo, Petrónio, que ainda te conservas fiel á religião do folhetim, has de apostatar...

«Tornando ás mulheres...

... onde não ha mulheres
Vida nem gosto não ha

diz o poeta Sá de Miranda; e eu, a falar a verdade, só falando delas sinto que a pena corre de vontade. A Coimbra de hoje é muito ao invés da nossa. Emancipou-se a geração, que floriu, depois que a mocidade nos lá morreu. As senhoras deixaram-se vêr ao resplendor do sol, e creio tambem que ao clarão da scismadora lua naquele jardim de feijão carrapato do Carôlo, que tu nunca viste, e onde eu me perfumei dos olores da couve lombarda, ha tres anos.

«Com o mostrarem-se as damas, regenerou-se a academia. Uma meia rota, um sapato cambaio, uma capa com emplastos de lama, é hoje ignominia em Coimbra. O estudante engraxa-

se, friza-se e engenha enfeites. Bem sabes que o Vieira de Castro foi riscado *in-perpetuum*, porque inventou um calção de seda apresilhado na canela por botões de pérola. A sorte de toda a gente que inventa!» [1]

Nesta parte, é fora de duvida que foi mal informado Camilo Castelo Branco.

Vieira de Castro não inventou cousa nenhuma, nem sequer o calção de seda abotoado com pérolas.

Pois, tal qual o refere Pedro Eurico [2] nas *Figuras do passado* (pag. 53), o caso foi assim:

«Por edital afixado logo no começo daquele ano letivo (1859-1860), o reitor determinou o rigor dos trajes, isto é, a batina completamente abotoada, o sapato e meia, o cabeção e volta.

«Nada de gravatas de cores; nada de botas ou calças caídas sobre elas; o que tudo durante o doce regimen do vice-reitor, José Ernesto de Carvalho e Rego, havia sido tolerado e permitido.

«Proibição completa! Mudança rápida de costumes!

---

[1] *A Revolução de Setembro*, n.º 5805, de 13 de Setembro de 1861.

[2] Pseudónimo de que usa um magistrado muito ilustre, que está hoje aposentado.

«Mas Vieira de Castro, com a ousadia que lhe era própria, apresentou-se um dia na Universidade com a calça caída sobre botas de elástico com gáspeas de verniz!...

«Escândalo de lesa-disciplina!

«O guarda-mór, Basilio José Ferreira, em termos mais ou menos inconvenientes, admoestou Vieira de Castro. Este replicou-lhe logo com a palavra, que é atribuida a Cambrone, e cuja verdade histórica muito tem sido discutida.

«O guarda-mór intimou-o a ir á presença do reitor.

«Vieira de Castro recusou-se.

«Dahi um conflicto, cujas proporções pode calcular quem conheceu o génio violentíssimo do ardente mancebo, que depois veiu a ser um grande infeliz!

«Formado processo académico, foi, como *reincidente*, expulso pela segunda vez, e riscado perpetuamente!»

Quanto ao segundo caso, direi que o poeta Pinto Ribeiro Junior, hoje quasi esquecido, de quem Camilo costumava dizer que, depois de Castilho, era quem melhor metrificava em Portugal, e o romancista Arnaldo Gama, iam bastantes vezes vê-lo á cadeia, e naturalmente a conversação versava sobre literatura.

D'essas palestras resultaram estas curiosas

informações, que o grande escritor deu aos seus leitores:

«Arnaldo Gama está concluindo um romance histórico. É o facto do cadafalso que o Pombal mandou hastear na Cordoaria para enforcar uns vinte e tantos homens que conjuraram contra a Companhia dos Vinhos. Esta é a causa aparente do suplício; mas o sr. A. Gama diz que possui documentos que denunciam outras causas menos hónrosas á política sanguinária del-rei-conde de Oeiras» [1].

Camilo anuncia tambem a próxima publicação de um segundo livro de versos de Joaquim Pinto Ribeiro Junior, e faz o juizo crítico do primeiro volume, *Lágrimas e flores* nos termos seguintes:

«Joaquim Pinto Ribeiro Junior, o poeta das *Lágrimas e flores*, vai publicar um segundo volume de versos. O senso público apreciou o primeiro livro consumindo duas edições. É uma leitura que ensina a linguagem pura, e deleita o espírito, e obriga a pensar: qualidades que muitas vezes valem o desprimor de um livro. Quem consente de bom animo que o obriguem a pensar? Quem abre um livro de versos para que

[1] *A Revolução de Setembro*, n.º 5735, de 20 de Junho de 1861.

o faz senão para não pensar? Em quanto a ensino de linguagem, isso é tomado á conta de nada. A opinião vulgar é que o essencial e o preciso é entender-se a gente. Desde que a idéa de uma língua universal se derramou, já pouca gente quer ter língua sua característica. Pinto Ribeiro, porém, é dos raros poetas que teimam em ser portugueses, e este é-o, estreme, e apaixonado de Francisco Manuel do Nascimento, do qual joeira com bom discernimento as velharias e latinismos desnecessários. »[1]

[1] Idem, n.º 5803, de 11 de Setembro de 1861.

III

Notícia histórica dos folhetinistas do Porto. — O palácio de cristal. — O rombo na cadeia da Relação e o fantasma do juiz no telhado da mesma. — Chegada das primeiras famílias ás praias de banhos.

Nos mêses de Junho e Julho de 1861, não direi que Camilo se preocupasse com os vários assuntos que prenderam por momentos a sua atenção, mas é evidente que se interessou por eles, a ponto de lhes consagrar muitas linhas, repassadas da sua vivacidade e ironía habituais.

Tais são os folhetinistas do Porto, o palácio de cristal, o rombo na cadeia da Relação, e a chegada das primeiras famílias ás praias de banhos.

Durante esse ano, Camilo Castelo Branco publicou grande número de folhetins no orgão do partido regenerador em Lisboa, a velha *Revolução de Setembro*, tendo aparecido entre eles

Do palácio de cristal diz o seguinte:

«Um palácio de cristal no Porto já não é uma utopia de cristalinas imaginações. O dinheiro é a alavanca de Arquimedes. «Dai-me um ponto de apoio e eu deslocarei o mundo,» dizia o filosofo. Dai-me dinheiro, e eu cristalizarei a cidade eterna. É que o Porto está riquissimo. Os capitais não sabem já onde hão de frutificar cinco por cento. E os capitalistas começam a descrer de Christo e da sua palavra, porque este dissera: «dar-vos-ei cento por um,» e as cousas correm de modo que de aqui a pouco será muito feliz quem tirar um por cento. O que eu não sei é se Jesus fez esta promessa a uns cavalheiros que ele encontrou uma vez dentro do templo.[1]»

Foi tambem n'este mês que houve na Relação grande reboliço por causa de um «rombo feito na cadeia pelos presos, que se não achavam extremamente bem na enxovia do Senhor de Matosinhos, denominação blásfema para designar uma possilga horrorosa». É extraordinario o partido que tirou desse caso a opulenta imaginação de Camilo. Soldados, fantasmas de desembargadores, gatos em noites de janeiro, volteando todos numa dança macabra sobre o

[1] *A Revolução de Setembro*, n.º 5740, de 27 de Junho de 1861.

terraço da cadeia, e enchendo meio mundo de pavor! O rombo, com efeito, parecia ter dado volta ao miôlo de muitas pessoas!

«Era uma romaria continuada de gente a examinar o rombo — escreve o autor do *Amor de perdição*. — No dia imediato a autoridade, que superintende na segurança dos presos, foi avisada de que no terraço da Relação aparecia uma cabeça, espreitando por detraz da *justiça* de pedra, que fórma o tôpo do frontespicio. Para logo a autoridade mandou uma força de doze soldados devassar no telhado da cadeia, ás dez horas da noite, de baioneta calada. E, como não aparecesse alguem, o povoléo, que espreitava a cabeça atrevida que lhe fazia trejeitos por detraz da justiça de granito (única que conserva a sua cara limpa de manchas na Relação do Porto), disse que era o espectro de um desembargador, que dera por dinheiro uma sentencia injusta. Isto é o que se assevera. Se isto assim é, se os juizes corrutos são condenados a vagarem insepultos no terraço da cadeia, daqui a alguns anos hão de ser por lá mais os fantasmas que os gatos em noites de janeiro.» [1]

No fim deste mês começaram de chegar das

[1] *A Revolução de Setembro*, n.º 5.765, de 27 de Julho de 1861.

termas ao Porto muitas pessoas que lá tinham ido buscar remédio para os seus achaques. As quintas e praias proximas, Leça e a Foz, principiavam a povoar-se de forasteiros e banhistas. Camilo, registando esse movimento com a sua graça natural, dá vida e animação aos grupos de homens e mulheres, e traça de caminho o ridiculo perfil de um brazileiro pretencioso e casquilho, «que aproava o nariz impossível a cada beldade que lhe enviava uma brisa perfumada dos seus vestidos.»

Ouçamos o mais que ele diz:

«A flor da sociedade portuense está em caminho de Leça, da Foz e das quintas. O namorado Neptuno já freme de amores coleando-se voluptuoso em redor das fragas. As esquivas damas vestem-se de baeta para as núpcias, e muitas delas já se balouçam entre as ondas com a graça e o donaire da Venus, nascida da espuma. As meninas daqui são Venus, mas Urânias; faço a distinção para os fins convenientes. Muita gente boa, cópia de senhoras muito respeitaveis, vão a banhos de mar, e desprezam da altura da sua dignidade os amores de Neptuno. O que elas querem é curar a sua dispepsia, a sua enxaqueca, a sua dôr sciatica e outras calamidades que veem depois que a folhagem do estio e os frutos do outono caíram, uns sasonados, outros podres.

Em Vizela foi este ano numerosa a concorrência de elegantes de ambos os sexos. Entre os Narcisos, avultava no oriental do bigode e nas atitudes estatuárias um brazileiro, de que Amatheia lançaria mão, se o visse, cuidando que era o objecto da abundância, que lhe deram os deuses. Sobre um pilar de joanetes, o confesso Sganarelo aproava o nariz impossivel a cada beldade que lhe enviava uma brisa perfumada dos seus vestidos.» [1]

Parece-me que só ele, o grande mestre, possuia o segredo de dizer essas e que tais facécias de uma maneira natural, e por fórma tão engenhosa e velada.

[1] *A Revolução de Setembro*, n.º 5.765, de 27 de Julho de 1861.

IV

As Felizardas — Viagem de D. Pedro V ao Porto, Braga e Famalicão. — D. Pedro V fala duas vezes com Camilo na cadeia da Relação. — Previsão errada — Braga fiel e o Porto ladrão. — Oferta extravagante de um cavalo lazarento, que Camilo devolve em melhor estado a quem lh'o ofereceu. — A biografia de Camilo por Vieira de Castro. — Juizo crítico de Camilo e judiciosas observações de Alberto Pimentel sobre essa obra.

E' chegada a epoca balnear, e as senhoras provincianas, que vão banhar-se á Foz, deram assunto a Camilo Castelo Branco para um quadro soberbo, no estilo da escola realista.

Observado minuciosamente, esse quadro apresenta diferentes aspectos, dos quaes vou aqui reproduzir alguns, os que me parecem mais interessantes. O leitor verá que não perde o seu tempo em saborear esses frutos opimos de um

talento brilhante e vigoroso em toda a sua prodigiosa evolução.

Bem poderia esse quadro denominar-se *As Felizardas*, pois tal é o feio e prosaico nome que desdenhosamente lhe dá. «Descem da montanha as Felizardas», diz elle. E de aí em deante é um nunca acabar de chufas e vitupérios sobre as roliças e espadaúdas matronas, que, pelo seu garbo e desempeno varonis, metem num chinelo as meninas portuenses.

Habituado ao Porto, onde residia desde muitos anos, nada é para admirar que Camilo quinhoasse do prejuízo, geral naquela cidade, de não ser esta considerada como pertencente ás províncias. O Porto, no tempo em que havia religião do Estado, era a cidade da Virgem e a segunda cidade do reino, o baluarte inexpugnavel da foragida liberdade e *muchas cosas más*: em suma, o Porto era... o Porto!

Camilo chega até a estabelecer uma perfeita distinção entre as damas portuenses e as provincianas, como se vê das seguintes linhas:

«*A menina portuense*, ao entrar no banho, tirita e se contorce entre os braços da banheira, que a incita á intrepidez de mergulhar. Ali vai ao lado dela a *senhora provinciana*, arrastando airosa a túnica de baeta, gesticulando com arrogante denôdo, e encarando na onda com a

soberba de quem demarca ao Oceano os seus limites com a ponta do pé [1].»

E, como introdução ou sinfonia de abertura, Camilo rompe nestes dizeres:

«Elas aí veem, as frescas virgens da serra, escarlates como as mulheres bíblicas, de pulso varonil e peito de amazonas. Elas aí estão, afrontando-se com a vaga bramidora, e entrando na agua com o rosto alto e o passo firme dos fortes de Israél, fugindo os Faraós. Isto sim que são mulheres de carne e alma.

«Lá nas gargantas da serra, o ar recende á flor da urze; as nortadas são sadias e repucham os nervos; o sangue é mais rico de glóbulos cruóricos; o coração pulsa mais rijo e vulcaniza o sangue, que é grande parte no amor, segundo uns fisiologistas, e não pouco na virtude, apesar de grandes moralistas.

«Estas Felizardas são as relíquias das antigas matronas portuguesas.

«Quem quizer ajuizar das intrépidas de Diu e de Gôa, não lhes contemple as netas, pálidas do espartilho, dessoradas das fadigas do baile, e resequidas ao calor dos fogões. O bom sangue de Portugal está nas Felizardas, que levam

[1] *A Revolução de Setembro*, n.º 5783, de 18 de Agosto de 1861.

do Porto para a província um arratel de chá para remedio nas dores de ventre, e apenas apertam a cintura no dia do noivado, como as mulheres patriarquais, com o cinto virginal. Estas possantes damas não veem ao mar fortalecer os nervos; veem quebrantar a força exuberante dos músculos; veem arcar com a vaga para dobrar a fibra de aço que anceia a luta; veem, finalmente, aos emolientes e não aos tónicos.

«O apetite não lh'o estimula o nitro do mar, nem a maior força motriz do estomago: comem sempre bem; digerem o feijão, como se feijões fossem brisas; fabricam em moléculas de bom chylo as pás enormes do cevado que trazem e espostejam com aquela homérica abundancia dos festins de Penélope. Não sei se rugem mastigando, como os heróis e as heroinas do cego de Smirna; o que de sobra sei é que engolem todo aquele comboio de batata e toucinho e feijão-frade.

«Em presença do Oceano é que a plástica se maravilha da força magestosa de uma Felizarda puro-sangue [1]».

Outro aspecto deste maravilhoso quadro:

---

[1] *A Revolução de Setembro*, n.º 5783, de 18 de Agosto de 1861.

Como amam as Felizardas? — pergunta o insigne escritor.

E responde assim:

«Amam, como a leôa da Numidia, rugindo.

«Quando o medronheiro e o carvalho e o álamo abrolham vergônteas novas, o peito da Felizarda arfa e fende-se e flameja em ternura vaga, como o vago e amoroso piar da águia, que do tôpo dos rochedos abrange os horisontes e bate as azas crepitantes. A Felizarda não scisma como a filha das cidades, nem consulta as estrelas como a ideal amante das quimeras, nem sonha azas assetinadas de anjos, como as etéreas creaturas que se deitam com o estomago convulsivo de narcóticos. A mulher da montanha ceia toucinho e batatas nas noites mais ardentes da sua ânsia de amor, adormece logo e petrifica-se, emquanto o toucinho a envolve de nova camada adiposa, e a batata lhe adoça o sangue da sua polpa sacarina. A Felizarda não tem que ver com estrelas nem anjos nem langorosas idealidades; a Felizarda o que quer é um homem, e homem como Sá de Miranda os queria

De antes quebrar que torcer.

«O poeta é para a Felizarda o que é para o mercado de livros: uma creatura enfadonha,

tola e insolvente. As Felizardas desadoram os insolventes com o justo ódio dos onzeneiros. Homem de organização franzina, pálido das vigílias, amantíssimo da tristeza, com um pé e mão feminil, e a meiguice dos olhos pedindo a tudo amor, tal homem é a irrisão da Felizarda, e sujeita-se a receber da mão dela dois biscoitos e uma espada de lata, se lhe disser que a ama [1]».

E remata com esta confidencia, que é ainda outro aspecto do mesmo quadro:

«Muitos anos ha, sete creio eu, que aqui me desentranhei em epopeias a cinco Felizardas, por honra de quem saiu a campo um bravo sátiro dos bosques delas. Injuriaram-me as bizarrias com que eu as quizera perpetuar na lembrança desta edade esquecediça. Não queriam que lhes eu imaginasse um estomago forte, nem um pé invulneravel ao olho de perdiz, segundo se nomeia o calo no seu requinte de tortura.

«Naquela epoca andava eu desavindo com as compleições melindradas, e cogitava em me fazer bemquisto de uma espadaúda e pujante moça, que me incutisse o capricho de me cevar

[1] *A Revolução de Setembro*, n.º 5783, de 18 de Agosto de 1861.

alguns anos na salgadeira de uma casa, cuja era a Felizarda, por quem me enlouqueci de paixão. Decorreram os tempos: não tornei a vê-las, aquelas cinco alampadas deste mundo, que é trevas para quem não sabe palpa-lo nem convertê-lo ao seu bem-estar[1].

E basta de Felizardas, que outro assunto mais alto se alevanta: — a viagem de D. Pedro V ao Porto neste mês de Agosto.

Foi em 1857, no tempo da febre amarela, que vi pela primeira vez, nas ruas de Lisboa, D. Pedro V, fardado, a cavalo, com um ou dois ajudantes de ordens, de caminho para os hospitaes, a visitar os enfermos.

Começaram então de surgir no animo popular as fortes simpatias pelo joven soberano, cujo aspecto ordináriamente carregado e severo, diga-se a verdade, era pouco atraente. D. Pedro V, com os seus olhos azues, os seus louros cabelos, a alvura da tez levemente rosada nas faces, o *kepi*, a grande espada sempre cingida, e o seu garbo marcial, parecia menos um rei constitucional do nosso bom país burguez, do que um principe alemão, o chefe de um país militar, um rei da Prussia, um descendente do

---

[1] *A Revolução de Setembro*, n.º 5783, de 18 de Agosto de 1861.

grande Frederico. Nunca ha de, porém, esquecer a coragem que ele sempre mostrou em se acercar impávido do leito dos moribundos, tirando a luva para lhes tomar o pulso, provando os caldos, informando-se miudamente do seu tratamento, animando-os com palavras de conforto, surpreendendo os medicos e enfermeiros, aos quaes servia de exemplo, e causando a todos verdadeiro assombro!

Nesse tempo havia mais de duzentos casos por dia, e quási outros tantos óbitos, mas tambem espectáculos todas os noites, e já estava aberto o teatro de S. Carlos. Um billiete da geral custava apenas um pinto. Bons tempos aqueles, se não fosse a febre!... A companhia era excelente; o baixo Beneventano, o tenor Nery Baraldi, a Bernardi, que não era grande cantora, formosíssima mulher, isso sim. Tinha inspirado algumas paixões. Dizia-se por boca pequena que o opulento negociante Bessone lhe oferecera a sua mão, que ela não aceitou por estar desposada com um artista lírico.

A primeira vez que entrei em S. Carlos ouvi o *Hernani*. O teatro estava deserto. Apenas três camarotes ocupados, os do rei com ajudantes e camaristas, e o outro quási fronteiro, em que estava o ministro da fazenda, que então era o conselheiro António José de Ávila, com sua es-

posa. Mais nenhuma senhora, mais nenhum camarote. Nada mais. Na plateia unicamente vinte e quatro espectadores.

D. Pedro V ia nesse tempo todas as noites a S. Carlos para animar a população, conforme se dizia. Erguido o pano, aparecia o rei, levantavam-se todos, sem que ele corresse a vista pela sala, que tambem não tinha que vêr. E com os olhos sempre fixos na scena, e as mãos juntas sobre os copos da espada, ali estava até terminar o espectáculo, grave, melancólico, silencioso, imovel, cumprindo talvez o que ele julgava ser um dos seus deveres de rei.

D. Pedro V foi duas vezes ao Porto durante o tempo que Camilo esteve encerrado na cadeia da Relação, e de ambas as vezes lhe falou. Não me cumpre aqui referir o que disse o rei e o que respondeu Camilo, visto que isso não consta *por fóra dos seus livros*, e antes está sucintamente narrado e arquivado nas *Memórias do cárcere*, do mesmo autor, onde os leitores podem satisfazer a sua curiosidade.

Devo, portanto, limitar-me a transcrever sómente para estas páginas de auto-biografia a descrição da chegada ao Porto de D. Pedro V no fim de Agosto de 1861, juntamente com a impressão que isso causou a Camilo, publicadas com esta picaresca assinatura — *Felizardo.*

E' como se segue:

«O entusiasmo é uma vibração de nervos. Ainda agora tudo vibra no Porto, desde o bronze dos sinos, que não tem nervos, até ao bronze de certas compleições que apareceram nervosas, por esta ocasião sómente.

«Em volta do nosso bom rei, o cidadão de primeira plana, e o gandaieiro mais desbragado, confundiam-se a vitoriá-lo. S. M. passeou as ruas do Porto entre tochas, na terceira noite da iluminação. Descançou na vistosa tribuna, que os moradores da rua dos Clérigos lhe levantaram nas escadas da igreja. Lindíssima estava a noite. A lua, *luminária máxima*, como ontem a definiu elegantemente um jornal do Porto, pairando a prumo do coruchéo da torre dos Clérigos, fazia lembrar aquele verso eracio de Alfred de Musset, que diz assim:

... . Sur le clocher jauni
La lune apparaissait comme un point sur un *i*.

«Galante imagem! Era justamente um *i* a torre, e o *ponto* a lua [1].»

Como era de prever, houve por essa ocasião muitos discursos, e a eloquencia extravasou im-

[1] *A Revolução de Setembro*, n.º 5:794, de 31 de Agosto de 1861.

petuosa dos peitos alentados de patriotismo, e das iguarias suculentas dos banquetes.

D. Pedro V seguiu do Porto, em 4 de setembro, para Famalicão e Braga. Camilo fez tambem registo dessas jornadas.

É o que vai em seguida:

«Hoje em toda a parte se fala. A gramática nasce com o homem; e a retórica, desde que os sábios a desdenharam, está á mercê dos chafarizes.

«Há dias saiu ela para o Minho com a sua bagagem de tropos, que o compositor pode mudar para trapos, se quizer. Veremos as ovações que ela recolhe em Braga e Famalicão, para onde S. M. parte esta noite. Em Famalicão vai ter a honra de receber a côrte o sr. Trovisqueira, brasileiro daquela povoação, e pessoa estimavel e digna da honra. Em Braga está o sr. conde de Bretiandos adornando o seu palácio. Os bracarenses hão de saír com a empreza gloriosamente, posto que a máxima parte da população não esteja de concerto com a legitimidade do rei liberal [1]».

Camilo enganou-se com relação a este último ponto, e confessa nobremente o erro em que involuntáriamente caiu.

[1] *A Revolução de Setembro*, n.º 5:794, de 31 de Agosto de 1861.

Diz assim:

«Errei nas minhas conjeturas de Braga ácerca de legitimidades. A presença do insinuante monarca fez esquecer as côrtes de Lamego e o padre Casimiro. Toda a gente, apenas via o rei, rompia a berrar num protesto de fé política, desde o fidalgo de quatro costados até ao funileiro da rua de Cárcova, que ainda na véspera rezava o terço á porta, aplicando um *pater* a pedir a vinda do sr. D. Miguel, e praguejando contra o governo liberal e o recebedor das décimas. Foi um reviramento inteiro.

«Contam os jornais de Braga que os povos passaram da espectativa á simpatia, da simpatia ao amôr, do amôr á paixão, e da paixão á febre. Para aqueles povos de animo tenebroso, o excelente rei foi como o sol nascente. Onde quer está uma horda de incas fundibulários que arremessam a pedrada ao sol poente. Braga fôra longo tempo a côrte do infante bragantino, durante a tempestade civil que o arrojou ás plagas do exílio. Ali ficaram radicadas na consciência dos velhos, que então eram moços, as afeições, que viçaram tão frescas que nem vinte e sete anos de sol ardente de civilisação pôde queimá-las. O que as doutrinas não vingaram conseguiu o sr. D. Pedro V com a doçura e magnetismo dos seus olhos. Braga está libe-

ral. Aposto que já não há ali quem cante a famosa copla:

Ó Braga fiel,
Ó Porto ladrão,
Tu foste a causa
Da constituição.

«Sou do tempo em que esta letra se cantava num hino; se bem me lembro, era o hino da sr.ª D. Carlota Joaquina, que Deus tem [1].»

Para fechar este capítulo temos o caso da oferta extravagante de um cavalo lazarento, como o de Tolentino, feita ao ilustre romancista pelo sr. António Bernardo, do Porto. A anedota vem referida na biografia de Camilo Castelo Branco, por Vieira de Castro, mas Camilo ampliou-a com algumas informações pessoais, a que ele imprimiu o cunho de uma sátira mordente.

Vai na íntegra:

«Conta o Vieira de Castro, na biografia de Camilo Castelo Branco, que o galhardo joven presenteara uma vez o escritor com um cavalo. Ora este cavalo, antes de ser presente, esteve para

[1] *A Revolução de Setembro*, n.º 5:803, de 11 de Setembro de 1861.

ser passado, isto é, levado ao monturo, doente de incuraveis lamparões. O romancista recebeu o rocim, e mandou-o para casa de um veterinário. Decorridos oito dias, o alveitar disse ao dono do cavalo que não gastasse dinheiro inutilmente. Camilo Castelo Branco, como não quizesse mandar matar o cavalo que lhe fôra dado como presente, devolveu-o ao sr. António Bernardo, como quem envia um filho pródigo lazarento á sua família. O cavalo ia algum tanto melhor do que viera, e o seu dono não desgostou da delicadeza do escritor, porque teve quem lhe désse 12$000 réis (doze mil réis!) pelo burro. O que eu sei é que o Camilo Castelo Branco tinha gasto com a cura sete libras [1].»

Ia-me esquecendo dizer que Camilo, já antecedentemente, noutra *Revista do Porto*, tinha anunciado aos seus leitores a publicação da obra — *Camilo Castelo Branco*, por Vieira de Castro, e os termos em que o fez merecem tambem, sem dúvida, ficar aqui registados.

«A publicação mais notavel nesta época — diz Camilo — é a biografia de Camilo Castelo Branco, por J. C. Vieira de Castro. É um livro

[1] *A Revolução de Setembro*, n.º 5:803, de 11 de Setembro de 1861.

bom de linguagem, atrevido nas fórmas e corajoso nos arremessos a uma certa moral que se dói de reumatismo ao menor encontro que sofre. Se é verdadeiro o livro, como biografia, não sei. Parece-me que o fecundo estilista inventou muito, e tocou de revés certas matérias, que mereciam demora.

«Vieira de Castro creou inimigos; mas o joven escritor voeja tão alto que não pode por ora enxergá-los cá em baixo. Notem que enxergá-los não deriva de enxerga, nem é sequer sinónimo de albardá-los. O livro é dedicado a uma ilustre martir, que tem tido outras dedicações de lágrimas [1]».

Com efeito, a dedicatória do livro é do teor seguinte: *A' Ill.ma e Ex.ma Sr.a D. Anna Augusta Plácido, encarcerada nas cadeias do Porto.*

Alberto Pimentel, nas suas *Memórias do tempo de Camilo*, (pag. 73), faz sobre o livro de Vieira de Castro estas judiciosas observações:

«A hora não era própria para retaliações nem agravos. Camilo e Ana Plácido estavam incriminados. Conviria amaciar, por todos os

[1] *A Revolução de Setembro*, n.º 5:794, de 31 de Agosto de 1861

modos, as dificuldades que se antolhavam temerosas no desfecho do processo judicial.

«O que é certo é que a biografia, dedicada a D. Ana Plácido, escrita com irreflectida independência, não foi útil a ninguem, nem a Camilo, nem a D. Ana, que não ficaram em melhor terreno, nem ao autor, que em 1870 ouviu lançar-lhe em rosto no tribunal da Boa-Hora, como desmoralizador precedente e flagrante contradição entre as suas palavras e actos, o elogio com que havia preconizado os responsaveis num crime de adultério».

Tem carradas de razão o incansavel e fecundíssimo escritor.

V

Trabalho incessante de Camilo para ganhar o pão de uma familia. — Obras quo principiou e concluiu na cadeia. — O que era para ele a república das letras. — Camilo e D. Ana, sempre romanticos, correspondem-se em prosa e verso. — A «Luz coada por ferros». — Tempo que ambos estiveram presos.

Com os folhetins que durante algum tempo enviou para a *Revolução de Setembro* — e dos quais aqui fizemos os extractos indispensaveis para pôr de manifesto em que se ocupava o insigne escritor, o que pensava e sentia — com esses folhetins, digo, com o que escreveu tambem para o *Nacional* e o *Comércio do Porto,* alem da sua persistente colaboração na *Revista contemporânea,* de Lisboa, e noutros jornais, Camilo Castelo Branco não só conseguia aligeirar as pesadas horas do cárcere, mas tratava afanosamente de angariar os meios necessários para a propria subsistência, a da sua companheira de

infortúnio, e ainda para a da ama de um menino, nascido na constância do matrimónio, que D. Ana Plácido levara em sua companhia para a cadeia. Camilo trabalhava incessantemente, de dia e de noite, e desse trabalho excessivo resultou manifestarem-se os primeiros ameaços da cegueira, que, decorridos alguns anos, o veiu a torturar.

Cumpre aqui dizer que os chistosos comentarios feitos por ele aos sucessos ocorrentes, que lhe forneciam assunto variado para as suas *Revistas do Porto,* eram apenas uma alegre diversão de outros trabalhos mais sérios que trazia entre mãos.

Tem sido já publicada a lista das obras, que principiou e concluiu na cadeia da Relação do Porto, mas não será de mais reproduzi-la neste logar, que mais não seja, para complemento deste estudo.

Com efeito, os seus melhores livros foram lá escritos: o *Romance de um homem rico*, e o *Amor de perdição.* Dos *Doze casamentos felizes*, escreveu na cadeia seis: o 1.º. 8.º, 9.º, 10.º, 11.º e 12.º e a maior parte dos *Anos de prosa.* Traduziu tambem para o *Comércio do Porto O Romance de um rapaz pobre*, de Feuillet, a *Fanny*, de Feydeau, e, segundo o testemunho de Alberto Pimentel, «compôs muitos sermões,

com que se pavonearam no púlpito oradores sacros então aclamados pelas beatas.»

Ele, porém, não tinha ilusões nenhumas com a glória ou, antes, a vanglória das letras. Atormentava-o a grilheta qeu o prendia á banca do trabalho, e bem cuidava que daquela nunca mais se poderia ver livre. Di-lo claramente este magnífico trecho de uma das suas *Revistas do Porto:*

«Do passado que há aí que aponte á mocidade a melhor estrada? A melhor estrada é a que leva a um emprego que não baixe de quinhentos mil reis, pagas as décimas. As letras! Fujam disto, meninos. Não pensem na enxerga de Camões, nem no ergástulo de Tasso, nem na indigência de Cervantes, nem no punhado de cobre que valeu o *Paraizo perdido*. Não pensem nisto, que é triste. Leiam Nicolau Tolentino, na resposta ao apaixonado que lhe pedia versos. Riem-se e curam-se. Se o genio pucha por V. S.as, se a leitura lhes é uma necessidade, leiam um almanaque, que os há aí que são um curso completo de literatura. O latim abominem-o. O que soube a antiguidade escreve-se tudo numa carta de jogar. Diz tudo quanto se sabe quem disser que a navegação aéria foi invento dos irmãos Montgolfier, que Fulton achou o vapor, que Cooke descobriu o telégrafo

elétrico, e Lebon tirou a luz do gaz hidrogénio. Quem souber isto, pode em toda a parte figurar distintamente.

«E a revista do Porto? A graça? Onde é que a gente se ha de rir? A gente ri-se a olhar uma para a outra. O homem de bom siso ri se a olhar para dentro de si próprio. Cada homem tem dentro de si um Aristófanes, um Plauto, um Moliére. A vida é uma farça de cordel, e o homem um cordel com muitas farças [1].»

C'était du meilleur Camille!

Bem se tem dito que o seu estilo se poliu e aperfeiçou de encontro aes ferros da cadeia. Foi ali, «conversando as musas e os facinoras», como ele próprio disse, que o seu engenho se enalteceu e, abrangendo novos e dilatados horisontes, produziu verdadeiras obras primas, entre as quais, além das já citadas, é justo mencionar as *Memórias do cárcere*.

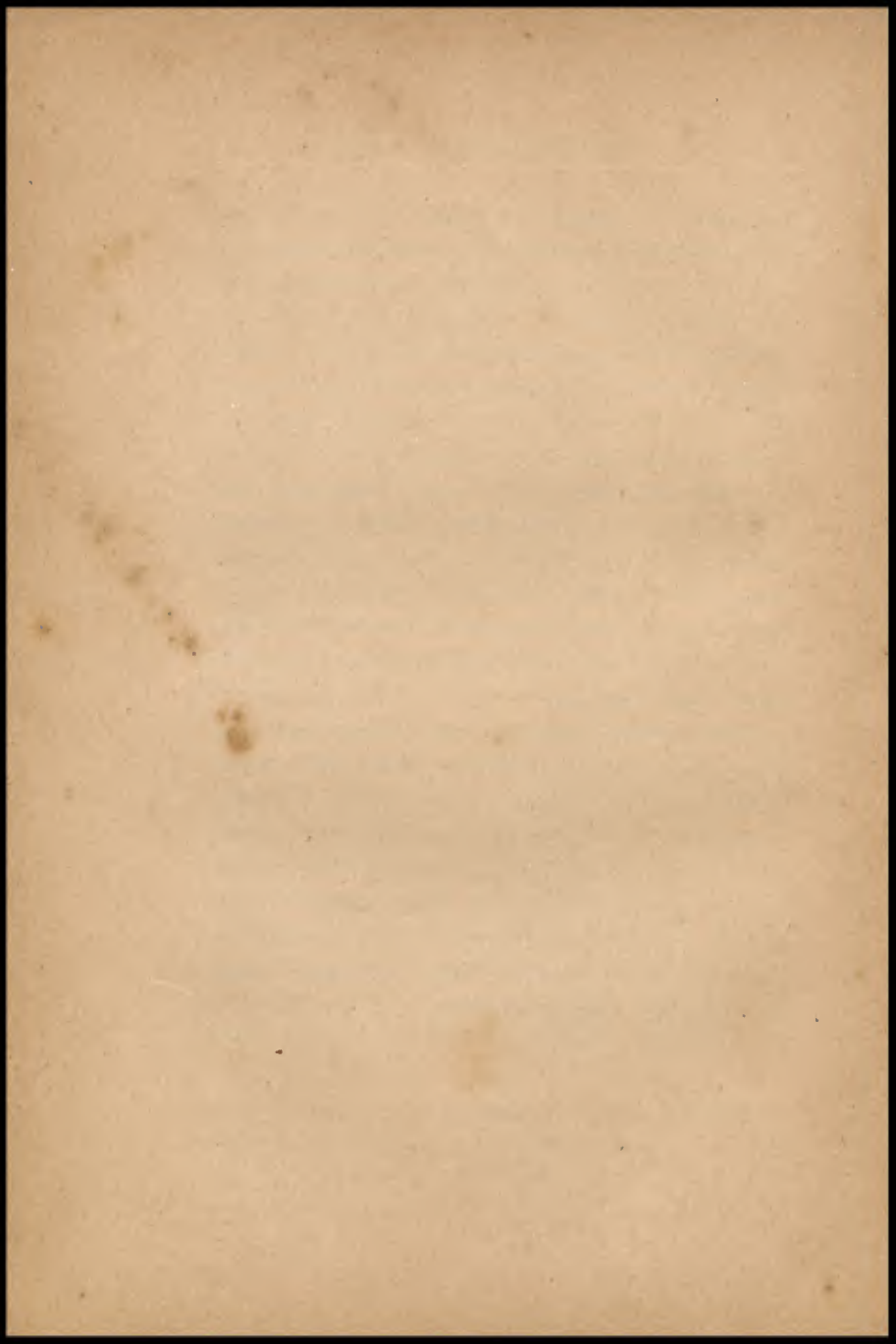
Camilo entretinha-se ainda em corresponder-se com a Plácido, tarefa de que ambos, sempre romanticos, se desempenhavam tanto em prosa como em verso. Por onde se vê que a mesquinha situação, em que se encontravam, não os inibia

[1] *A Revolução de Setembro*, n.º 5747, de 6 de Julho de 1861.

de poetar, de quando em quando, como o leitor pode verificar, abrindo alguns interessantes volumes da já numerosa biblioteca camiliana.

D. Ana Augusta Plácido tinha um piano no seu cubículo, tocava e cantava. Recebia tambem alguns visitantes, entre eles Vieira de Castro e Julio Cesar Machado, com quem desabafava, por serem amigos íntimos de Camilo, chorando por vezes lágrimas amargas. E nesse tempo publicou no *Nacional* e no *Amigo do povo*, do Porto, na *Revolução de Setembro*, na *Revista contemporânea*, de Lisboa, e ainda noutros periódicos, alguns escritos seus, os quais, depois de coligidos e revistos por ela, formaram o volume intitulado *Luz coada por ferros*, em que se conteem os seus pensamentos de todo o tempo em que esteve presa, isto é, de 6 de Junho de 1860 a 17 de Outubro de 1861.

Camilo Castelo Branco esteve preso muito menos tempo, pois, tendo-se entregado á prisão no primeiro de Outubro de 1860, saíu livre juntamente com D. Ana. Além disso, como atraz dissemos, desde Abril de 1861 podia saír da cadeia para dar alguns passeios.



CARTAS

DE

Camilo Castelo Branco

Cartas de Camilo Castelo Branco

A Alberto Teles

Ofereço a V. um raríssimo retrato de Byron. Quási toda a gente conhece o retrato de Byron rapaz; mas raro haverá quem entre nós tenha exclamado o *quantum mutatus ab illo*, confrontando o juvenil autor da *charge* aos poetas inglêses e escossêses com o desvairado que deixava as gôndolas do Adriático para ir romper o seu aneurisma num pobre catre em Missolonghi. Pode ser que em um jornal ilustrado esse retrato, acompanhado de algumas linhas de V., seja bem aceito. Ofereço-lho com muita satisfação.

S. C. 9-1-81.

De V. etc.
Camilo Castelo Branco.

Carta e dedicatória ácerca das religiosas do convento de Lorvão

Em 1853, Camilo Castelo Branco endereçou aos seus colegas da redacção do *Portugal*, que então se publicava no Porto, a carta seguinte ácerca das religiosas do convento de Lorvão:

Amigo dr. Casimiro:

Sinto que esteja longe nesta ocasião em que tanto queria falar-lhe no assunto sobre que lhe escrevo. Eu quizera ser um rico, para melhorar a sorte das infelizes religiosas de Lorvão. Deus cingiu-me num anel de pobreza, onde me é forçoso ver restringidos os vôos da minha alma, incompativeis com as minhas posses.

Lembrou-me um meio e só esse tenho: é o cubedal da minha pouca inteligencia. Resolvi publicar as minhas poesias completas, aplicando o produto áquelas sr.[as], mas, para isto preciso que V. convide os assinantes por meio do jornal. O administrador, o gerente e o encarregado da cobrança deve ser Francisco Pereira de Azevedo.

Se isto tivesse a aprovação do meu amigo, deveria já ser posto em prática. No caso de vermos que a concorrência é pouca, não perde-

remos, ao menos, porque não principiaremos a publicação sem um número de assinaturas, que nos permitam a salvação das despezas. Os nomes dos subscritores devem, com o número de exemplares, ser publicados, para que nunca se possa envenenar o meu pensamento.

V. decidirá segundo a sua consciência.

Tenha as venturas que lhe deseja

O seu amigo

Camilo Castelo Branco.

Dedicatória
ás religiosas do mosteiro de Lorvão

Senhoras:

Eu não vos conheci na prosperidade, nem vos conheço no infortúnio. Quando a desgraça se foi sentar no limiar do vosso mosteiro, transpunha eu os humbraes do mundo. Começava para vós a miséria, quando para mim começava a consciência da vida. Vós ereis adultas, e tinheis conhecido uma estação de aventuras, e eu, creança de 7 anos, nem ao menos tinha a reminiscência das felicidades do berço. Simpatizo, pois, com as vossas desgraças: sois mi-

nhas contemporâneas de luto no mesmo dia e na mesma hora, talvez; com a diferença, porém, que eu sou um homem sem família, de alma de ferro, a braços com o mundo e com o trabalho; vós sois vinte senhoras, prostradas pelo desalento, debeis de espírito, extenuadas de lágrimas estereis e cegas da animadora esperança, que é nesta vida o fanal benigno dos desgraçados. Eu tenho mais que vós uma longa vida para retalhar em desenganos tardios; vós tendes mais que eu um coração grande para a resignação e uma fertil seara de corôas de mártires a colher no céo. Mas, realmente, infelizes sou eu e vós.

Permiti, senhoras, que eu vá saúdar-vos no infortúnio com a saúdação que tantas vezes, em eras felizes, vos era feita. A poesia foi noutro tempo uma vossa amiga de casa, uma virgem de vestes brancas a festejar as vossas alegrías, e deleitar-se comvosco nas vossas inocentes festas. O poeta consagrava-se a vós na melhor das suas aspirações, e ninguem como vós acolhia o génio em ovações que o lisongeavam. Deixai falar estas almas de hoje requeimadas e áridas, como o chão onde as folhas do outono se revolvem sopradas pelo suão, mirradas dos afectos nobres. Deixai-as falar, que a verdadeira poesia do coração morreu com a poesia do

mosteiro; e esse espectro lívido de fome, que passeia entre vós no claustro, tem cá fóra, neste mundo bem parecido com o vosso, um irmão gémeo que os homens chamam scepticismo, e Deus chamará «condenação»!

Deve parecer-vos extranho que a poesía, vossa querida em eras venturosas, vá hoje com o sorriso das consolações, em ar de festa, pedir-vos amizade em tempos de tamanha tristeza. Não lhe repareis no sorriso; vêde-lhe o luto carregado que ela traja, e comparai-o ás galas radiosas que a vestiam, nos dias em que a vistes, louçan e folgada, trocar convosco singelezas de graça e canduras de respeito.

Esta poesia é a minha, tristíssima, sôro de lágrimas muito amargas, exposição leal duma vida muito trabalhada de amarguras. Não há aí um verso que me não recorde um infortúnio; não há aí uma página da qual eu possa dizer: «escrevi-a numa hora de contentamento!» Sabe-o Deus, e sei-o eu, quanto foi maravilhoso para mim o poder eu tantas vezes arrancar um verso dentre as agonias do espírito, mas agonias densas, que matam a palavra, e exacerbam o sentimento.

Um livro de versos assim é um arquivo de lágrimas, e lágrimas são elas tão nobres que eu reputei-as dignas de entrarem com as vossas no

abismo das lágrimas inconsolaveis neste mundo. Oh! eu escrevo estas linhas, senhoras, com uma alegria de consciência inexprimivel. Eu creio no vosso Deus, creio na santidade das mortificações, creio na fome e sêde de justiça como aurora das abundantes misericórdias do Senhor. E, portanto, deixai-me crêr que os meus padecimentos dalgum modo ligados aos vossos por um vínculo de dôr serão mais bem encaminhados pelas vossas orações ao tribunal das recompensas.

Permita Deus que vos não seja uma afronta a dedicação dos meus versos. Eu não pude esconder da mão esquerda o que a direita fazia. Sou pobre; e sem a publicidade, o sentimento nobre, que os vossos augustos infortúnios me despertaram, teria de entrar inutil no coração que me tem sido o túmulo de todos os sentimentos generosos.

Dignai-vos, senhoras, aceitar os respeitos dum admirador de vossas virtudes e desgraças [1].

Camilo Castelo Branco.

E refere F. J. Patricio que «não foi só esta a campanha de beneficência em que o grande es-

[1] Revista Literária, Scientifica e Artistica do jornal *O Século*, de 18 de Julho de 1904.

critor entrou generosamente; tambem na fundação das Creches de S. Vicente de Paulo ele prestou valiosíssimos serviços: gratíssima recordação que ainda exalça delicadamente o preclaro nome desse vulto gigante da literatura portuguêsa [1]».

A um amigo

Ill.mo e Ex.mo Sr.

Classificam-se de confidenciais umas cartas da natureza desta; eu, porém, deixo a V. Ex.ª determinar o que nela deve haver reservado.

Recebi, há anos, uma taça de prata, brinde da colónia portuguesa em Hong-Kong. Dizem ser um trabalho primoroso, que lá custou cem libras. Creio que materialmente não vale isto; e estimativamente podia valer mais, se eu pudesse ter baixela.

Tem o meu nome e uma dedicatória e caratéres chinêses. Isso que monta? Vendo-a, porque taças de prata em casa de escritores portuguêses são como taças de amargura, quando o vácuo delas é como o da glória em Portugal.

---

[1] Revista Literária, Scientifica e Artistíca do jornal *O Século*, de 18 de Julho de 1904.

Vendo-a por 300$000 réis. Note V. Ex.ª que ela não tem um terço daquele valor em prata. Parece, porém, que os lavores são estimaveis.

— Então que quer você? — pergunta V. Ex.ª

Pedir-lhe que apresente esta alfaia á Ex.ma Sr.ª D. ***, que tem riqueza e gosto superabundantes. Se S. Ex.ª a quizer, pode aspar-lhe o meu nome; e, se não lhe importar que a sua posteridade encontre esta memória de um homem que passou um dia a querer luzir nesta escuridão abafadora de Portugal, S. Ex.ª honrará a minha memória conservando-a intacta.

V. Ex.ª se dignará dizer-me para onde devo remeter-lha, se me quizer obrigar, fazendo-a enviar á respeitavel senhora de quem V. Ex.ª é considerado como merece [1].

De V. Ex.ª
afectivo e obrig.mo criado
Camilo Castelo Branco.

Casa de V. Ex.ª
Rua do Bomjardim, 860.
20 de Novembro de 1872.

---

[1] Revista Literária, Scientifica e Artistica do jornal *O Século*, de 15 de maio de 1904.

A senhora recusou a compra da taça, sob pretexto de que aquele primor de arte avultaria demasiado entre a sua baixela.

Sr. redactor da *Folha Nova*.

Eu deveria, mas não posso, responder a todas as cartas circulares que tenho recebido, nem tão pouco desdenhar com o silêncio a honra de ser por elas convidado a colaborar em diversas publicações que se destinam a justificar os festejos do centenário do marquês de Pombal.

A glória de contribuir, na camaradagem de tantos nomes ilustres, com o meu óbulo de entusiasmo, mais ou menos postiço, para a celebração de semelhantes festas, não me permite aceitá-la a inveterada aversão que voto ao ministro despótico de um rei covarde e devasso.

E, como o debate histórico neste bonito assunto me seja pouco incómodo, embora me intimide pela minha insuficiência, já enviei a dois jornais um escrito a todos os déspotas, sem me declarar monárquico.

É bem de ver que a responsabilidade do escrito era toda minha; mas os dois jornais, contagiados da febre dos centenários, rejeitaram-m'o com irrepreensivel delicadeza.

Abstenho-me, pois, forçadamente, de escrever lisonjas á memória do marquês de Pombal, como reorganizador de motu próprio e caso pensado, visto que eu teria de pedir centenários para Luís António Verney, para Alexandre de

Gusmão, para D. Luís da Cunha, para António Nunes Ribeiro Sanches, para frei Manuel do Cenáculo Vilas Bôas, para Francisco Xavier de Oliveira, dos quais o marquês de Pombal auferiu todos os alvitres das suas reformas, como tenciono provar depois de representado o patriótico e político espectáculo de 8 de maio.

Provada a autoridade alheia das grandes e incontestaveis providências do seu govêrno, o que resta de individualismo, não direi de originalidade, na energia do marquês, são as masmorras, os extermínios, os patíbulos e as fogueiras.

Na balança dos seus elogios e reprovações pesa menos a concha das utilidades efémeras, que ele deu ao seu país, do que as lágrimas que fez derramar.

Rogo á imprensa que me não levante esta carta como um repto jáctancioso e temerário, mas singelamente como a fórmula de uma convicção, que, por ser sincera, apenas poderá ser malsinada de ignorância.

Dignem-se os jornalistas, que teem solicitado o meu fraco préstimo, aceitar esta carta como resposta aos seus convites.

«S. Miguel de Seide. — De V. Ex.ª amigo obrigado, *Camilo Castelo Branco.*

(A Gazeta de Oeiras, n.º 18, de 5 de Março de 1916.)

Carta do sr. Visconde de Castilho, Julio, até agora inédita

Camilo Castelo Branco, para fazer a vontade a um editor ou redactor de um jorual de provincia, pediu ao sr. visconde de Castilho, Julio, que lhe enviasse uma poesia sua. Prontamente satisfez esse pedido o mesmo sr. visconde, remetendo a Camilo a cópia de uns versos seus, que tinham sido já publicados.

Decorridos alguns mêses, o editor ou redactor do jornal mandou directamente 2$200 réis ao sr. visconde de Castilho, o qual, por não haver escrito os versos de propósito para o tal jornal, hesitou em ficar com aquela quantia, e tambem em a devolver á pessoa que lha enviára, com receio de que se ofendesse por esse motivo.

E deliberou sobre o caso ouvir Camilo, que respondeu com a carta seguinte, até hoje inédita:

Meu am.º e E.mo Sr.

São respeitaveis os escrúpulos de V. Ex.ª Eu só por mim não ouso deliberar se V. Ex.ª pode receber impecavelmente os 2:200 réis. Isto é matéria costeira e íngreme em moral literária não tratada no Larraga e Buzembáo. O Sanches não me recordo se trata o assunto. Hei de ver. Na incerteza, porém, vou consultar os teólogos mais grados cá da provincia. A decisão tem de ser delongada, por que os casuistas desta banda são homens que digerem vagarosamente questões de

tamanho porte. No entretanto, como os 2:200 réis não podem estar quietos e estagnados sem lograr juro, autorizo V. Ex.ª a levantá-los com fiança, e emprestá-los ao governo neste lance de angústia financeira. Vai nisto, sobre o interesse, não vulgar patriotismo.

Porto, 22 de Março de 1868.

De V. Ex.ª
Adm.or e am.º dedicadíssimo

Camilo Castelo Branco.

Ao Sr. Freitas Fortuna

Revalido por esta carta o que lhe propuz com referência ao meu cadáver e ao jazigo no cemitério da Lapa.

Desejo ser ali sepultado, e que nenhuma fôrça ou consideração o demova de me conservar as cinzas perpétuamente na sua capela.

É natural que ninguem lhe dispute a posse dessas cinzas; receio, porém, que seja ainda uma fatalidade póstuma que se compraza em impôr a violência aos meus restos.

Dê o meu amigo a estas linhas a validade de

uma cláusula testamentária, e, sendo preciso, faça que ela valha em juizo.

Abraça-o com extremado afecto e inexprimível gratidão.

Porto, 6 de Abril de 1888.

Camilo Castelo Branco.

(A Gazeta de Oeiras, n.º 23, de 9 de Abril de 1916.)

CARTAS

DE

Antero do Quental

Cartas de Antero do Quental

Cartas inéditas de Antero do Quental dirigidas ao autor

Recordam-se porventura os leitores de ter visto em alguma parte o retrato a óleo de Antero do Quental, pelo sr. Columbano Bordalo Pinheiro. Há bastantes anos que tive ocasião de observar esse quadro numa exposição da Academia das Belas Artes, e a minha memória diz-me que, á primeira vista, poderia talvez notar-se-lhe não ser muito perfeita a semelhança.

Ainda não há muito, um crítico chamou a esse retrato «o tormento de Santo Antero» (*Revista Internacional*, n.º 2 da Serie 1.ª, pag. 52). Mas — e creio que me não engano — o artista, eximindo-se a copiar com o maior escrúpulo, com minuciosa exactidão, as feições do original, forcejara deveras por apanhar em cheio a expressão verdadeira da fisonomia, o reflexo da alma, do pensamento e dos sentimentos do ínclito poeta. E isso me parece que conseguiu o

sr. Columbano Bordalo Pinheiro, porque, após alguns momentos de contemplação, o olhar penetrante, a mordente expressão dos lábios, e até o nobre sobrecenho de Antero do Quental, nos invadem a pouco e pouco.

Vem isto a propósito do meu velho amigo Caetano Alberto, proprietário e director artistico do *Ocidente*, sabedor das minhas antigas relações de íntima amizade com Antero do Quental, me haver pedido em 1890 uma fotografia do poeta dos *Sonetos* para publicar no seu periódico.

Eu não possuia então retrato nenhum de Antero do Quental, e escrevi-lhe para Vila do Conde, sua habitual residência, pedindo-lhe que me enviasse um retrato seu, visto que uma tosca e feia gravura, que havia do quadro do sr. Columbano, não correspondia de modo nenhum ao miramento e propósito do *Ocidente*.

Antero do Quental respondeu-me logo com a seguinte carta, até agora inédita:

Vila do Conde, 8 de Maio de 1890.

Meu caro Alberto

Só hoje recebi a tua bôa cartinha, que me parece trazer a data de 3. Aí te envio um exemplar da única bôa fotografia que tenho. Foi ti-

rada, há já tres anos, mas de então para cá tenho mudado pouquíssimo. A gravura, a que te referes, é copia dum retrato que me tirou o ano passado, quando aí estive, o Columbano Bordalo Pinheiro, e que está muito bom como pintura, mas idealizando, como todas as composições desse pintor néo-velasquiano, no sentido do fantástico e tenebroso. Mas a tal gravura levou então esses toques sombrios até ás proporções do funambulesco!

Preferiria não andar gravado nos papeis. Mas, uma vez que já o não posso evitar, e sendo do teu gosto estampar-me no *Ocidente*, aí vai ao menos uma efigie autêntica.

Adeus, que escrevo á pressa por causa da hora do correio.

Um bom abraço do teu

Velho amigo

Antero do Q.

Nessa carta há a notar a qualificação de *néo-velasquiano* dada ao estilo do sr. Columbano Bordalo Pinheiro.

Mas, conforme se vê do já citado n.º 2 da *Revista Internacional*, a opinião de Antero não é singular. O colaborador da mesma revista, sr. Eugenio Vieira, até protesta com a maior energia contra essa *calunia*.

Diz assim:

«Mas outra calunia (e esta perigosíssima), com que vitimaram o artista (Columbano), foi chamando-lhe um dia discípulo de Velasquez. Velasquez! Esta é que faz perder a paciencia! Velasquez era o intérprete fiel da Natureza. Na sua primeira fase chega a ser tratado de dureza pelos críticos, pela extraordinária minudência com que representava tudo o que via. Velasquez tinha a paixão de surpreender o flagrante ás realidades da vida, traduzindo-a nos mínimos detalhes. *Nos mínimos detalhes*, ó críticos de monóculo!»

E, com efeito, assim é. Os mais afamados críticos e entendedores de belas artes afirmam desassombradamente que Velasquez é o «realista dos realistas» ou, por outras palavras, realista por excelencia. Mas, a par dessa qualidade, notam acentuadamente que o grande pintor de Sevilha possuía, como ninguem, o «sentimento da frescura da impressão, do contacto directo com a natureza, e da vida que distingue todas as suas obras». E acrescentam que na sua segunda maneira de pintar «o colorido é quente e brilhante, a composição sólida e fundida como esmalte». E é sentença passada em julgado que Velasquez, com o correr do tempo, atingiu o supremo domínio da expressão, a «pe-

netração no caracter», e o dom de insuflar a vida ás suas figuras.

A esses predicados do pintor dilecto de Filipe IV e do conde-duque de Olivares, a vida, o colorido brilhante e a penetração no caracter, é que me parece que Antero aludia mentalmente na sua carta, acima transcrita, predicados que justificam plenamente a sua esclarecida apreciação — salvo melhor juizo.

Não o digo por falsa modéstia, mas porque bem pouco avisado será aquele que desconhecer as escabrosidades da crítica de pintura. Pois, no mesmo numero da *Revista Internacional*, a que já me referi por duas vezes, diz bem a este respeito outro crítico de arte, o desventurado Alfredo Serrano, morto na flôr da vida:

«... é dificil a crítica da arte, e sobretudo a crítica de pintura. Os críticos, por seu lado, coitados, não se entendem! Como falam eles das obras de arte mais conhecidas? Se este diz que o *Juizo final* de Miguel Angelo é um assombro, aquele afirma que tudo aquilo não é senão um montão de rãs acocoradas; se um diz como Sthendal, que Giotto é um dos deuses da pintura, lá está Brosses para gritar que qualquer caiador pintaria melhor que ele; se Henry Martin diz que a arquitectura ogival é a expressão mais sublime do pensamento religioso, lá

salta Voltaire para aclamar que o estilo gótico é pueril e sem merito!»

O retrato de Antero do Quental foi publicado com algumas notas biográficas no *Ocidente* n.º 411, vol. XIII, de 21 de maio de 1890.

Se o leitor me permite uma referência individual, fui eu a primeira pessoa que fez o retrato de Antero do Quental «a pena e tinta», como diz o humorístico escritor americano Mark Twain.

Direi em poucas palavras como isso foi.

Quando ele em Coimbra resolveu publicar em 1861 alguns sonetos, com o singelo título de *Sonetos*, procurou-me em minha casa, e pediu-me que escrevesse a introdução. Respondi que tal cousa não me parecia bem, nem tinha razão de ser, embora estivesse então muito em voga, porque, em geral, essas introduções ou apresentações de autores novos eram sempre feitas por pessoas de grande notoriedade e autoridade, o que de modo nenhum sucedia comigo.

— Mas não é isso — respondeu Antero — não se trata disso agora. Somos patrícios, amigos e condiscípulos, e eu desejo que, na ocasião de aparecerem estas primicias, apareçamos nós tambem, de braço dado, como amigos.

Persisti na minha recusa, e Antero retirou-se.

Daí a dias voltou, dizendo que não prescindia da introdução. Fui aos ares com esta teima, e respondi-lhe com as mesmas razões que já dera e ainda estavam de pé, para não lhe fazer a vontade.

Como já sucedera da primeira vez, Antero nada teve que me redarguir, e de novo se retirou, parecendo conformar-se com á minha opinião.

Passados dias, porém, entra no meu quarto muito excitado, e declara-me, que, se eu lhe não desse algumas linhas para servirem de introdução aos seus primeiros versos, as nossas relações estavam acabadas, e que era necessário decidir isso já. Incomodou-me bastante esse arremêsso do Antero, a quem respondi o seguinte:

— Bem. Eu verei como isso se pode arranjar.

Não podendo vencer de frente esta dificuldade, torneei-a. E o geito que lhe dei foi escrever a introdução em verso solto, fazendo a apresentação do autor; quanto á assinatura, escuso dizer que não puz a minha — fui buscal-a a um livro então muito lido na academia, o romance de Jorge Sand, *Lélia*, onde figura um poeta, Stenio. Antero do Quental mostrou aceitar de

bom grado esta solução, e em face dos seus *Sonetos* estampou os meus versos que são estes:

Pela mão vos trago um vate:
.....
Amigo Antero,
Aproxima-te á maquina: o retrato
Quero fique a primor. Eia! Arrepela-me
Essas bastas guedelhas côr das messes,
Lá quando ao largo foge em tarde estuosa
O grande Moribundo! Ergue essa fronte!
Fita-me com esse olhar tão sobranceiro,
De vivo lume cheio e puro afecto!
Inclina mais ao lado o teu sombrero,
E assenta no quadril a mão segura
Do braço firme e leal. Estende a perna...
Deixa-te estar assim, que estás famoso.

Dezembro de 1861.

Stenio.

Eu nunca falaria em semelhante cousa, nem para aqui trasladaria os meus versos, 1.º se o dr. Sousa Martins lhes não tivesse dado imerecido apreço e os não transcrevesse a pag. 245 do *In memoriam* (1896), na sua *Nosografia de Antero*; e, 2.º se a pag. 11 do *Ens. de bib. anteriana*, no fim dessa mesma obra, não se encontrassem as linhas seguintes:

«O prólogo é um retrato em verso por Santos Valente.»

A este propósito contarei singelamente que um dia, ha muitos anos, á entrada para a secretaría da justiça, o meu ilustre colega, poeta e amigo Santos Valente, desfechou-me esta novidade:

— Olha que andam para aí a dizer que aqueles teus versos, que Antero publicou como introdução dos seus primeiros *Sonetos*, são meus... Até já o li num jornal.

— Sim?! Pois então — observei — manda duas linhas ao jornal...

— Eu! — interrompeu Santos Valente — Eu nada tenho que reclamar, pois a ti é que pertence fazer essa declaração, por seres tu o pai da creança!

E terminou, soltando uma risadinha frouxa, que lhe era muito peculiar.

Escuso dizer que não reclamei cousa nenhuma, nem pensei mais nisso.

Mas, para desfazer o erro divulgado pela imprensa e pelo *In memoriam*, aproveito esta ocasião para reclamar a paternidade dos tais versos, invocando, se tanto fôr necessário, o testemunho de dois ilustres colaboradores do mesmo *In memoriam*, os meus antigos condiscípulos e verdadeiros amigos, Alberto Sampaio e Francisco Machado de Faria e Maia.

A outra carta, semelhante a um cofre pre-

cioso, encerra um testemunho de boa e antiga amisade. Não versa nenhum assunto artístico ou literário, e foi-me enviada pelo correio. E' uma despedida afectuosa.

Diz assim:

Lisboa, 3 de Agosto.

Meu caro Alberto

Desculpa-me esta despedida por carta.

Tenho-me dado mal com o calor dos últimos dias, o que me tem impedido de sair durante o dia, e por isso de ir aí estar um bocado comtigo. Pelo mesmo motivo, receando peorar, resolvo-me a voltar ámanhã para Vila do Conde. Aceita, pois, os meus cumprimentos, os agradecimentos pela tua amável visita, e dispõe sempre do teu

Velho amigo
Antero do Q.»

Esta carta é tambem de 1890.

Antero viera a Lisboa no verão por causa dos seus horriveis padecimentos. Hospedara-se em casa de Oliveira Martins na rua Serpa Pinto, n.º 101, primeiro andar. Fui lá vê-lo várias vezes. Recebeu-me sempre na sala de visitas, sala modesta, adornada apenas com vistas fotográ-

ficas do convento da Batalha, e com uma formosa redução da Vénus de Milo, colocada sobre uma coluna de madeira preta de metro e meio de altura. O poeta, que raramente podia estar de pé, conservava-se reclinado numa *chaise-longue*, por deante dum biombo.

Ainda o tornei a vêr algumas vezes antes da sua última viagem para a ilha de S. Miguel, mas não possuo mais nenhuma carta sua.

Cartas inéditas de Antero do Quental a Eduardo de Almeida Andrade

O sr. Carlos A. Salgado de Andrade, de Freixo de Numão, que não tenho a honra de conhecer pessoalmente, teve a delicadeza de me enviar tres cartas de Antero, dirigidas ao pai do sr. Andrade, já falecido, que julga inéditas, e decerto o são, visto que a ninguem mais as deu para copiar ou imprimir.

Não teem os poetas, como os negociantes, um *copiador*, e as suas cartas são como as pétalas das flôres, que o vento espalha por toda a parte, perfumando o ambiente como os seus versos.

E a fineza desta oferta foi tanto maior quanto é certissimo que não ha neste mundo tarefa mais

escabrosa que a de coligir autógrafos de pessoas extintas.

Desejam talvez saber quem é o sr. Salgado de Andrade, da freguezia de Freixo de Numão, no concelho de Vila Nova de Foscôa, distrito da Guarda?

Conforme ele próprio me diz na sua estimada missiva, é filho de Eduardo de Almeida Andrade, que foi meu condiscípulo e amigo, depois advogado distinto e administrador do concelho de Vila Nova de Foscôa.

Dele, o *louro Andrade*, como lhe chamavamos em Coimbra, costumava eu lá dizer por graça:

... . o Andrade,
Que traz os pés na cidade
E a cabeça na imensidade.

Foi grande amigo de João de Deus, Antero do Quental, Guimarães Fonseca, Santos Valente, Alberto Sampaio e ainda de outros, que teem o seu nome engrinaldado nos anaes da literatura nacional. Não admira, portanto, que Antero tivesse com ele a activa correspondência, da qual nos restam as tres cartas que vão adeante pela ordem que mais convém ao discurso, visto infelizmente faltar a duas delas a indicação do ano em que foram escritas.

A primeira carta, notabilíssima pelos ensinamentos que contém, diz assim:

Paris, 18 de Julho, 67.

Meu caro Eduardo

Não extranhas esta carta, seguramente, nem o logar de onde é datada, porque já estás informado dos meus *errores*, e mesmo sem o teu auxílio cuido que não poderia ter realizado esta última viagem, que na verdade espero bem será a última, cançado como estou de vêr tanto homem e tanta terra, sem que com isso o meu socego e contentamento se adeantem extremamente...

Entretanto, não ha maior ensino; e não exagero afirmando que cinco mêses em Paris valem mais do que os cinco anos de uma formatura em Coimbra para a verdadeira instrução e iniciação na verdadeira e soberana sciência da realidade humana. Sabe, porém, que essa sciência é feita na maior parte, no mais fino da sua substancia, de desilusões. Pode mesmo dizer-se que a sua doutrinação noutra cousa não consiste senão em nos fazer perder todas as ilusões, que compõe o *substractum* das varias sciências fantasmagóricas, que a nossa inexperiência e a petulância de mestres ineptos nos impõe como

expressão fiel da realidade e da vida. Mas isto é para quem sabe vêr, o que equivale a dizer para quem trouxer já comsigo um critério e filosofia formados em um adeantado estado de formação.

Mas, neste caso, não ha aldeia, nem casalejo da serra, que se não possa transformar em universidade, desenvolvendo-se na solidão essa filosofia tão bem como na assembleia dos maiores sábios. Pode-se dizer muito a este respeito: e eu não ignoro que as multidões, se não são por si uma filosofia, são, todavia, uma ocasião de ela se revelar, de se aplicar, e, pela aplicação, fixar-se, definir-se, afirmar-se na sua máxima extensão. De tudo concluo que o mundo e a vida são cousas muito diferentes do que se julga universalmente, que a existencia ordinária navega num lago de ilusões, e que, com este correctivo, em toda a parte se vive bem, porque em toda a parte se dá aos factos e ás opiniões do dia a importância limitada que teem realmente, fóra da exageração das paixões dos interessados.

Conto, pois, retirar-me aos meus lares assim que possa, e espero podel-o lá para o mês de setembro. Até lá podes-me escrever para aqui, dirigindo a carta segundo o *modelo* incluso. Fala-me de ti e das tuas cousas, ou de Portu-

gal e das cousas portuguêsas, do que mais te agradar, emfim, que isso me agradará logo a mim. Adeus. Tem saude.

Teu do c.

Antero.»

A segunda carta contém uma justa apreciação do caracter de António de Azevedo Castelo Branco, que Antero do Quental resumiu bem nestas palavras: «O C. Branco é sempre o mesmo, e tal como o conhecemos em Coimbra.»

Segue a carta:

Vila do Conde, 29 de dezembro.

Meu velho amigo

Recebi a tua melancólica carta. Eu, no meio desta sociedade, da qual por assim dizer me exilei voluntariamente, é quasi como se não existisse.

Agora mesmo acabei de escrever ao C. Branco *(suponho que alude a António de Azevedo Castelo Branco)*, juntando á minha a tua carta.

Ele, sem dúvida alguma, te escreverá; mas não deves pôr muitas esperanças no valimento dele, porque é pequeno. Valimento só o teem hoje os intrigantes, e o nosso amigo não o é. En-

tretanto, é possivel que ele te dê uma bôa notícia, o que do coração desejo. O C. Branco é sempre o mesmo, e tal como o conhecemos em Coimbra.

O meu livro só daqui por uns dois mêses estará na rua. Lá receberás um exemplar. E adeus. Dispõe sempre do teu

Velho amigo

Antero do Q.»

A terceira carta trata de uma recomendação de um filho de Eduardo para um lente da Universidade.

Ei-la:

Vila do Conde, 20 de dezembro.

Meu caro Eduardo

«Agradeço-te a tua cartinha. Talvez para o verão vá aí vêr-te. Enganaste-te a respeito do José Falcão. Ele, pelo contrario, respondeu-me pela volta do correio, dizendo o seguinte: «dize ao nosso Coriolano *(filho do destinatário)* que me procure, quando quizer. Nunca me esquecerei do louro Andrade». Isto é textual. Mandei logo um billhete ao teu rapaz, dizendo-lhe que se apresentasse, quando quizesse, ao Falcão, e que,

como apresentação, bastava dizer quem era. De sorte que ou o rapaz se tem esquecido de te dizer que falou com o Falcão, ou não recebeu o meu bilhete, no qual, todavia, puz o endereço que me indicaste. Por isso será bom que lhe escrevas, dizendo-lhe que, se não se apresentou ainda ao Falcão, o faça sem receio. Será recebido de braços abertos.

Do teu do C.

Antero.

José Falcão era no meu tempo estudante de matemática e tambem de filosofia, se a memória me é fiel. Doutorou-se e foi lente da Universidade. Afavel, simpático e insinuante, tinha muitos amigos, sendo Antero do Quental um dos seus mais íntimos. Professava, como ele, ideas avançadas em assuntos relativos á constituição social democrática, e tanto que veiu depois a pertencer ao grupo republicano dos doutores Correia Barata, Emídio Garcia, Bernardino Machado e Zeferino Cândido.

Pombal e os Jesuitas

Rei ao torno,
Marquês no trono.

A José Malhôa

ARTISTA INSIGNE E BENEMÉRITO

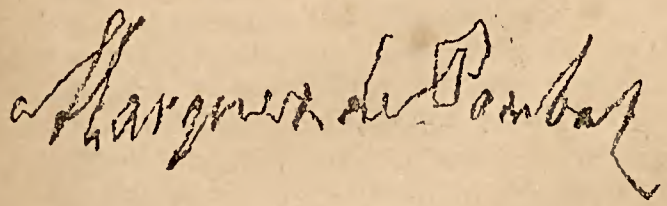
Autor do célebre quadro histórico, em que é representado o marquês de Pombal, pedindo perdão de suas faltas á rainha D. Maria I.ª

Último interrogatório

15 de Janeiro de 1780

(Cópia tirada do processo original)

«Conhecendo que, ainda em estado menos deploravel, era necessario que a sua grande debilidade e extinção de espiritos, que se foram abatendo cada dia mais em cada sessão, o tenham feito incorrer em grandes faltas de memória e erros de entendimento, põe todas elas com humilíssima submissão ao pé do trono da Rainha Nossa Senhora, esperando só e unicamente da sua augusta e benigna piedade o perdão de todas ae sobreditas faltas e erros.»



Pombal e os Jesuitas

I

A noite de 3 de Setembro de 1758

O crime existiu. Os tiros eram para el-rei; e os que padeceram foram réos.
REBELO DA SILVA — *Lágrimas e tesouros*, pag. 57.

Na manhã de 4 de Setembro de 1758 espalhou-se em Lisboa um boato aterrador. Dizia-se, a princípio, que na vespera á noite tinham disparado uns tiros contra Pedro Teixeira, creado particular do rei; mas depois correu com insistência que haviam sido dados em D. José I, e foi esta última atoarda a que por fim prevaleceu.

A voz geral atribuiu logo aos Távoras o sacrílego atentado, e essa família da primeira nobreza, que tinha o seu brazão de armas na sala dos Cervos do paço real de Cintra, era então bastante numerosa, pois a ela pertenciam os marquêses do mesmo título, pai e filho, as marquesas D. Leonor e D. Tereza — José Maria de Távora e suas irmãs a marquesa de Alorna e a viscondessa de Atouguia — a duquesa de

Aveiro e a condessa da Ribeira Grande, o conego José Maria de Távora, Manuel, João e Nuno Gaspar de Távora, os quais todos quatro estiveram encerrados no forte da Junqueira, onde um deles (João) acabou os seus dias e foi sepultado.

O facto de se haverem dado os tiros no rei é, entre todos os lances desse misterioso drama, o primeiro que foi posto em dúvida, tendo sido lançado á conta de enredos e manejos de Sebasíião José de Carvalho e Melo, depois conde de Oeiras e marquês de Pombal, a quem o partido da aristocracia e dos jesuitas julgou conveniente mimosear com a invenção de uma *pavorosa*, como hoje diríamos, para se assenhorear ainda mais do ânimo do rei, abatendo-o e dominando-o pelo terror. Todavia, quando não existissem os importantes documentos, que vamos transcrever em parte, e outros testemunhos contemporâneos, dignos de fé, bastaria para comprovar esse triste sucesso o ofício em cifra do ministro de França em Lisboa, M. de Saint-Julien, o qual, transmitindo ao seu governo no dia 12 de setembro a notícia do atentado, havia de certo obtido as suas informações de fonte limpa.

Esse ofício, conforme o extracto publicado pelo visconde de Santarem, a pag. 123 do tomo

VI do seu *Quadro elementar das relações políticas de Portugal*, é como se segue:

«... em cifra lhe diz que era com horror que dava parte da verdadeira causa daquela doença, sobre a qual se guardava o maior segredo, sendo que a suposta contusão era uma ferida no braço e espádua direita ocasionada por dois tiros de bacamarte que atiraram á carruagem de el-rei. — Que, segundo se dizia, eram seis os assassínos, bem que fossem só tres os bacamartes; o primeiro destinado para o boleeiro não fez fogo; os dois outros foram disparados sobre a carruagem, que ficou cravada de balas. Os assassinos estavam a cavalo.»

Sobre o caso dos tiros houve duas testemunhas de vista: o sargento-mór Pedro Teixeira, confidente do rei, a quem acompanhava na referida noite dentro da sege, e o boleeiro Custódio da Costa.

Ambas foram inquiridas no palácio da Ajuda a 2 de janeiro de 1759 pelo desembargador Pedro Gonçalves Cordeiro Pereira, na presença dos tres secretários de estado Sebastião José de Carvalho e Melo, D. Luís da Cunha e Tomé Joaquim da Costa Corte-Real.

Pedro Teixeira «disse que, vindo ele testemunha na carruagem com el-rei nosso senhor na noite infaustíssima de que se trata para en-

trar pela porta da quinta de Baixo *(palácio de Belem)*, que está junto á travessa do Guarda-mór da Saúde, e pretendendo abrir a dita porta achara que nela não poude nunca introduzir a referida chave; que, porém, fazendo alimpar a dita fechadura, e saindo sua magestade com ele testemunha pela referida porta tomara pela calçada que dela vai por entre o muro da referida quinta e as casas e terra do oficial maior da secretaria de estado António José Galvão, indo a sege a passo até á esquina e arco que ficam ao norte das casas da quinta do Meio ou pateo das Vacas; que depois de haver dobrado a dita esquina reparou em que o boleeiro Custódio da Costa apressara inesperadamente os passos dos referidos machos; que, tendo avançado quarenta ou cincoenta palmos pelo caminho acima, ouvira um grande estrondo de tiros; que logo sucessivamente se sentira el rei nosso senhor gravemente ferido; que ele testemunha percebera que os mesmos tiros o tinham ofendido, e que o sobredito boleeiro se principiou a queixar de que se achava tambem com a grave lesão que depois se manifestou, achando-se o sobredito boleeiro todo crivado de grossa munição; que sucessivamente se achou o dito senhor com o horrorosíssimo estrago que ele testemunha presenciou na mesma fórma que consta

da certidão do cirurgião-mór do reino António Soares Brandão, a que se refere: e que, emfim, examinando depois por onde haviam penetrado os referidos tiros, viu ele testemunha que foram disparados contra o espaldar da carruagem que transportava o dito senhor, abrindo nele dois buracos muito grandes e disformes, e arruinando quási todo o espaldar com a muita cópia de munição que nele penetrou. E acrescentou que, ao tempo em que sua magestade se sentiu ferido, considerando com a inseparavel serenidade e heroica constância de seu augusto ânimo que todos os passos que desse para o seu rial palácio o poriam mais distante do cirurgião-mór, que devia curá-lo, mandando voltar pela calçada grande que está por fóra dos quarteis do regimento de infanteria e das riaes cavalariças, passou a casa do dito cirurgião-mór, onde, depois de haver recebido com religiosíssima piedade a absolvição sacramental, permitiu que se descobrissem as feridas e com elas o horrorosíssimo estrago que todos deploramos, para se lhe aplicarem, como aplicaram, os próprios remédios, o que tudo ele testemunha disse que sabia por ter visto e presenciado tudo na referida fórma.»

O boleeiro Custódio da Costa foi em seguida interrogado sobre os factos mencionados no de-

poimento anterior, os quais plenamente confirmou, dizendo «que todos passaram na verdade assim como no mesmo depoimento se acham declarados, e que a eles se refere; sendo todos os referidos factos escritos assim como passaram na verdade, que ele testemunha presenciou por ser o mesmo idêntico boleeiro que na infaustíssima noite de 3 de setembro próximo passado guiava a sege em que el-rei nosso senhor passava da quinta de Baixo para o seu rial palácio.» Só acrescentou «que o motivo que teve para acelerar o passo dos machos que conduziam a sobredita sege, ao tempo em que esta passava do arco que estava da esquina das casas da quinta do Meio para o norte, foi por haver visto saír tres homens a cavalo debaixo do referido arco, um dos quais desfechou contra ele testemunha, viu que errara fogo, sendo quási á queima-roupa, disparado para matar a ele testemunha, que por isso procurou salvar a rial pessoa de sua magestade com os passos apressados que deu, sem comtudo haver declarado ao dito senhor o motivo daquela pressa: e que um pouco mais acima lhe parecera vêr uns vultos a cavalo da parte do muro novo, ao tempo em que se dispararam os referidos tiros, o que ele testemunha sabe pelas razões que dito tem.»

Cabe aqui naturalmente perguntar que grau

de credito merecem esses depoimentos? Foram acaso forjados para fins sinistros da política sanguinária do ministro Carvalho, ou serão, com efeito, a fiel expressão da verdade? A esses quesitos não há resposta mais cabal do que as declarações feitas pelo duque de Aveiro e por outro assassino, Antonio Álvares Ferreira, nenhum dos quais foi posto a tratos, como se mostra do processo. Por elas se verá, não só até que ponto confirmam os depoimentos de Pedro Teixeira e de Custódio da Costa, mas tambem que os ampliam e completam de fórma tal que se torna facil recompôr a horrivel scena, passada nas trevas da noite, em sitio ermo, entre uma carruagem em que el-rei voltava de uma aventura amorosa, como de costume, em companhia de um creado particular, e quatro assassinos, postados em duas emboscadas, estando dois a pé e dois a cavalo.

A dama com quem D. José I se encontrava todos os domingos á noite no paço de Belem era a marquesa de Távora, moça, D. Tereza, sendo ele sempre tão pontual nessas entrevistas que nem faltou á daquele dia, não obstante ser o terceiro do nojo em que estava encerrado pelo falecimento de sua irmã, a rainha de Hespanha.

Vejamos agora o que disse o duque de Aveiro.

«Respondeu que por descargo da sua consciência declarava que haverá tres mêses, pouco mais ou menos, mandara chamar por um guarda-roupa, que actualmente serve a ele respondente, por nome Manuel Álvares, morador em Alfama ou nos Olivais, e que vindo o dito António Álvares falar a ele respondente lhe propuzera ser ele o que cometesse o sacrílego insulto debaixo da expressão de que havia atirar a uma sege que havia passar pela calçada que vai da quinta do Meio para o paço de Nossa Senhora da Ajuda; que o dito António Álvares se encarregou da referida diligência, dizendo contudo que ele a não podia executar por si sómente: que por isso falou o dito António Álvares a um seu cunhado, chamado José Policarpo de Azevedo, para associar nos referidos tiros, que ele respondente mandara dar na sobredita sege. Que unindo-se ambos receberam dele respondente dezaseis moedas por uma vez, quatro por outra vez, e vinte moedas por outra; que por este prémio sómente executaram o referido mandato, descarregando os tiros de que recebeu a ofensa el-rei nosso senhor; depois de haverem dado os referidos tiros fugiram logo nos cavalos que haviam comprado para este efeito, sem que ele respondente os tornasse a ver naquela noite: que, mandando ele respondente chamar

dois dias depois daquele infaustíssimo sucesso o mesmo agressor António Álvares, e vindo ele, com efeito, de noite a casa dele respondente, o vira então pela primeira vez depois de haver sido o referido insulto; que então lhe contara os efeitos que haviam tido os sacrílegos tiros, recomendou-lhe o segredo daquele horrendo caso, que os motivos que teve ele respondente para se precipitar em um tão inaudito e tremendo absurdo foram a ira e a paixão que desordenadamente concebera contra a rial e sacratíssima pessoa de el-rei nosso senhor por lhe haver impedido com as suas riais ordens o vencimento da causa das comendas, que tinham andado na casa de Aveiro, e a celebração do matrimónio que tinha ajustado com licença de sua magestade entre o marquês de Gouveia, filho dele respondente, e D. Margarida de Lorena, filha dos duques de Cadaval.»

Confessou tambem que estivera debaixo do arco contíguo ás casas da quinta do Meio «esperando a pé associado de um seu creado, João Miguel; sendo ele respondente quem disparou o tiro que errou fôgo contra o boleeiro que conduzia sua magestade na sege, a que logo depois se atirou.»

António Álvares Ferreira, natural da freguezia de Negrelos, no arcebispado de Braga, ti-

nha quarenta anos de idade e era feitor do Jardim do Tabaco.

Eis a sua tocante e sincera confissão:

«Respondeu, pondo-se de joelhos com as mãos postas, que ele queria descarregar a sua consciência e salvar a sua alma, dizendo toda a verdade, e que esta era:

«Que antes da fatal noite em que sucedeu este caso, tres mêses pouco mais ou menos, mandara o duque de Aveiro chamar a ele respondente por um seu irmão, chamado Manuel Álvares, e que importava muito lhe falasse logo.

«E, como ele respondente tinha servido ao dito duque onze ou doze anos, como tem dito, na ocasião de seu guarda-roupa, lhe veiu logo falar. E o dito duque o levou para uma barraquinha nas terras defronte do jardim das suas casas, e aí lhe disse: Que ele respondente o tinha servido tantos anos, e tinha conhecido que ele respondente era de segredo e fidelidade, e assim que fiava dele respondente um grande segredo, e que só dele o fiava; que, se o revelasse, corria evidente perigo a vida dele duque e a dele respondente, e que vinha ser: — que a ele duque o andavam esperando para o matarem, e que já lhe tinham atirado um tiro, e o tinham errado, e que assim, para se livrar deste perigo, queria que ele respondente o acompa-

nhasse para matar a quem o queria matar a ele duque, e assim que ambos haviam ir em uma sege com duas espingardas curtas esperar uma sege que havia descer pela calçada da Ajuda, e que haviam de esperar em cima no largo acima das casas do ex.mo secretário de estado, o sr. Sebastião José de Carvalho e Melo, e que haviam de esperar ambos a um tempo a dita sege, em que vinham duas pessoas.» — E logo lhe tornou a dizer — «que o irem em sege podia ser perigoso, que o melhor era irem ambos de cavalo; e assim que ele respondente comprasse dois cavalos, um para ele duque, e outro para ele respondente, para o que o mandou esperar emquanto chegava a casa, e voltando logo lhe deu dezaseis moedas de ouro para comprar os ditos dois cavalos. E, com efeito, ele respondente comprara os dois cavalos, um por quatro moedas a um homem chamado Luís da Horta, que mora no páteo do Socorro, e outro a um cigano chamado Manuel Soares, que mora em Marvila, por outras quatro moedas. E agora lhe lembra que o primeiro custou quatro moedas e meia.

«E que, vindo ele respondente com os dois cavalos na mesma semana em que o duque lhe falara, este montara em um, e ele respondente em outro, e lhe dissera que lhe queria ir mos-

trar a sege. E, com efeito, ambos foram esperar no sítio que tem declarado, onde estiveram até ás dez horas e meia, e que, como não passara a sege que esperavam, se foram ambos embora. E que dessa vez não levaram armas algumas. E que, passados tres ou quatro dias, tornaram a pé ao mesmo sítio para o mesmo efeito do duque lhe mostrar a sege a ele respondente; que tambem foram sem armas, e que esperando até ás mesmas horas não passara a dita sege, e da mesma sorte se recolheram. E que depois lhe dissera o dito duque a ele resqondente que daquela fórma não faziam bem, porque ele duque era muito conhecido, que o melhor era dizer ele respondente a seu cunhado José Policarpo de Azevedo que lhe fosse falar a ele duque, que como tambem era de segredo e com resolução ambos podiam fazer bem aquela diligência. E, com efeito, ele respondente dera o recado ao dito seu cunhado, da parte do dito duque, e lhe dissera para o que era. E o dito seu cunhado viera falar com o duque, e este lhe dissera o mesmo que tinha dito a ele respondente. E se ajustaram a irem todos tres para lhes mostrar e verem e conhecerem a dita sege. Mas que, chegando acima das terras e defronte do páteo do dito ex.^{mo} sr. secretário de estado, aí mandou o duque a ele respondente que ficasse

com os cavalos, e ele foi mais o dito José Policarpo ao mesmo sítio, e aí então disseram que tinha passado a sege que o dito seu cunhado ficou conhecendo.

«E que depois fôra ele respondente e mais o dito seu cunhado muitas vezes, que seriam doze ou quinze vezes, fazer que iam esperar a dita sege, e que, suposto algumas vezes a viram passar, não quizeram atirar, e iam sempre dar parte ao dito duque que não tinha passado.

«Até que ultimamente em um domingo, segundo lembrança dele respondente, lhe dissera o dito duque que nessa noite certamente havia passar a dita sege, que fossem eles sem falta porque ele duque tambem havia ir. E, com efeito, foram, e o duque não foi. E ele respondente e o dito seu cunhado estiveram esperando acima da quinta do Meio da banda das terras, junto ao muro que estava por acabar, e aí passara a dita sege a tempo que já tinham dado onze horas da noite, e disparando ambos ao mesmo tempo as espingardas nas costas da sege se retiraram a correr pelas terras abaixo direitos á travessa do Guarda-mór, e metendo-se na rua Direita deste logar seguiram para Lisboa, por sinal que, quando deram os ditos tiros, tinha passado Bento António, e ainda o vieram encontrar quási no meio do muro da quinta. E que,

passados dois dias, viera ele respondente falar ao dito duque, e este, sem ele respondente lhe dizer cousa alguma, lhe dissera que aquilo não prestara para nada, porque tinham atirado ao meio, e não tinham chegado ás portinholas da sege com as pistolas, como ele duque lhes tinha dito. E ele respondente se desculpara, dizendo-lhe que, quando atiraram com as espingardas, fôra a tempo que passara gente, causa porque não foram com as pistolas á sege. Ao que lhe respondera: —Está feito, está feito.»

Quanto ao outro assassino, José Policarpo de Azevedo, é ponto averiguado que ele não só não foi preso em 14 de dezembro na quinta do duque de Aveiro em Azeitão, por não ter sido ainda sequer suspeitada a sua cumplicidade, e não ir portanto o nome dele na relação que levava o desembargador encarregado de efectuar a captura de várias pessoas daquela familia, mas tambem que nunca pôde ser agarrado, por mais diligências que para isso fizesse, dentro e fóra do reino, o marquês de Pombal.

Ficaria, de certo, incompleta esta notícia, se não apresentassemos tambem aqui a descrição autêntica dos graves ferimentos do rei, conforme se lê na certidão passada pelo cirurgião-mór Antonio Soares Brandão.

«Antonio Soares Brandão, cavaleiro professo

na ordem do Christo, cirurgião da camara de sua magestade fidelissima, dos seus exércitos, e cirurgião mór do reino e suas cconquistas etc.

«Certifico que no dia tres de setembro deste presente ano, depois das onze horas da noite, vi e curei a el-rei nosso senhor, que Deus Guarde, de umas feridas combustas e dilaceradas, feitas com armas de fogo, ao meu parecer, maiores que as espingardas ordinárias, carregadas estas com chumbo grosso, as quais feridas principiavam desde a omoplata ou espádua direita, descendo pelo hombro e braço abaixo até o cotovelo e tudo pela parte posterior, compreendendo tambem o peito na mesma parte, no qual tambem recebeu do chumbo seis orificios, mas na parte superior do braço perto da articulação e sobre o musculo deltoide foi a maior força da carga, que pelos efeitos do estrago me pareceram os tiros dados á queima-roupa; de sorte que fez na sua entrada uma grande cavidade, com muita perda de substancia, grande dilaceração, da qual resultou muita perda de sangue, e passou o chumbo embuxado, junto e por cima dos processos da articulação do hombro, a parte interior, donde fez um grande tumor, no qual foi preciso fazer uma incisão, e se tirou por esta parte chumbo e fragmentos da carruagem, tudo em muita quantidade, excepto

o chumbo que já se tinha tirado pela sua entrada, e na continuação da cura se tiraram mais por diversas partes do braço trinta e oito grãos do mesmo chumbo e algumas porções do vestido, e por ser tudo verdade o juro pelo hábito de Christo, de que sou professo. Junqueira a 20 de dezembro de 1758.—*Antonio Soares Brandão.*»

Ora, eis aí o que sucedeu na infausta noite de 3 de Setembro de 1758, noite de tão angustiosas recordações para D. José I que ele não só fez voto de erigir um templo em memória de ter escapado á sanha dos assassinos, mas tambem, volvidos dois anos certos sobre aquela data, lançou com a maior solenidade, em presença de toda a côrte, a primeira pedra dos alicerces, e ainda á hora da sua morte, recomendou á herdeira da corôa, D, Maria I, qne acabasse a igreja. «Em terceiro logar lhe recomendo que completará a igreja da Memória, que prometi a Deus fazer, e se acha meia feita em agradecimento do beneficio que me fez, e que foi notório a todo o reino».

A igreja de Nossa Senhora do Livramento e S. José, que ficou sendo denominada da Memória, aí está no mesmo sitio em que se deram os tiros, com o seu elegante zimbório e um conjuncto harmonioso e belo, ao gosto do Renascimento. Se o exterior carecido de limpeza, as

vidraças partidas, e os telhados e terraços mal reparados, por onde entra a água das chuvas, que danifica a abóbada interna e o madeiramento, anunciam em verdade ruina próxima, e atestam infelizmente ao estrangeiro incúria e desleixo indesculpaveis, não acusemos por tão justo motivo os nossos governos ou, antes, desgovernos.

Referindo, sem nenhum receio da menor constestação, o que passou naquela famosa noite, deixámos ainda no tinteiro o que se não viu. Calámos, muito de propósito, se mais alguem, afora o infame duque de Aveiro, armou o braço dos regicidas; se porventura contra a vida do soberano tramaram outros membros da nobreza e os jesuitas, que, na frase ambigua do ilustre dr. Coelho da Rocha, ficaram envolvidos na conspiração. Pareceu-nos, ao traçar estas linhas, que numa época de tão aferrado positivismo, como a nossa, o rigor inflexivel dos documentos diria muito melhor que todas as conjecturas, por mais bem fundadas e deduzidas que fossem, e contra as quais é bom estar de sobre aviso, porque nem sempre serão desinteressadas e sinceras. Por isso, já em 1876, o nosso grande historiador Herculano se mostrava, com razão, adverso a «certas generalizações e filosofias da historia, hoje de moda, em que se generaliza o erróneo ou o incerto».

II

Depois da Tragédia

Justiçados os Távoras, o duque de Aveiro e os seus cumplices, queimados e reduzidos por fim a cinzas, em 13 de Janeiro de 1759, por causa dos tiros disparados em D. José I, continuou *post mortem* o processo dos mesmos réos.

Foram eles, como todos sabem:

José Mascarenhas, duque de Aveiro.

Francisco de Assis, marquês de Távora.

D. Leonor, marquêsa de Távora.

Luís Bernardo, marquês de Távora.

José Maria, ajudante de ordens de seu pái, marquês de Távora.

Jerónimo de Ataíde, conde de Atouguia.

António Álvares Ferreira, guarda-roupa do duque de Aveiro.

José Poliearpo de Azevedo, cunhado de António Álvares Ferreira, queimado em estátua.

Manuel Álvares Ferreira, guarda-roupa do duque de Aveiro.

Braz José Romeiro, cabo de esquadra do marquês de Távora, filho.

José Miguel, creado de acompanhar do duque de Aveiro.

Um decreto, ainda hoje inédito, datado aos 27 de Janeiro de 1759, mandou fazer uma devassa para se conhecer «dos residuos que ainda ficaram depois da execução de 13 de Janeiro», e se assegurar a punição de todos os cumplices no atentado contra a vida do rei.

Mas, tres dias antes de começar essa diligência, que veiu a formar um grosso volume com esta denominação — *Autos de devassa da Inconfidencia, que, sem limitação de tempo nem de numero de testemunhas, foi sua magestade servido por seu rial decreto mandar tirar* — havia já principiado na presença do secretário de estado dos negocios do reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, a correr um segundo processo, desordenado e descosido, por folhas soltas de *autos de perguntas*, sobre os factos de que tinham sido culpados os Távoras e sobre o gráu de criminalidade deles. [1] Este processo durou

[1] Os interrogatórios começam geralmente assim: — «Se sabe ou suspeita a causa da sua prisão? — Se sabe

anos, e, tendo começado na quinta do Meio (páteo das Vacas), continuou no forte da Junqueira, na cadeia do Castelo e na cadeia da côrte (Limoeiro).

Era principalmente no forte da Junqueira que se encarceravam os criminosos políticos, como hoje dizemos; *cadeia de estado ou bastilha* lhe chama com enfatuação e arrogancia o desembargador José António de Oliveira Machado, adjunto e escrivão da Suprema Junta de Inconfidencia, que residia no forte, e era um dos becas de maior estimação do onipotente ministro. Ali foi que depuzeram o maior número de testemunhas, reclusas no segredo das cadeias, pela maior parte, servos, pessoas de familia dos réos defuntos. O tribunal compunha-se do desembargador Pedro Gonçalves Cordeiro Pereira e do escrivão Oliveira Machado. Assistia algumas vezes Sebastião José de Carvalho.

Aqui é de considerar que o processo, cujas

---

que o duque, que foi de Aveiro, e outros fidalgos foram presos, e a causa porque o foram?»—No auto de perguntas feitas em 13 de março de 1759 a António José, boleeiro do marquês de Távora, filho, lê-se o seguinte: — «E perguntado se no dia seguinte á dita noite de 3 de Setembro fôra o dito marquês, que foi seu amo, a casa do dito duque, onde se achavam os pais do dito seu amo e outros fidalgos mais?» — etc.

provas foram alegadas e resumidas na sentença de 12 de Janeiro de 1759, impressa ha mais dum século, é história corrente e sabida: se as provas foram verdadeiras, a sentença tambem o é; se, porém, foram falsas, praticou-se uma tremenda iniquidade—longa, interminavel disputa, nascida da reacção natural, da compaixão provocada pela barbaridade da execução, e ainda depois alentada pela sentença revisória de 23 de Maio de 1781.

Mas o processo dos autores do atentado, depois de supliciados, é história absolutamente ignorada, se é que não póde dizer-se nova, porque não há documentos novos. Exumá-la dos arquivos em que jaz, e expô-la ás vistas de todos, parece-me ser ao mesmo tempo uma severa lição sobre os horrores da tirania e uma util diversão cheia do mais vivo interesse para os espíritos cultos, e não menos para os incultos que tem fome e sêde de verdade.

Cumprindo adoutar um método no exame deste monstruoso processo, assentámos que o mais simples e claro seria classificar ou agrupar esses autos por anos da maneira seguinte:

1759 (de 24 de Janeiro a 31 de Março).—Perguntas aos lacaios dos fidalgos na Inconfidência.

Família do duque de Aveiro:

José Ferreira da Costa, sota-cocheiro da duquêsa.

Lourenço de Almeida, creado de acompanhar a duquêsa na táboa.

André da Fonseca e António Roiz, moços de acompanhar a duquêsa.

Gabriel da Costa, azemel do duque.

Manuel da Silva Padilha, moço dos arreios.

António Lopes, moço da cavalariça.

Família do marquês de Távora:

Caetano de Távora, cafre e escravo do marquês, a quem servia de guarda-roupa.

Matias José, guarda-roupa de José Maria de Távora, e os moços deste, António dos Santos e Joaquim Roiz.

Família do cónego José Maria de Távora (irmão do marquês)

José Maria de Campos, guarda-roupa.

António de Barros, boleeiro.

José Maria, creado de escada acima.

José António, moço de mulas.

Família de D. Manuel de Sousa Calhariz:

Manuel José de Aguiar, creado.

Miguel José, Bartolomeu Francisco e João António, escravos.

Francisco Ferreira de Sousa, feitor da quinta do Calhariz.

João de Sousa, copeiro.

José António de Menezes, moço da cópa.

Manuel José, boleeiro da mulher de D. Manuel.

João Baptista, creado de escada acima de D. Frederico, filho do mesmo D. Manuel.

Foram tambem inquiridos:

António José, boleeiro do marquês de Távora, filho.

José Gomes e José Bernardes, aquele cabo e este soldado da companhia do dito marquês.

Finalmente, Manuel José, que antes de ser preso morava em casa de José Policarpo, a quem servia.

Nas *perguntas aos lacaios* foram averiguados os seguintes factos:

A casa dos marquêses de Távora, pouco antes de se darem os tiros, iam principalmente o duque de Aveiro (casado com uma irmã do marquês de Távora, D. Leonor Tomázia), o conde de Atouguia (casado com uma filha dos marquêses de Távora, D. Maria Bernarda), Manuel de Távora (irmão do marquês), o marquês de Alorna, o desembargador António da Costa

Freire, um padre vestido de preto, com barbas grandes e brancas (Malagrida), o qual tambem falava com a marquêsa, e mais outros padres do mesmo habito (jesuítas). Na Semana Santa deste ano a marquêsa de Távora tinha ido a Setubal com seu filho José Maria fazer exercícios espirituais com o padre Malagrida, seu confessor, com o qual tambem se carteava, e quem lhe trazia as cartas era um moço do mesmo Malagrida, chamado o Corcunda.

A testemunha que fez a maior parte dessas declarações foi Caetano de Távora, escravo do marquês de Távora, a quem servia de guarda-roupa. A respeito dele houve uma recomendação especial que me parece digna de menção. Ei-la:

«O mesmo marquês de Távora tinha por guarda-roupa um cafre ou negro, que se acha preso com os mais creados acima. E se deve perguntar este cafre para coarctar as horas da saída e entrada do marquês em sua casa. E para declarar os vestidos e armas com que saíu e entrou; se voltou da mesma sorte que saíu, isto é, em corpo, de capote, a pé ou a cavalo, que companhia trouxe, etc. E se as botas ou sapatos que trouxe estavam limpas ou se traziam lama. — Este cafre é ou se finge boçal. E achando-se verdadeira esta sua rudez se devem fazer

as perguntas tão separadas, tão curtas e abstratas que basta que ele responda sim ou não para se vir no conhecimento da verdade.»

Na mesma noite de 3 de Setembro de 1758 saíram da cavalariça do duque de Aveiro os cavalos *Palhavan*, *Coimbra*, *Serra* e *Guarda-Mór*, e mais dois que para lá tinham ido, selados e enfreiados, dois dias antes, mandados pelo marquês de Távora, filho (casado com sua tia, irmã de seu pae, D. Tereza de Távora e Lorena). Desta circumstância se fez menção na sentença de 12 de janeiro de 1759, nos termos seguintes: — «Que dois dias antes dele *(o atentado)* ser cometido (o marquês Luís Bernardo) havia mandado com cautelosa prevenção dois cavalos aparelhados e cobertos com telizes para a cavalariça do duque de Aveiro.» — No segundo processo, de que tratamos aqui, a testemunha inquirida, Manuel da Silva Padilha, moço dos arreios da casa do duque, negou o facto, mas de modo que fazia supôr e acreditar o contrário. — «Respondeu que nada sabia — diz o auto. — Porém, isto foi dito por modo tão comprimido, que mostrava saber e não se atrever a dizer.»

José Maria de Távora podia em sua casa entrar e saír sem ser presentido, porque tinha porta e chave no seu quarto para a rua. Não

visitava o duque de Aveiro. Dois dias depois de se ter espalhado que D. José I estava molesto, e a causa porque o estava, o guarda-roupa de José Maria disse-lhe que fôra grande o atrevimento de quem dera os tiros; ao que o outro respondeu que tinha na verdade sido grande o atrevimento, «porém que havia pena posta a quem falasse nisso.» Ora, esta afirmação era inteiramente falta de verdade.

José Policarpo de Azevedo, de estatura ordinária, nem grosso nem delgado, trigueiro, barba preta, cabeleira de chicote, casaco e calção de pano azul, veste de droguete escarlate, tinha vinte e cinco anos de idade e era casado. Comquanto fôsse guarda do tabaco da alfandega, a esse tempo não exercia o logar; quem por ele o estava servindo era seu cunhado António Alvares Ferreira, morador em Alfama no bêco do Almotacé, junto á rua da Regueira, ao Salvador.

José Policarpo acompanhara o duque de Aveiro á casa de campo de Azeitão, e ocupava-se em andar armando aos pássaros com o marquês de Gouveia, filho do duque. Em Lisboa não tinha parte certa; umas vezes dormia em casa do cunhado, José Luís da Costa Velho, outras nos Olivais em casa de uma irmã, onde tinha sua mulher, outras em casa de uma mulher, com quem tratava, e outras vezes em casa do

duque de Aveiro em companhia de seu cunhado Manuel Álvares Ferreira. Na manhã das prisões em Azeitão desapareceu e nunca mais ninguem o viu. [1]

1760–1762. — Perguntas a várias pessoas.

Destes interrogatórios resulta o seguinte:

Na madrugada de 13 de dezembro de 1758 foi cercado de tropa o palácio do duque de Aveiro, como as casas dos outros réos e as dos jesuítas. O duque estava em Azeitão, onde foi preso no dia imediato, mas fez-se-lhe sequestro na sua residência em Belem, tendo sido encarregado dessa diligência o desembargador Estevam Pinto de Carvalho, que mandou por um

[1] Não foi preso «por não ir na lista» — *Mem. Hist.* por Amador Patricio, n.º 114, no *Jornal da Noite*, n.º 135, de 8 de junho de 1871. Em nota diz o seu redator, A. A. Teixeira de Vasconcelos: — «José Policarpo de Azevêdo fugiu para as margens do Tamega, onde acabou os dias em uma aldeia como lavrador, e só por sua morte veiu a saber-se que fôra um dos implicados no processo dos tiros disparados contra el-rei.» — Confirma esses factos o que se lê, com muito interesse, de pag. 63 a 66 no *Perfil do marquês de Pombal*, de Camilo Castelo Branco. A pag. 55 diz-se tambem o seguinte: — «José Policarpo de Azevedo, se então fugisse, seria retido no cinto de tropa que cercava o palácio e a quinta. Não fugiu: ficou intacto, porque a sua cumplicidade não tinha ainda sido descoberta nem suspeitada.»

soldado chamar António José de Matos Ferreira, morador em Alcolena, guarda-roupa de D. José I, apontador das moradias e escrivão da fazenda da casa do duque de Aveiro. Matos Ferreira foi numa sege sua apresentar-se ao desembargador, que imediatamente procedeu ao inventário de todos os bens do duque, dados a rol por Matos e pelo monteiro Joaquim José. Fez tambem entrega de todos os papeis do duque, e logo depois, em companhia do monteiro, foi levá-los na mesma sege em que viera ao secretário de estado Sebastião José de Carvalho, sendo ambos em seguida mandados recolher ao Limoeiro.

Na noite de 3 de setembro o marquês de Távora, filho, tinha ido para casa do duque de Aveiro com um rabeca chamado André, e ali estiveram tocando e dançando as filhas do duque «com as janelas da varanda que cái para a rua abertas, contra o costume» — diz o primeiro processo. O duque não estava em casa, e seriam onze horas quando recolheu.

No dia seguinte constou que Pedro Teixeira, sargento-mór e confidente do soberano, levara um tiro; corria tambem que D. José estava enfermo de uma quéda; finalmente, espalhou-se que tinham dado uns tiros no rei, e todos diziam que fôra o marquês de Távora.

Na manhã desse mesmo dia o duque de Aveiro mandara chamar Antonio José de Matos Ferreira, e recebeu-o com a duquesa na *Sala Verde* do palácio. Perguntou-lhe se sabia alguma novidade e, como tivesse resposta negativa, contou-lhe então que se dizia estar o rei doente; e, por não ter ainda recebido aviso, mandou-o ao paço saber o que havia. Saíu Matos, e falando com o camarista visconde de Ponte do Lima por ele soube que el-rei estava sangrado. Voltou a dar esta notícia ao duque, que logo mandou pôr uma carruagem para ir ao paço, onde lhe disse o marquês de Angeja que D. José I tinha caído e maguado um braço, mas que ficaria bom com quatro sangrias.

Era essa a versão oficial. Cá fóra mui diversa; todos punham a bôca no marquês de Tavora, e o rei era geralmente acusado de ter dado causa aos *sacrilegos tiros* por andar mal encaminhado com a marquesa de Tavora, moça. A voz pública, reproduzida pelos infelizes encarcerados nos interrogatórios feitos em segredo no tribunal da Inconfidência, e logo consignada nos instrumentos judiciais em que todo este capitulo se estriba, dava efetivamente por causa dos tiros dos fidalgos os amores do rei com a marquesa de Távora, D. Tereza. Essa voz, espalhada antes do horroroso suplício de 13 de

janeiro, persistiu depois dele, como adeante se verá, acrescentada e alindada com outras circunstancias que a fantasia popular sempre se compraz de inventar em casos semelhantes. E era tão geral que o embaixador de França, conde de Merle, e o ministro inglês, Hay, residentes em Lisboa, a repetiram aos seus governos, o primeiro com certa dissimulação, e o segundo sem nenhum rebuço. «Que tudo quanto havia podido saber ácerca da marquesa de Tavora — dizia o conde de Merle — era que aquela fidalga ignorava tudo quanto se tramara contra a vida de el-rei; que soubera do atentado ao mesmo tempo que o publico; que desde então ficara na maior inquietação; que depois do atentado o confessor de el-rei lhe dera licença de receber as pessoas de sua familia: que el-rei lhe mandava dar uma mesada de 500 francos para seu sustento, mas que não a tornara mais a ver: que a marquesa tinha pouco talento, e que por génio nunca se tinha prestado a ingerir-se nos negocios, nem ainda no tempo em que ela gozava do favor e confiança de el-rei.[1]» — «Pois que sua magestade — escrevia o minis-

[1] V. de Santarem — *Quad. Elem.*, t. VI, pag. 168 e 169. — «Fr. Antonio de Sant'Ana, provincial dos Arrábidos e confessor de D. João V, procurou a marquesa e

tro inglês—deseja ser informado das particularidades desta conspiração, mencionarei uma circunstancia, que procuram ocultar engenhosasamente, sem impedir que se não acredite, e é a única a que se atribue o pérfido procedimento dos Távoras: — são as relações do rei com a mulher do marquês novo, as quais começaram no tempo em que o general foi vice-rei da India, e continuavam agora. [1]»—Todavia, a causa verdadeira do atentado não tinha sido essa, conforme o que pudemos ajuizar á vista de outros documentos contemporâneos.

É fora de duvida que o duque de Aveiro foi a cabeça da conjuração. As razões que para isso teve — as que se dão geralmente, e consta do processo que ele tambem deu—de ira e paixão de que se possuiu contra o soberano, e da ânsia torva de afogar em sangue uma vingança longamente meditada, promanavam directamente do seu ruim caracter. Um creado que o serviu dezoito anos declarou «que ele tinha muito má consciência, porque nunca pagava a

---

disse-lhe que sua magestade a mandava recolher ao mosteiro de Santos com uma tença mensal de vinte moedas de ouro, que el-rei dava do seu bolso.» — C. Castelo Branco — *Perfil do marquês de Pombal*, pag. 47, nota 1.

[1] Memoirs of the Marquis of Pombal, by John Smith, pag. 117.

quem devia nem a quem o servia; que tinha péssimo génio e peor condição; que parecia herege, e era sumamente soberbo e desprezador de todos, porque a todos os creados descompunha, sobre lhes não pagar, e de ninguem fazia caso, etc.» No *Tributo que se paga ao duque de Aveiro em décimas* [1] vem ele muito bem retratado:

A quantos o tem servido
Com zelo, amor e dinheiro,
Tem este duque de Aveiro
Muito mal correspondido.
.....

E conta estas histórias dele:

Por feudo de seu amor
De Aveiro as freiras, com grata
Ação, lhe mandam de prata
Santa Joana com primor,
Mas o duque ao portador,
Que foi vivente charola,
Armou-lhe tal corriola
Que, quando se foi, sei eu
Que o nosso duque se ergueu
Com a santa e com a esmola.

Passando o duque de Aveiro,
Viu um pobre desgraçado,

[1] Ms. da Biblioteca Nacional de Lisboa — *Obras Várias*, f. 60, 62 e 62 v.

Que levavam agarrado
Ao tronco do Limoeiro;
O pobre, que sem dinheiro
Não se podia livrar,
Ao duque pôs-se a bradar,
Dizendo: «Tão pobre sou
Que por dois cruzados vou
Exposto a crucificar.»

Ouviu o duque o clamor,
O coche mandou parar
Com tenção de remediar;
Alfim, como tal senhor,
Mas com notavel primor,
Tanto que a dívida ouviu
Do intento desistiu;
E o pobre que a ação condena
Foi tão grande a sua pena
Que ao mesmo tronco partiu.

Indo á egrejn de Jesus
O duque á missa divina,
O abraça uma meuina
Que em carícias se reduz:
A seu palácio a conduz,
Vendo o isento cortejo,
E inflamada em seu desejo,
Pegando dela nos braços.
Lhe deu dois grandes pedaços
Um de pão, outro de queijo.

O mesmo ou outro poeta não duvidou sevandijar tambem o duque de Aveiro em tres sonetos, o melhor dos quais é como se segue:

Um duque, homem de bem por seus avós,
Conhecido em Castela e em Portugal,
Na moleira a Fernando pôs o sal,
Que a Joaquim Leocádio tambem pôs.

Um e outro poeta se dispôs
Para mostrar ao duque o sangue rial,
Mas ambos dizer podem que não val
O que em louvor do duque se compôs.

Se um Alexandre o faz de altas mercês,
Outro lhe diz que a Cesar eclipsou,
E cada um ver pode o mal que fez.

Pois na satisfação com que os pagou
Misturado com sangue português
E' o duque mais vil que Deus criou. [1]

Sendo, como era, mordomo-mór, nem deante dos servos tinha pejo de chamar a D. José I nomes tão afrontosos que a decencia não permite repetir, mas que o leitor encontra em Gil Vicente *passim*. Finálmente, este réo «era geralmente detestado. [2]»—«Ainda depois de morto» e apesar de ter sofrido os tormentos que lhe fizeram no patíbulo «ninguem se compadeceu da sua sorte [3]».

Dizer isto é dizer tudo.

---

[1] idem, f. 60 e 60 v.
[2] V. de Santarem — Quad. Elem., t. VI, pag. 47.
[3] idem — ibid.

III

O Marquês de Pombal e o dia 3 de Setembro

A nobreza, que não via com bons olhos o secretário de estado dos negócios do reino, Sebastião José de Carvalho e Melo — primeiro ministro, não no título, que nunca teve, mas no desmedido valimento — a nobreza, digo, que o tratava com irónico desdem, chamando-lhe até por zombaria o *sr. Sebastião José*, e que no funesto caso dos tiros estava representada pelo duque de Aveiro e os Távoras, seus parentes por íntima afinidade, caíu irremissivelmente nas mãos do seu inimigo mais desapiedado e cruel.

Os jesuitas, implicados no processo que pouco depois se instaurou, tendo sido presos alguns deles na quinta do Meio, conheceram perfeitamente que estava próxima a estourar a procela, que de longe tinha vindo acastelar-se sobre a Companhia de Jesus. Com efeito, é de

7 de junho de 1755 o alvará com força de lei em que se estatuiu que os índios do Grão Pará e Maranhão fossem regidos no temporal pelos governadores, ministros, e pelos seus principais e justiças seculares, com *inhibição das administrações dos regulares*, ficando derogadas todas as leis, regimentos, ordens e disposições em contrário. Este alvará suscitou a observancia da lei de 12 de setembro de 1663, que já se referia claramente aos jesuitas, como se vai vêr:

«Eu El-Rei faço saber aos que esta minha provisão em fórma de lei virem que, por se haverem movido grandes dúvidas entre os moradores do Maranhão e os religiosos da Companhia sobre a fórma em que administravam os índios daquele Estado, em ordem á provisão que se passou em seu favor no ano de seiscentos cincoenta e cinco, das quais resultaram os tumultos e excessos passados, originado tudo das grandes vexações que padeciam, por se não praticar a lei que se tinha passado no ano de seiscentos cincoenta e tres, em tanto que chegaram a ser expulsos os ditos religiosos de suas igrejas e missões, ao exercício das quais é muito conveniente que tornem a ser admitidos, visio não haver causa que obrigue a privál-os delas, antes muitas para que seu santo zêlo seja

ali necessário; e desejando eu atalhar a tão grandes inconvenientes, e que meus vassalos logrem toda a paz e quietação que é justo: Hei por bem declarar que assim os ditos religiosos da Companhia, como os de outra qualquer religião, não tenham jurisdição alguma temporal sobre o governo dos índios...»

Decorridos dois anos, a 19 de setembro de 1757, foram os jesuitas expulsos do paço, onde exerciam o míster de confessores e prégadores.

Em 7 de junho de 1758 eram tambem suspensos de confessar e prégar em todo o patriarcado por edital do cardeal patriarca, exemplo que foi seguido por todo o reino.

Esse edital, notável pelo seu significativo laconismo, foi, a meu vêr, uma consequência do *Mandamento* de 15 de Maio do mesmo ano, em que o cardeal Saldanha, visitador e reformador geral da Companhia de Jesus em Portugal, qualificava de ilícito e escandaloso o comércio que faziam os jesuitas, e lhes vibrava acusações tremendas.

O suplício dos réus do atentado de 3 de setembro na praça de Belem foi o epílogo pavoroso da conjuração. Quanto aos jesuitas presos, bem quizera exterminá-los o ministro Carvalho, mas, como lh'o impedia o seu caracter sacerdotal, dirigiu instantes suplicas á curia romana

para lhe permitir que fossem relaxados á justiça secular: — «todos os eclesiásticos seculares ou regulares que houverem sido e forem convencidos por legítimas provas, réus do execrando insulto e conjuração de que se trata, ou que no tempo futuro atentarem contra as riais pessoas e estado de El-Rei Fidelissimo e de seus sucessores, para todos os sobreditos que forem réos destes abominaveis crimes serem julgados pelo mesmo tribunal eclesiástico e religioso da Mesa da Consciência e Ordens, que sempre costumou ser composta de ministros doutos, timoratos e conspícuos; os quais estão julgando todos os dias causas eclesiásticas, com jurisdição ordinária em todos os seus cavaleiros, comendadores, clérigos e presbíteros; e os quais na referida fórma relaxam á justiça secular aqueles dos ditos religiosos, comendadores, clérigos e sacerdotes das sobreditas ordens, que cometem aqueles atrocíssimos delictos». *(Suplica dirigida a Sua Santidade em 15 de Abril de 1759).*

A esse fim o papa Clemente XIII, em 2 de agosto de 1759 expediu o breve *Dilecti filii*, dirigido ao presidente e deputados da Mesa da Consciência e Ordens, sem dele dar prévio conhecimento a D. Francisco de Almada, ministro de Portugal em Roma, que muito se ofen-

deu com tão singular procedimento. O pontifice, parecendo anuir á vontade manifestada pelo governo de Lisboa, fazia-o, comtudo, com tais restrições, que em nenhuma maneira serviam ao intento.

A isto seguiu-se a lei da expulsão dos jesuitas, redigida no estilo empolado e retumbante da época, em que os declara «notórios rebeldes, traidores, adversários e agressores» e os ha desde logo, em efeito da mesma lei, por desnaturalizados, proscritos e exterminados; mandando que efetivamente sejam expulsos de todo o reino e seus domínios «para neles mais não poderem entrar.»

Tem essa lei a data de 3 de setembro de 1759, em que fazia justamente um ano que se dera a tentaviva de regicídio. Haveria, porventura, a intenção reservada de comemorar esse triste acontecimento com um acto de tão assinalada energia? Se, com efeito, a houve, não foi a única, como vamos vêr.

A 3 de setembro de 1760 fez-se com grande pompa a solenidade do lançamento da primeira pedra da igreja da Memória, em Belem, que D. José I mandou erigir em cumprimento

do voto que fizera, se escapasse dos graves ferimentos causados pelos tiros.

Esta circunstância vem, pois, ligar estreitamente esse facto ao do atentado de 3 de setembro de 1758, e ainda á lei dada em 3 de setembro de 1759, que foi natural consequência daquele.

Toda a côrte assistiu a essa festividade, da qual existe uma descrição minuciosa e digna de alto apreço, feita pelo célebre escritor italiano José Baretti, que a ela assistiu, e vai transcrita adeante.

Do importante testemunho de Baretti parece depreender-se que o conde de Oeiras estava no auge do seu poderio em 1760, e diz Francisco Luiz Gomes que do processo do marquês na vila de Pombal consta haver ele dito que a sua influência no animo do rei datava de 1760. Todavia, a declaração feita por ele mesmo na sessão de 10 de novembro de 1779 foi esta que vou transcrever *de verbo ad verbum*:

«É necessario distinguir dois tempos, a saber: o tempo em que se fizeram as prisões e exterminios de que se trata, e o tempo em que ele respondente principiou a ter influência mais distinta do que os seus dois colegas na estimação do Senhor Rei Dom José: Que as ditas prisões e exterminios passaram desde os prin-

cipios do reinado do dito Senhor até aos anos de mil setecentos e cincoenta e oito e mil setecentos e cincoenta e nove, quando o dito Senhor (exceptuando os negócios da marinha, da navegação e do comércio, em que despachou mais frequentemente com ele respondente) encarregava dos negócios do seu gabinete a todos os seus tres secretários de estado promiscuamente, sem distinção notavel de algum deles: Que em razão das ocupações dele respondente com as sobreditas dependências do comércio e da navegação toda a maior parte do peso dos outros negocios carregava sobre os ditos dois colegas, principalmente em tudo o que partencia a indagações, perguntas e reclusões de pessoas acusadas de calunias e crimes contra a pessoa e governo do dito monarca. E *que a dita maior influência dele respondente no espirito do seu Augusto Amo só teve o seu principio desde o ano de mil setecentos e sessenta e dois,* no qual o dito senhor viu a incessante aplicação, o ardentíssimo zelo e o infatigavel desvelo com que ele respondente o serviu e ajudou para expulsar deste reino os exércitos que o tinha invadido...»

Aludia aos preparativos da guerra com a Hespanha e a França.

Terminarei por algumas notícias do marquês de Pombal na intimidade, que servirão talvez para lançar alguma luz no seu grande vulto histórico.

Colhi-as nas memórias do conde José Gorani, celebre aventureiro italiano, que veiu a Portugal em 1765.

Conta ele que, tendo aqui chegado sem recursos, mas com duas cartas de recomendação, uma para o conde e outra para a condessa de Oeiras, de quem era ainda parente afastado, resolveu ir logo entregá-las. Para se apresentar com decência a tão altas personagens, tomou uma carruagem a crédito, e por este engenhoso sistema vestiu tambem um creado, que o acompanhou, prometendo pagar tudo, apenas lhe sorrisse a fortuna.

Gorani chegou á residencia do valído, quando este com a sua família se levantava da mesa e atravessava um corredor.

Tinha o conde de Oeiras por primeiro creado de escada acima, como então se dizia, um francês, Blancheville, que notando a fidalga aparencia de Gorani logo o introduziu á presença dos seus amos, que o acolheram, não só como nobre, mas aindà como nobre aparentado com a família.

Dias depois recebia o aventureiro a patente

de capitão de granadeiros, com o vencimento mensal de 32$000 reis, e de aí a pouco tempo subia de posto, sem fazer nenhum serviço militar. Estava apenas adido á pessoa do ministro.

Desse modo viveu durante algum tempo até que, passadas várias ocorrências, começou de entender de si para comsigo que o conde de Oeiras nem era homem de bem, nem talvez um homem de génio. Ainda mais: que tinha modos de déspota e crueldades de tirano, a ponto de se rir dos desgraçados que acabava de imolar!

Por seu lado, o conde de Oeiras, cujo duro governo assentava principalmente na espionagem, nas suspeições e delações, principiou a ter menos confiança nesse seu favorito, que passou imediatamente a ser vigiado.

E por cima de tudo pairava a nuvem de terror, que no ânimo de Gorani e de toda a gente causava o tribunal da *Inconfidência*. Mandado viajar em Portugal para *se instruir*, não se pode afirmar que se divertisse muito. Tinham-lhe dado por companheiro de viagem um sujeito falazão e curioso, que parava em toda a parte para lhe oferecer bebidas, e estava sempre a dizer mal do conde de Oeiras, o que fazia que o descoroçoado viajante a todo o momento se

visse na necessidade de rebater essas acusações.

Andando o tempo, os delatores ocuparam-se dele, que afinal foi preso e conduzido ao tribunal da *Inconfidência*. Este caso, porém, a ser verdade o que refere Gorani, não passou de uma brincadeira de mau gosto do conde de Oeiras.

Gorani atravessou tres salas, sendo a última, onde se deteve, tapetada de negro, com uma mesa coberta com um pano tambem negro. Aí passou largo tempo, atormentado pelo receio de uma visita domiciliária e da apreenção dos seus papéis, o que o teria perdido.

Havia já passado mais de uma hora, quando entrou na sala um juiz, seguido de meirinhos, escrivães e esbirros. O juiz sentou-se numa cadeira de braços e os escrivães em tamboretes. Gorani ficou de pé. Começou então o interrogatório que durou seis quartos de hora.

Gorani era acusado de ter estado uma noite no teatro em companhia de um homem que estava preso por traidor.

— E vós tambem o sois, disse o juiz, porque parecieis estar muito bem na companhia dele.

Ao ouvir essas palavras, o acusado, perdendo de todo a paciência, deu um grande murro na mesa e exclamou:

— Mais de uma vez me dissestes, senhor, que tinheis cursado os estudos da Universidade de Coimbra. Mas parece que vos esquecestes de estudar lógica; o que acabais de me dizer peca absolutamente contra todos os princípios da arte de raciocinar.

Proferidas estas palavras, o juiz levantou-se, saíu da sala, acompanhado pelos meirinhos, escrivães e esbirros.

Gorani tornou a ficar só. Ouviu dar as duas horas, as tres e as quatro, e estavam a bater as cinco, quando entrou na sala o primogénito do conde de Oeiras, que lhe enfiou o braço e o levou para casa de seu pai, onde lhe serviram o jantar.

Fosse porque realmente essa mistificação o atemorizasse, ou fosse vexame de por ela ter passado, é certo que o conde José Gorani, de aí em deante, nunca mais poude dormir bem. Andava triste e receoso. Não se atrevia a escrever de noite, tinha medo de saír de casa, e desconfiava das paredes, que podiam ter ouvidos. Dominava-o uma ideia fixa: — saír de Portugal.

Para o conseguir recorreu a um feliz estratagema.

Obteve que lhe enviassem de Milão uma carta com a falsa nova de que seu pai falecera.

A carta foi naturalmente aberta no correio, de sorte que a notícia era já sabida do conde de Oeiras, quando Gorani, vestido de luto e com os olhos vermelhos de chorar, se lhe apresentou a pedir licença, que foi concedida, para se ausentar de Lisboa, o que ele fez imediatamente, partindo para Génova.

IV

A Guarda do Marquês

Ah! estão montados os meus dragrões?

GARRETT — *A Sodrinha do marquês* — Ac. II, Sc. I.

Logo depois da execução dos Távoras, Sebastião José de Carvalho e Melo, que ainda então não era titular, [1] arreceou-se dos inimigos que forçosamente lhe havia de crear a ação violenta do governo, a sua politica repressiva e de *combate*, como hoje se diria. Por isso mandou para a porta de sua casa uma forte guarda de infantaria, [2], e é certo que saía sempre escoltado por um esquadrão de cavalaria, levando na frente um trombeta, que por sinal se cha-

---

[1] As mercês de conde de Oeiras e de marquês de Pombal foram-lhe conferidas por decreros de 6 de Junho de 1759 e de 17 de Setembro de 1770.

[2] «... que el-rei... havia mandado dar uma companhia de dragões ao ministro Carvalho, o qual, por cima disto, tinha á sua porta uma forte guarda de infantaria. — V. de Santarem — *Guad. Elem.*, t. VI, pag. 131.

mava João Lindão. Nas solenidades da côrte, e bem pode ser que noutras ocasiões, ia a mais um tambor. E com todo esse aparato estadeava em publico, ao som de caixa, como ele ordenava que se fizesse a publicação das leis. E muito bem: — não era ele, com efeito, e suprema lei?

Investigar se foi D. José I que lhe mandou dar os soldados, ou se foi o precavido homem de estado quem lh'os pediu, caso é que alguns documentos contemporâneos dão margem para discutir-se. Corriam no público vozes encontradas a tal respeito, e até constou que o rei lh'os havia tirado «porém, que indo a sr.ª condessa (de Oeiras) aos pés de sua magestade, e dizendo-lhe os muitos inimigos que o sr. conde tinha, pediu a el-rei lh'os tornasse a conceder, e que por esta causa lh'os tornara a dar.» Isto consta de um auto de perguntas a um preso na cadeia de Belem, em setembro de 1760.

Um estrangeiro, que visitou Portugal no reinado de D. José I, e assistiu ao acto do lançamento da primeira pedra dos alicerces da igreja da Memória, em Belem, José Baretti, refere em carta datada de Lisboa, aos 3 de setembro de 1760, ter visto o conde de Oeiras rodeado «de vinte e cinco guardas riais a cavalo.»

«Vi o rei de Portugal e toda a sua côrte de gala hoje, que é um aniversario memoravel, pois que a 3 de Setembro de 1758 sua magestade fidelissima esteve a ponto de ser morto á traição pelo duque de Aveiro, que, abaixo dos principes de sangue, era a primeira pessoa deste reino, por ser, alem de riquíssimo, chefe de uma família dividida em muitas partes, todas assás importantes e poderosas, não por essa cousa fantástica que se chama *nobreza de sangue*, como por ess'outra, um poucochinho mais substancial, denominada *quantidade de dobrões*. Outro dia vos direi as particularidades desse assasinato juntamente com as consequências que teve, as quais foram muitas e extraordinárias, e poderiam só por si dar matéria horrenda para uma história. Hoje, porém, falarei apenas da função a que assisti esta manhã, e contarei como este aniversário foi celebrado. No logar de Belem, onde el-rei habita agora constantemente, e que se pode chamar com propriedade um suburbio de Lisboa, a distância de um tiro de bala do rial domicilio, no mesmo sitio em que o duque de Aveiro e dois creados, *(José)* Policarpo e António *(Ferreira)*, fizeram fogo sobre o seu soberano, erigiu-se agora uma casa de madeira de oitenta passos dos meus de comprimento, e de vinte e cinco de largo, forrada por dentro

de sarja escarlate com franjas e galões, não de ouro, mas de ouropel, mesquinhês mal entendida por não estar em relação com todo o mais aparato. No meio estava um altar muito ricamente adornado, e em face dele a tribuna destinada á rainha, ao lado da tribuna do rei, e próximo desta um logar destinado ao secretario de estado Carvalho, personagem, segundo creio, muito nomeado nessa vossa Itália, de quem vos direi muita cousa antes de me partir deste reino. Por baixo da tribuna da rainha, defronte do altar, estava um trono pequeno para o patriarca. O espaço restante era ocupado, em parte, por muitos religiosos e muitos músicos, que deviam fazer a festa, e, em parte, pela nobreza do reino, embaixadores e estrangeiros, bem trajados, mas confundidos, sem distinção de jerarquia, por ser o logar muito acanhado, num dia em que fazia tanto calor como se fosse nos mais ardentes dias debaixo do trópico de Cancer. Ás oito da manhã estava já tudo cheio de gente, e da banda de fóra formigava muito povo, que por duas grandes portas e por muitas janelas observava os que lá estavam dentro. Cêrca das nove horas chegou o secretário de estado precedido de muitos gentis-homens, muitos servos, um tambor e um trombeta, todos a cavalo. Sua Excelencia vinha numa carruagem tirada por

seis cavalos alvadios, e rodeada de vinte e cinco guardas riais a cavalo. Dois palafreneiros iam a pé de um e outro lado do côche. Em sinal de respeito, a maior parte da gente retirou para o lado oposto áquele por onde ele entrou. Certamente que nos outros paizes se não vêem muitos subditos cercados, como este, de tão fulgurante gloria.»

Esse depoimento insuspeito de uma testemunha ocular era, de per si, suficiente para fundamentar a tradição que passou á nossa literatura.

Citarei ainda outros.

Referindo-se aos meios de prevenção que ao ministro Carvalho pareceram próprios para acautelar a sua vida, diz Luz Soriano:

«Entre estes figurou o de mandar aquartelar junto ao palacete da sua residencia, na calçada da Ajuda, uma companhia de dragões de Aveiro, permanente e imutavel, que de dia e de noite lhe vigiava com sentinelas, não só o exterior da casa, mas tambem o interior dela, naquela parte em que os pretendentes o esperavam para lhe falarem. Os soldados da dita companhia o acompanhavam tambem com a espada na mão por toda a parte da cidade para onde ia, inseparavel sempre da sua pessoa, servindo-lhe o capitão comandante como de ben-

gala ou encôsto, a que se arrimava, quando se apeava da carruagem, cativando com multiplicadas mercês a benevolência destes homens (cuja fidelidade queria ter segura), constituidos para com ele em verdadeiras guardas pretorianas». [1]

O dr. Ferraz Gramosa, autor do manuscrito publicado com o título de *Sucessos de Portugal* por ocasião do centenário do marquês de Pombal em 1882, diz a pag. 110 e 111:

«Não se isentou o marquês de Pombal... da lembrança de invadir todo o risco que lhe pudesse acontecer; porquanto, logo que sucedeu a conjuração de 3 de setembro de 1758, extorquiu de el-rei a prerogativa de ter uma guarda de cavalaria composta de capitão e alferes e de sessenta homens, aquartelada no mesmo aposento da secretaría de estado, que ele habitava...»

No *Perfil do marquês de Pombal*, por Camilo Castelo Branco, lê-se tambem o seguinte, a pag. 282:

«Ele, pela sua parte, desde 1759, inculcava tambem grande pavor. Escoltava-se de um esquadrão de dragões de Aveiro com as espadas

[1] *Hist. do reinado de el-rei D. José e da adm. do marquês de Pombal* — 1878, t. I, pag. 466.

nuas, e nunca se apeava da sege sem se amparar no ombro do capitão da guarda, que tinha o seu quartel em casa convisínha á do ministro.»

Porém, o melhor documento que pode citar-se sobre este assunto é um livro manuscrito, que pertence ao arquivo da secretaría de estado dos negócios da guerra, e tem por título: — *Remates de contas da companhia franca da guarda do il.mo e exc.mo sr. conde de Oeiras.*

É um *in-folio* pequeno, que se compõe de dez folhas, sendo duas escritas e as restantes em branco.

No alto da primeira lê-se o seguinte: — *Remates de contas da companhia franca da guarda do il.mo e exc.mo sr. conde de Oeiras, pagos ajustadamente até fim de Julho de 1763.*

— *Tesouraria geral das tropas.*

A segunda diz assim: — *Companhia franca da guarda do il.mo e exc.mo sr. conde de Oeiras, de que é capitão José Antonio Botelho de Vasconcelos.*

Segue a relação por esta fórma:

1 Capitão, José António Botelho de Vasconcelos.

1 Tenente, José António Botelho de Sousa.

1 Tenente, Simão Infante Correia.

1 Alferes, Francisco Cardoso Delgado.

1 Furriel, Francisco António de Carvalho.

1 Trombeta, João Lindão.

Mais 4 cabos e 39 soldados.

Os remates de contas e a soma estão lançados á margem dos nomes de todos esses homens, que guardavam as costas ao célebre ministro de D. José I.

O livro fecha com estes dizeres: — «Na fórma referida se mostra importarem os trinta e nove remates de contas os ditos 1.011$583 réis, os quais se remeteram para a contadoria do rial erario. Belem, 23 de Julho de 1766. — *António Lopes Durão.*»

V

Desterro dos Senhores de Palhavan

O verdadeiro motivo do desterro dos *meninos de Palhavan,* tambem denominados *senhores de Palhavan* nos processos do seu tempo, para o covento dos carmelitas descalços da serra do Bussaco, em 1760, foi um misterio para os contemporâneos. E ainda hoje, apesar de bastante se ter escrito a tal respeito, não parece que esteja bem averiguada a causa desse facto — um dos mais claros testemunhos da prepotência do marquês de Pombal.

Ninguem ignora que os *meninos de Palhavan* eram filhos ilegitimos de D. João V, que os houve de diferentes mulheres, e que, tendo sido D. Luiza Clara de Portugal, de alcunha a *Flór da Murta*, mulher de D. Jorge de Menezes, a mãe de D. Gaspar [1], e de D. José [2], não se sabe

[1] Foi arcebispo de Braga.
[2] Foi inquisidor geral.

ao certo quem foi a de D. Antonio [1]. Destinados por seu pae para o estado eclesiástico, foram educados no convento dos conegos regrantes de Santa Cruz de Coimbra, na obediencia de fr. Gaspar da Encarnação, reformador daquela ordem, e foram tambem reconhecidos por D. João V, como seus filhos [2], e por D. José I como seus irmãos naturaes [3].

O sr. Simões de Castro, no seu *Guia do viajante no Bussaco*, opina que a causa principal do desterro dos dois irmãos, D. José e D. António, talvez se deva procurar numa conspiração jesuitica, a que eles se tinham agregado, conforme se colhe de um importante despacho do secretario de estado D. Luis da Cunha, com data de 22 de Agosto ee 1760, para Martinho de Melo e Castro, enviado na côrte de Londres.

Esse despacho foi publicado na integra por Judice Bicker, no vol. 3.°, do seu *Suplemento á coleção de tratados*, do visconde de Borges de Castro; e ahi se lê:

«Desde o fim de Novembro do ano próximo passado, soubemos com toda a certeza: que o cardeal Torriggiani, de acôrdo com os jesuitas

[1] *Perfil do marquês de Pombal*, por Camilo Castelo Branco, pag. 180.

[2] Declaração de 6 de Agosto 1742.

[3] Declaração de 20 de Abril de 1752.

de Roma, havia maquinado uma nova sedição: que havia instruido o nuncio Acciajuoli para a promover: e que o mesmo nuncio desde o mês de Janeiro deste presente ano segurava ao referido cardeal que tinha consumado a dita sedição, lisonjeando-se de que ela faria o pernicioso progresso que o mesmo Torriggiani desejava. — Não podiamos, comtudo, compreender quem eram os novos conjurados, nos quais o dito nuncio Acciajuoli fundava tão grandes esperanças, até que (depois de tantas e tão exactas diligências como fazia indispensaveis a importancia de tão delicada matéria) veiu a descobrir-se por provas claras e concludentes que o atrevimento daqueles dois indignos purpurados tinha chegado a corromper debaixo de promessas e de esperanças temerárias e vans até o mesmo sangue rial nas pessoas dos senhores D. Antonio e D. José; agregando ao mesmo partido as poucas e inconsideradas pessoas da nobreza e alguns regulares das ordens dos cónegos regrantes e do Oratório, contra as quaes se tiveram os procedimentos, que já são publicos, e outros que ainda se não manifestaram.»

Conspiração jesuitica!

Mas que houve aí que o não fosse durante o

longo consulado do marquês de Pombal? Quem ignora que os jesuitas eram a sua preocupação constante, e que não havia outro meio, não só de lhe prender a atenção, mas até de lhe captar a benevolência, senão invectivar a companhia de Jesus? [1] Essa razão, em boa verdade, parece-nos extremamente vaga.

É certo dizer D. Luis da Cunha, no seu despacho citado, que soubera com toda a certeza que o cardeal Torriggiani formara uma conspiração em Portugal, e que viera a descobrir-se por *provas claras e concludentes* que os senhores de Palhavan tinham entrado nessa conspiração com outros membros da nobreza e do clero. Porém, é fora de toda a dúvida que tais provas nunca apareceram!

Tambem o conde de Oeiras afirmava ao embaixador de França, conde de Merle, «que tinha em seu poder as mais evidentes provas de como aqueles padres *(os jesuitas)* tinham sido os primeiros impulsores do projectado assassinio de el-rei seu amo. [2]» E é bem sabido que até hoje ninguem viu semelhantes provas!

---

[1] «Que o unico meio que havia de achar graça ante o conde de Oeiras era de clamar contra os jesuitas.» — Oficio do conde de Merle, de 5 de Fevereiro de 1760, no *Quad. Elem.* do visconde de Santarem, t. VI, pag. 295.

[2] Idem, pag. 176.

Aceitem-se, pois, essas afirmações com reserva; e lembrando-nos de que D. Luis da Cunha, docil instrumento do marquês de Pombal, só escrevia o que este lhe ditava, busquemos serenamente encontrar alguns indicios, que porventura haja, da apregoada conspiração jesuitica.

Em 9 de julho daquele ano foi preso o sabio Moura Portugal e conduzido ao forte da Junqueira. Consistiu o seu delito em falar com demasiada liberdade do governo. Notavam-lhe os seus amigos a pecha de ser franco em demasia, e frei Estevam do Annunciação chamava-lhe *um estouvado*. Foi isso que o perdeu.

Interrogado em 14 e 15 do dito mês pelo juiz da Inconfidência, o desembargador Pedro Gonçalves Cordeiro Pereira, foi o preso quem primeiro falou nos senhores de Palhavan, quando ingenuamente confessou de que tratavam as palestras que tinha com o conde de S. Lourenço e com o crúzio D. João VI em Palhavan. Práticas da peor especie — tudo murmurações do governo, á mistura com falsidades e calunias. Por exemplo: — que o religioso mariano, que acompanhou o confessor do duque de Aveiro, tinha contado que o duque dissera deante dos dois companheiros «que ele no principio tinha culpado algumas pessoas que lhe parecia podiam fazer para aquele caso, e isto não só com medo

dos tratos que estavam á vista, mas para confundir e meter tempo em meio; porém, que a verdade era que só ele duque o tinha feito e mais tres creados que enganara.» — Que o mesmo réo, quando já desenganado, confessara a sua culpa e pedira ao dito religioso «que dissesse ao sr. Sebastião José lhe falasse, que com efeito lhe fôra falar... e que o dito duque dissera se queria desdizer do que tinha dito, porque se lembrava do inferno; mas que a este tempo fôra ele desembargador juiz da Inconfidência dizendo que a ele dito juiz é que pertencia aquele negócio, e que com estas e outras razões se retiraram, sem se fazer cousa alguma» — Que o capitão ou soldados que tinham acompanhado com tochas o Sagrado Viático, quando se dera aos fidalgos, ouviram a estes dizer e afirmar «pelo Senhor que recebiam, que eles estavam inocentes do crime por que eram acusados e por que morriam.» — Estas e outras noticias, que Bento de Moura Portugal houvera do conde de S. Lourenço, tinha-as comunicado a D. João VI de Santa Catarina de Jesus.

Instado pelo juiz para declarar as ocasiões que tinha de estar com o crúzio, respondeu que por ocasião de frei Gaspar da Encarnação o chamar a Coimbra, por causa de se mudar o Mondego, e de um paul, em que os senhores de Palhavan

eram empenhados, no tempo em que estavam naquela cidade, os fôra ele procurar, e sempre lhe fizeram muita honra e mercê; e que por essa causa os ia visitar a Palhavan. E que, como já de Coimbra tinha amizade com D. João VI, o procurava tambem nas ocasiões em que procurava os ditos senhores; e que nessas ocasiões saíam para um arvoredo, e ali conversavam sem mais outrem estar presente, nem o estava na ocasião em que lhe dera as noticias sobre a inocência dos fidalgos que foram justiçados.

No decurso do seu interrogatório, Bento de Moura falou favoravelmente dos jesuitas, e apontou as inconveniencias e defeitos de algumas leis havia pouco publicadas, e um ou outro alvitre que, a seu ver, os remediavam.

Com isto o mandaram recolher ao cárcere, e nunca mais tornou a ser interrogado até a morte pôr termo ao seu martirio.

D. João de Santa Catarina de Jesus foi preso em 25 de Junho de 1760 e D. Estevam da Annunciação no dia 21 de Julho.

Ambos haviam sido mestres dos senhores de Palhavan.

Interrogado a 28 de Junho, D. João respon-

deu que, tendo amizade com o conde de S. Lourenco e com Bento de Moura Portugal, lhes ouvira dizer que os fundamentos da sentença dos Távoras eram falsos ou inverosimeis, «porque inverosimil e falso foi o que as testemunhas juraram.» — Que tambem não era provavel que os fidalgos estivessem divididos em emboscadas na noite de 3 de setembro, «porque haviam de estar juntos e não divididos.» Pois, «sabendo o marquês de Távora que cousa era matar, não havia de consentir se atirasse com armas carregadas de chumbo, mas sim com balas. E que, sendo o marquês mais capaz de atirar, por valoroso, não era crivel deixasse ele de ser o primeiro, se ali se achasse, e não o duque, que para isso nada prestava. Que era impossivel a conferencia, que se diz os ditos fidalgos tiveram na mesma noite, junto ás casas do que foi duque de Aveiro; que só este e dois ou tres creados é que tinham confessado, e que os mais fidalgos tinham negado; e assim estes tinham morrido inocentes, e, por necessária consequência, estavam inocentes os padres da Companhia de que a sentença tratava.»

Verificaram-se no primeiro de Julho as segundas perguntas, e foi então que o réo denunciou o inquisidor geral como pessoa que murmurava do governo e das suas leis. É assás curioso o

modo como ele se exprime acêrca dos tres irmãos, como os retrata: — «que isto afirmava do sr. D. José, que o sr. D. António dizia e desdizia, e que o sr. D. Gaspar dava razão a tudo.»

E por essa ocasião declarou ignorar sobre que versavam as conversações que os senhores de Palhavan tinham com o condé de S. Lourenço e outras pessoas que os procuravam, porque nunca assistira a essas visitas.

No dia 24 foi D. João interrogado pela terceira vez, na presença do conde de Oeiras.

As perguntas constaram dos seguintes pontos:

1.º Que, tendo o conde de S. Lourenço largas práticas com os senhores D. António e D. José, estava antes ou depois delas fechado com o réo em conferencias secretas;

2.º Que o negócio de que tratavam com muito segredo era sem dúvida de maior interesse do que as calunias, que juntamente com outras pessoas levantavam com frequencia e sem reserva nenhuma ao governo e ás suas leis.

Ao primeiro quesito respondeu o crúzio «que os negócios que tinha com o conde de S. Lourenço consistiam em ver nobiliários ou livros genealógicos para o pleito que ele, conde, trazia sobre a casa da Feira.»

Ao segundo «respondeu com uma absoluta

negativa de que nenhum negócio tinha com o dito conde, senão os que tinha já declarado.» E acrescentou que ia com ele «para o gabinete que está antes da casa *do Docel*, onde lhe falava, sómente com a porta na tranqueta, e não fechada á chave», sendo que o mesmo praticava om outras pessoas.

Instado, com ameaça de tortura, para confessar que negócio era esse de tanta importância que ia tratar no gabinete da casa *do Docel*, «que fica ao norte dela, e por isso separado da comunicação e frequencia das gentes,» quando era certo que os senhores de Palhavan só recebiam visitas de ceremónia naquele quarto, falando ao conde de S. Lourenço no outro oposto ao jardim e á casa *do Truque*, assistindo os creados no *guarda-roupa*, imediato áquele, respondeu com outra absoluta negativa.

De novo instado e ameaçado de ser posto a tormento, se não declarasse «qual foi o objecto e o fim» com que assim tinha procedido — persistiu na mesma negativa.

E nada foi possivel apurar de que resultasse alguma conspiração jesuitica.

D. Estevam da Anunciação, interrogado no dia 26, foi breve nas suas respostas. Causa muito interesse o que ele disse, e por isso o transcrevemos aqui:

«Perguntado se sabia ou suspeitava a causa da sua prisão, respondeu que sómente sabe ter ouvido, parece-lhe que ao sr. D. António, que se dizia que o sr. D. José havia mandado buscar a casa do desembargador Inácio Ferreira Souto *(intendente geral da policia)* um livro que estava compondo, do poder que os reis podem exercitar nos ecclesiásticos criminosos, dizendo que era impostura o que levantavam a seu irmão. E que tambem ouvira ao porteiro da casa dos ditos senhores, por nome José Carneiro, que um filho do pintor José Gonçalves lhe dissera que haviam deposto ao sr. D. José por ter proibido umas conclusões que tratavam da mesma matéria.»

Inquirido acerca das pessoas que iam visitar os senhores de Palhavan e o padre D. João de Santa Catarina de Jesus, e do conceito que fazia de cada uma delas, respondeu que eram António da Costa Freire, Bento de Moura Portugal, o conde de S. Lourenço e os monsenhores Peixoto e Pestana; que ouvira dizer bem de António da Costa Freire, que Bento de Moura lhe parecia estouvado, que tinha o conde de S. Lourenço por entremetido, orgulhoso, amigo de novidades, e, finalmente, que não formava mau conceito dos monsenhores.

O ministro de França, conde de Merle, de

certo bem informado, comquanto se nos mostre contrário ás ideias e á pessoa do grande ministro de D. José I — «dando a razão porque havia sido preso o inquisidor geral, assegura que o fôra por haver representado ao conde de Oeiras que se espalhavam por toda a parte livros contra a religião sem a censura do Santo Oficio; que o dito conde lhe havia prometido pôr naquilo cobro, se bem que fossem tais livros trazidos por estrangeiros; mas que, havendo se novissimamente espalhado um que tinha por titulo *Da auctoridade rial*, o qual atacava a religião, a auctoridade da côrte de Roma e o respeito que se devia aos bispos e ao clero, e tendo este livro vindo de fóra, e sido mandado espalhar pelo conde de Oeiras, este ministro exigira que o inquisidor o aprovasse; que, como nem o inquisidor geral nem o conselho geral do Santo Oficio o quizessem fazer, e o inquisidor pedisse a sua demissão, por isso o ministro, prra se vingar, o fizera prender. — Os meninos de Palhavan haviam sido desterrados para o Bussaco.» [1]

Parece, pois, que as dificuldades movidas pelo inquisidor geral para a aprovação de livros, e determinadamente para a obra intitulada *De po-*

[1] Visconde de Santarem — *Quad. Elem.* t. VI, pag. 295. Oficio de Julho de 1760.

testate regia (o mesmo acima dito *Da auctoridade rial)* fôra a causa imediata do desterro dos senhores de Palhavan, já malvistos do poder, porque em seu palácio havia «o habito contínuo de se caluniar e malquistar temerária e sacrilegamente o governo e as leis de sua magestade com tantas e tão diferentes pessoas, e tantos e tão continuados e sucessivos actos,» segundo escreveram nos autos de perguntas os desembargadores que tomaram os depoimentos de Bento de Moura Portugal e dos padres D. João VI e D. Estevam da Anunciação.

Não admira que Sebastião José de Carvalho encabeçasse tudo isso numa conspiracão jesuitica. A questão, posta nesses termos, tínha um caracter mais solene, mais politico. E, sobretudo, quanto maior fosse (ou parecesse) a gravidade do crime, tanto melhor assentava nele o demasiado rigor da justiça.

Assim o exigia a salvação do Estado!

VI

D. José I e o povo de Lisboa

Dizia-se muita cousa á boca pequena.

A honra de Sebastião José, como todos geralmente, não só os fidalgos, chamavam ao conde de Oeiras, era abocanhada; rosnavam do Santo Oficio; murmuravam do rei. O espectro sinistro das forcas arvoradas por todo o reino; as linguas de fogo e os rolos de fumo que envolviam os patíbulos a escorrer sangue; o temor demasiadamente justificado dos cárceres em que tantos infelizes se sumiam para sempre; os espiões disfarçados, mas presentes em toda a parte, com o ouvido á escuta: em suma, o terror que o governo tomara por sistema de administração não tinha apavorado todo os animos, nem sufocado a voz de todas as consciências, nem amordaçado toda a gente.

Em particular, na intimidade do lar domés-

tico, nos conventos e no sigilo dos confessionários; em público, nas lojas de mercador e de capela; os corações oprimidos pela crueza do tirano desabafavam a sua dôr; e os ódios comprimidos pela vara de ferro dos juizes, tornados em algozes, tinham um respiradouro. Os presos, acusados de proferirem *blasfémias*, como escreviam os desembargadores, confessando o delicto, desculpavam-se muitas vezes «pelo ouvirem dizer geral e vulgarmente.» Protestavam os juizes que tal não podia ser, porque, se essas infamias se propalassem, «teriam então sido presos todos aqueles que as dissessem;» e logo em seguida, como testemunho de que falavam com sinceridade, pediam que lhes delatassem, a pessoa ou pessoas a quem o tinham ouvido, e tomavam-lhes os nomes debaixo de juramento!

Dizia-se muita cousa.

Começando pelo rei:

Logo na cara mostrava ser um ignorante chapado; — em vida de D. João V dizia-se que o principe D. José tinha grande capacidade para governar, mas, no fim de contas, fazia asneiras continuamente; — não governava, porque estava pateta e havia largado todo o governo ao conde de Oeiras; — tinha os olhos tapados, estava cego, e o conde secretário de estado fazia tudo

quanto queria; — não era digno nem capaz de ser rei, pois, se o fôra, «não teria entregue o governo do rei áquele cachorro! deixava-se governar por esse ladrão, e coitados de nós!» — Só tinha dinheiro para jogar e gastar em cousas supérfluas, mas para pagar aos soldados, que andavam morrendo de fome, é que o não havia. E a rainha fazia como ele, jogava muito, e tal era o exemplo que dava a suas filhas, a princesa e as infantas. — Matar porcos era o que ele sabia; ainda estava numa caçada e já falava noutra, e com tais cuidados nenhum tinha com o governo do reino. — *A Vida de Sebastião José de Carvalho e Melo*, manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa, tem á margem do § 12 esta nota: — «A el-rei D. José só lhe importavam mulheres, música, picaria e caça.» — Tratava, pois, só de se divertir, e todo o tempo empregava na caça, em óperas, jogos e passatempos ilícitos, como era andar amancebado com as mulheres dos fidalgos, e por isso lhe sucedera o caso dos tiros. A este propósito, quando se espalhou que os fidalgos iam a padecer, um tal Simão Correia, homem de negócio, disse para um seu amigo: — «se ele queria apostar que não havia de morrer a marquesa de Távora, moça, nem a duquesa de Aveiro?» — E, pedindo-lhe o amigo a razão do seu dito,

respondeu: — «Porque se dizia que sua magestade falava com elas.» — E como, depois da execução, nem uma nem outra sofreram cousa nenhuma, a não ser a reclusão da primeira no convento de Santos, e da segunda no do Rato, Simão Correia exclamou: — «Que lhe dizia eu?... É certo ou não é certo o que eu lhe disse?... Pois saiba que o negócio está como de antes, e el-rei, cada vez que quer, manda buscar a marquesa de Távora a Santos numa sege.» — Isto afirmava de braços cruzados no peito, com grandes veras, que assim lh'o tinha dito pessoa de grande crédito.

Simão Correia foi degredado por toda a vida para Bissau, tendo sido sentenciado com outros em 16 de fevereiro de 1761 «breve, sumariamente, sem figura de juizo, pela verdade sabida, pelos desembargadores Pedro Gonçalves Cordeiro Pereira, Inácio Ferreira Souto, intendente geral da policia, e José Antonio de Oliveira Machado, votando á vista das provas que constam das devassas e perguntas apensas em fórma do decreto de 5 de Dezembro de 1760.» — Falando do rei, dizia um franciscano a quem o queria ouvir: — «Aquele tolo, dentola e boca aberta, não cuida do governo; só pensa em óperas e caçadas, e não paga a seus creados, sendo por isso que ha ladrões.» — Do grande ministro

vociferava deste modo: — «Esse tolo que aí anda é que governa tudo, fazendo muitas tolarias.» E, arregaçando as mangas do habito, acrescentava: «Ah! boa faca de ponta para aqueles cães!» Trazendo para o caso o exemplo de um frade que em França fôra ao paço, e, penetrando na camara do monarca, o matara com duas facadas por ele não governar bem, pretendia justificar as suas opiniões com o acto infame de Jacques Clément. — O rei, emfim, era um pobre homem, um pateta, José Tolo, e que, se o serenissimo senhor principe nosso senhor havia de ser o mesmo, melhor fôra não ter nascido.» — Eis o que diziam muitas pessoas, entre elas frei João da Cunha e Silva, prior do convento do Carmo, da vila da Vidigueira.

Sebastião José de Carvalho e Melo era tambem alvo de acerbas afrontas e dos mais torpes vitupérios, de envolta com algumas verdades amargas. O eco, distincto e claro, da voz de aquela época chegou até nós nestes clamores odiosos:

Mandava prender muita gente sem o rei saber, e degredava ou mandava com governos para fóra do reino quantos fidalgos havia de são juizo, levantando-lhes falsos testemunhos, já por não querer que lhe fizessem sombra, já porque eram muito capazes de servir no ministe-

rio, e poderiam descobrir o que ele fazia. Por egual motivo tambem aposentava ou demitia os ministros publicos que não eram da sua parcialidade, e nomeava outros para votarem nas juntas e conselhos como ele queria, e não como entendessem em suas consciências. — Os homens doutos estavam postos a um canto, e os ignorantes adeantados, porque o mesmo secretário de estado só cuidava de fazer partido. — De acomodar os seus parentes é que ele se não esquecia; a todos os mais fazia injustiça. — Ambicioso em extremo, tratava unicamente de se encher, de aumentar a sua casa, de destruir o reino e os vassalos dele. Todo o seu governo consistia, portanto, em furtar. Tinha nos bancos de Flandres muito milhões de cruzados; por esta causa não se pagava a quem se devia; e, suposto D. José I ordenar o pagamento, não era obedecido, porque o ministro Carvalho tudo metia em si e era mais rico do que el-rei. — Na verdade, o tempo estava para ele, seus irmãos e sequazes. Que se aproveitassem emquanto o Tolo era vivo; depois, quem vivesse o veria! Pois, se o rei faltasse primeiro, ninguem se importaria mais com o conde de Oeiras, assim como, se este morresse primeiro que seus irmãos, mais ninguem faria caso deles por serem dois alarves.

Porque foram presos e expulsos os jesuitas? Para lhes tirarem as fazendas. — Porque foi sentenciado á morte o duque de Aveiro? Porque Sebastião José de Carvalho cobiçava as ricas peças que ele tinha, para as dar á filha, quando casou com o conde de Sampaio. — E o que sucedeu com a duquesa do Cadaval? Tendo ajustado dar uma filha ao duque de Aveiro para mulher de seu filho, marquês de Gouveia, nunca mais poude haver as joias que a noiva dera em troca de outras de muito menos preço que recebera do marquês, não obstante as ter reclamado de Sebastião José de Carvalho, e até de haver entregue, por insinuação dele, no tribunal da Inconfidência as que tinha em seu poder, oferecidas pelo noivo. — «Emquanto ele governar só veremos pobreza e mais pobreza, e o reino todo perdido.» — Fazia o que muito bem queria, e D. José não lhe ia á mão em cousa alguma. Era ele quem mandava, e o rei que obedecia. E, emquanto o mesmo rei fosse vivo, cada vez havia de ser peor, e por esta causa andava a côrte revolta. [1]

Parecia ter dado coca a el-rei D. José I para ele ser tão seu amigo. Havia-o enfeitiçado, e só faltava dar-lhe a corôa e o setro, porque o mais

[1] Visconde de Santarem — *Quad. Elem.*, t. VI.

já ele tinha. Era o rei pequeno. E, todavia, fôra visto a vender galinhas, e era filho de uma lavandeira, que as vendera tambem. Pelo menos, assim se dizia. — Estamos em um tempo, meu amigo — observava o juiz de fôra de Torres Vedras, João Vitorino Loureiro de Mesquita ao dr. Carlos José da Fonseca e Campos — estamos em um tempo, meu amigo, que somos governados por um galinheiro, ali ha dois dias vendendo galinhas na Ribeira, o que tambem fizera sua mãe. — Ao que respondeu o dr. Campos; — Nanja se fosse vivo el-rei D. João V, porque, quando ele veiu de enviado, falara certo fidalgo ao dito senhor para o fazer secretário de estado, e respondeu-lhe: — Pois tão grande cargo para um vilão ruim?

Com cara de santo, mas sem lei de christão, o da cabeleira grande não era homem, era o diabo! E de tal raça que fazia mal a quem lhe tinha feito bem. A este respeito, um sapateiro, de nome António Coelho, morador a S. Lourenço, preso por falar mal do governo, fez as declarações seguintes: — Que era quem fazia de calçar á mulher de D. Manuel de Sousa Calhariz e ás suas creadas graves, e que indo uma vez levar uns sapatos a uma delas, esta lhe dissera que seu amo andava descontente porque o conde de Oeiras não cuidava em o despachar,

sendo aliás certo que despachava outros a quem não devia tantas obrigações como a D. Manuel, que tinha falado por ele a sua magestade antes de ser secretário de estado. E que sua ama conhecera muito a condessa de Daun (esposa do conde de Oeiras), que tinha sido em França engomadeira de rendas.— O pobre D. Manuel de Sousa estava desterrado na sua quinta do Calhariz, quando prenderam os fidalgos acusados do atentado de 3 de Setembro de 1758, e, sem culpa, fôra tambem preso, só por ter ido a Azeitão visitar o duque de Aveiro, conforme se dizia. Encarcerado na Torre de S. Julião da Barra, morreu pouco depois, havendo por esse motivo fortes altercações entre o conde de Oeiras e D. Luis da Cunha, ministro dos estrangeiros. A morte daquele infeliz era atribuida a muitas privações e maus tratos, e o escandalo foi tal que o rei repreendeu o ministro asperamente. [1]

As companhias de comércio que se tinham feito não eram mais do que uma fina ladroeira, e o conde de Oeiras um ladrão encoberto com a capa dessas companhias. Mas disso nada sabia o rei, e para o não saber é que s. ex.ª o distraía com a contínua caça. Seja-me licito observar

[1] Visconde de Santarem — *Quad. Elem.*, t. VI.

que me parece bem fundada esta última acusação.

Não seria talvez com semelhante fim que o marquês de Pombal mandou fazer a Tapada da Ajuda, mas com isso de certo lisongeou o rei, que ficava tendo ao pé da porta um meio de satisfazer aquele prazer, sempre que quizesse. E o que não faria um cortezão habil e um valído poderoso como ele era?... Tendo eu, porém, tido ocasião de ler, ha anos, algumas cartas inéditas do celebre estadista, fez-me grande impressão ver como nelas transparecia claramente o íntimo jubilo que lhe causava o andar el-rei entretido a caçar em Vila Viçosa.

«Suas magestades — escrevia o conde de Oeiras — gozam da perfeitissima saúde com que se ficam gostosamente divertindo no exercicio de caça grossa em que abunda a Tapada de Vila Viçosa. E toda a rial familia goza naquele sitio da mesma feliz disposição.»

Tais expressões, se me não engano, dizem mais alguma cousa que a satisfação natural a todo o secretário de estado quando sabe que *le roi s'amuse*.

Os ministros da marinha e dos estrangeiros, Francisco Xavier de Mendonça Furtado e D. Luis da Cunha, tinham nessa ocasião acompanhado a côrte a Vila Viçosa, e aquele tinha o cuidado

de informar seu irmão, o conde de Oeiras, de todos os passos que dava o rei. Um deles, bem entendido, era se tinha ido á caça.

Ainda a respeito das companhias de comércio: — numa estancia de lenha abaixo da ermida de Nossa Senhora da Lapa, pertencente a José Rodrigues Teixeira. consta que este dissera para um seu compadre:

— Este ladrão de Sebastião José de Carvalho é quem tem culpa de tudo, pois quer fazer ricos quinze ou dezeseis homens, e empobrecer todo o reino.

Admoestado pelo compadre para não falar desse feitio, retorquiu-lhe José Rodrigues:

— Diz bem; que, emquanto esse ladrão fôr vivo, não se deve falar nele, porque me podem tambem lá meter de dentro.

De dentro vinha a ser no Limoeiro.

Referindo-lhe em seguida o bom do compadre que estava preso no Porto um homem que se dizia ser el-rei D. Sebastião, exclamou o Rodrigues:

— Rei Sebastião temos nós, mas falta-lhe o D. ou o diabo que o leve!

Conversando ainda os dois acêrca das infelizes victimas do atentado de 3 de Setembro, assentaram em que os fidalgos tinham sido uns asnos, porque não souberam fazer a sua, visto

que primeiro haviam de dar os tiros em Sebastião José (contra aquele cão! contra aquele cão! bradavam). — Quem se não admiraria de ouvir dizer que tinham degolado tão injustamente a marquesa de Távora, que arriscara a sua vida indo á India acompanhar seu marido, ao passo que a marquesa filha estava no convento de Santos assistida com toda a grandeza?! — O conde de S. Lourenço, preso no castelo de Bragança, convidava todas as noites para cear com ele um capitão, de nome Francisco Luis, o qual, mais por cortezia que por sua vontade, aceitava o convite, e nessas ocasiões lhe fez o preso algumas revelações curiosas — entre elas a seguinte: Que o marquês de Fronteira lhe contara que indo aos parabens ao sr. Sebastião José pelo titulo de conde de Oeiras, lhe dissera: «Agora, senhor, para lhe darem o titulo de marquês, é necessario fazer outra, mas que não seja tão sanguinolenta.»

O padre Boaventura de Sant'Iago, que morava na calçada do Garcia, e era irmão de um jesuita, Paulo Amaro, no estilo da época e dos esbirros, «blasfemava contra o ex.^{mo} sr. conde de Oeiras.» Persuadia que era certo o empenho do mesmo conde em meter no Santo Oficio o padre Malagrida, o que bem se mostrava pela mudança que houvera de ministros novos, pois

tinha feito bispo de Angola a frei Francisco de S. Tomé para pôr em logar dele o padre Mansilha, [1] e nomeado para o conselho geral seu irmão, Paulo de Carvalho, dando-lhe por adjunto D. Nuno Alvares Pereira de Melo, todos da sua fação, para sentencearem o padre Malagrida, missionário apostólico, um santo, «um homem santo em carne», a quem de súbito, numa missão, se tinham feito milagrosamente as barbas brancas. E para o matarem é que tinha sido demitido de inquisidor geral o sr. D. José de Palhavan, que estava no Bussaco com seu irmão António morrendo á fome! — Que tanto a prisão como a sentença fôra tudo maquinado pelo conde de Oeiras, com o fim de mostrar ao mundo inteiro que todos os jesuitas eram como ele e todos mereciam a mesma sorte. E este empenho tornou-se tão manifesto que o conde de Oeiras não só foi visto na sege do inquisidor José Barata de Lima, e ia muitas vezes ao Santo Oficio, como até assistiu ao auto de fé.

---

[1] O dominico frei João de Mansilha e frei Manuel de Mendonça, cirterciense, foram tanto da intimidade do marquês de Pombal que andavam emparelhados com ele na sátira popular — *Marquês, Mendonça e Mansilha.* — Latino Coelho, *Hist. Pol. e Mil. de Portugal*, t. I, pag. 144-149.

A ação constante do terror não só produz a degradação das almas e a baixeza dos caractéres, mas ainda o desvairamento e a alucinação. O suplício monstruoso dos conjurados de 3 de Setembro de 1758 impressionou tão fortemente a princesa do Brazil que lhe abalou para sempre a razão. A lembrança dos horrores que praticou nesse dia a justiça de el-rei fôra o bastante para lhe amargurar a existeneia, e tão involuntariamente era forçada a meditar, uma e muitas vezes, nesse pavoroso sucesso, que, apenas subiu ao trono com o nome de D. Maria I, um dos seus primeiros cuidados foi mandar proceder á revisão do processo dos Távoras. Esta extraordinária resolução era já em si um acto de demencia, e, como era natural, outros o seguiram de perto. Impacientada com as delongas inevitaveis nesse julgamento espinhoso, não só dificil, certo dia (7 de Abril de 1781) a rainha ordena que os juizes se reunam imediatamente e não possam mais separar-se sem proferir a sentença. Por fim a pobre senhora não pôde com o governo do reino, e, sendo regente o principe D. João, veiu a morrer doida, como todos sabem.

VII

Expulsão dos jesuitas de Angra

Quem não tiver conhecimento das ordens terminantes e repetidas do conde de Oeiras para que tanto a expulsão como o embarque dos jesuitas, em toda a parte e sempre, fossem feitas de noite, por evitar escandalo, poderá ainda duvidar se a expulsão e embarque dos jesuitas da cidade de Angra, na Ilha Terceira, se efetuaram de dia ou de noite, pelas razões seguintes:

1.ª — Não haver qualquer notícia de algum documento que prove ter-se feito de noite o embarque dos jesuitas de Angra, caso que se não dá, por exemplo, com o embarque dos jesuitas da vila, hoje cidade, da Horta, na Ilha do Faial, donde os jesuitas foram levados para bordo da nau *Nossa Senhora da Natividade, sendo das duas para as tres horas depois da*

meia noite do primeiro de Agosto de 1760, como se lê no *auto de entrega*, publicado em 1878 no *Arquivo dos Açores* (t. I, pag. 388 e 389);

2.ª — Afirmar a tradição constante que o embarque em Angra se fizera de dia, revestindo o suposto facto de minuciosos pormenores e circumstancias tais que parecem dar-lhe tal ou qual verosimilhança;

3.ª — Declarar solenemente o autor dos *Anaes da Ilha Terceira* (t. II, pag. 286, nota), Ferreira Drummond, que as noticias deste sucesso (*a expulsão e embarque dos jesuitas de dia*) lhe foram «transmitidas por algumas pessoas antigas e com mais discernimento pelo padre prégador fr. António da Anunciada, octogenário que vivia no seu convento da Vila da Praia pelos anos de 1816, e tinha aprendido com os jesuitas.»

Hoje, porém, em fâce dos preciosos documentos, ainda inéditos, que pertenceram ao falecido terceirense e publicista, Augusto Ribeiro, não resta a minima dúvida de que tanto a expulsão dos jesuitas do colégio de Angra, como o seu embarque na mesma nau *Nossa Senhora da Natividade*, que, na volta do Faial, aportara a Angra em 6 do dito mês de Agosto, se fizeram efetivamente de noite.

E, por ser muito interessante, transcrevo em

seguida o primeiro dos documentos, a que acabo de me referir.

OFÍCIO DO DESEMBARGADOR CORREGEDOR DAS ILHAS DOS AÇORES, HENRIQUE HENRIQUES QUARESMA DE ALMEIDA

«Na manhã do dia 6 do corrente Agosto recebi a de V. Ex.ª com a *Coleção dos breves pontifícios e leis régias*, por mão do conde de S. Vicente, Manuel Carlos da Cunha e Silveira, a cumprimento da qual se está fazendo o traslado da dita *Coleção* no livro do registo da Camara, para depois de findo e conferido se guardar o proprio livro da *Coleção* no cofre de três chaves, na fórma que Sua Magestade me ordena.

«Na noite do dito dia 6 do corrente fui avisado e o provedor da Fazenda, meu companheiro, pelo dito conde, a ordem de Sua Magestade, para com ele irmos assistir ao bloqueio, que na noite do dito dia se fez nesta cidade aos regulares denominados da Companhia de Jesus, a que assistimos, deixando-os seguros e incomunicaveis, tanto por força do militar bloqueio, como pelas sentinelas que se puzeram e ficaram á vista dos cubículos, onde se mandaram recolher, precedendo primeiro registo nos cubículos.

e mais casas onde se presumia estar alguma cousa que fizesse contra os ditos regulares.

«Nesta mesma noite fiz pôr prontos os meus oficiais, e nela partiram a fazer sequestros em todos os bens que possuiam os ditos regulares, o que com efeito assim se executou, por o dito conde de S. Vicente e o sargento-mór governador do castelo de S. João Baptista desta cidade assim m'o ordenar da parte de Sua Magestade.

«Na noite de 7 do corrente fui tambem convocado, e pessoalmente assistí á condução e embarque dos referidos regulares, que do cais desta cidade foram conduzidos á nau de guerra, que vem comandando João da Costa de Brito, tudo na fórma das ordens de Sua Magestade, com que o dito conde de S. Vicente vinha munido, e carta régia, que tem o sargento-mór comandante do castelo, que em tudo se cumpriu.

«O mesmo sargento-mór comandante me ordenou e a meu companheiro provedor da Fazenda fizessemos o inventário dos bens que existiam no colégio dos ditos padres, a que satisfizemos, dando-lhe principio no dia 8 do corrente.

«E, para com maior prestreza se findar, dividimos o emprego, ficando tocando á minha parte a igreja do dito colégio, alfaias sagradas e mais bens a ela inerentes, e a segunda parte dos bens do colégio a meu companheiro.

«E de facto já a igreja está entregue ao bispo diocesano desta cidade, para o qual colegio mandou o deão da Sé, que assinou termo no inventário de como a recebeu por ordem do bispo com todos os bens a ela pertencentes e descritos no proprio inventário, que fiz dar com os sequestros ao sargento-mór comandante do castelo para de tudo dar conta a Sua Magestade e ao Juizo da Inconfidência, e deixei ficar o traslado para segurança e procedimentos necessários.

«Todo o referido ponho na presença de V. Ex.ª que se servirá expô-lo na Rial de Sua Magestade para me ordenar o que for servido. — Deus guarde a V. Ex.ª muitos anos. — Angra, 10 de Agosto de 1760. — O desembargador Corregedor das Ilhas dos Açores, *Henrique Henriques Quaresma de Almeida.*»

O outro documento é a resposta que deu o bispo de Angra, em 11 de Agosto de 1760, ás cartas régias de 4 e 5 do mês de Julho antecedente, sobre a expulsão dos jesuitas dos Açores, resposta qne, a meu vêr, não merece ser aqui transcrita. O que ela patenteia claramente é a triste situação do bispo.

Curvado ou, antes, agachado no seu mesquinho paço, perante a visão aterradora do ministro onipotente, e segurando com mão tré-

mula os régios pergaminhos, o bispo lê assustado as ordens do conde de Oeiras, a quem tambem a tremer responde: — que tomou as providencias necessárias para que «nem pela interrução de um só dia» cessassem as práticas do culto nas igrejas dos jesuitas; — que deputou logo o deão e provisor do bispado, dr. Manuel dos Santos Rolim, para assistir ao inventário que se fazia, pelas autoridades competentes, das alfaias e bens pertencentes á igreja dos jesuitas de Angra, e que pelo mesmo inventário de tudo tomasse posse, persuadindo-o tambem a que fixasse a sua residência no colégio, para melhor atender com os precisos subalternos á consrvaçao do edificio, aceio e guarda da igreja; — finalmente, que mandou ordens semelhantes para Horta e Ponta Delgada.

Termina o bispo a sua lenga-lenga por esta ridícula genuflexão:

«A Sagrada Pessoa de Vossa Magestade guarde e prospere o Céo com as benignas e santas afluências, que os seus fieis vassalos lhe desejamos, pelo que a nossa felicidade tanto se interessa na conservação de tão preciósa vida.»

VIII

Jesuitas e outros presos de estado no Forte da Junqueira

Em um dos autos de perguntas ao desventurado conde de S. Lourenço, preso durante quinze anos no forte da Junqueira, o desembargador José Antonio de Oliveira Machado, escrivão e adjunto da Suprema Junta da Inconfidência, diz o seguinte: — «ali fiz segundas perguntas ao conde de S. Lourenço, D. João José, recluso por ordem de Sua Magestade nesta bastilha ou cadeia de estado» etc.

Dizia-se vulgarmente o forte da Junqueira, mas tal designação, por demasiado singela, não quadrava ao arrogante desembargador. «Bastilha ou cadeia de estado» — eis como ele se expressa. E esta fanfarrice, lançada em confidência no passivo instrumento judicial, significa porventura o desejo que nutria o severo magistrado de nobilitar o seu baixo ofício, de não ser car-

cereiro, mas sim qualquer outra cousa, por exemplo, o governador da bastilha portuguêsa. E' isto, pelo menos, o que parece inferir-se de um valioso manuscrito que, sem ó buscar, veiu casualmente parar às minhas mãos, como já me sucedera com um volume da correspondência do infante D. Francisco no ano de 1726, que hoje pertence a colecção de inéditos da Academia das Sciências de Lisboa, á qual tomei a liberdade de o oferecer para recreação dos estudiosos. E' o livro de registo do forte da Junqueira, em que se encontra repetida com igual jactância a mesma expressão — «bastilha ou cadeia de estado».

Quem fosse o desembargador Oliveira Machado dizem-no, melhor que ninguem, os inúmeros autos de perguntas que ele escreveu, todos de seu próprio punho, durante o largo periodo de vinte e sete anos, que tantos governou o marquês de Pombal. Ao lêl-os se conhece imediatamente que ele era de curto entendimento, não só grosseiro e rude.

E por isso havemos por mui semelhante o retrato que dele nos legou um dos ilustres presos da Junqueira, mais digno de dó:

«E' com efeito, de coração duríssimo... Não digo nada de suas letras, porque vejo que a fama terá publicado bastantemente que as não

pode haver mais garrafais; e corta o coração vê-lo estar árbitro de honras, vidas e fazendas; não entendendo o que lhe dizem, não percebendo os livros, e sendo absolutamente incapaz de toda a casta de discurso. A maior parte das vezes que nos visita é sempre para dizer maravilhas de si mesmo e principalmente do seu catolicismo [1]».

Todavia, o marquês de Pombal, quando já mortificado pelos rigores do destêrro, não duvidou exarar num documento célebre, com a obstinação própria do seu caracter, este elogio do mais dedicado e fiel executor das suas ordens:

«Pelos livros da receita e despeza da custódia da torre da Junqueira se manifestará que, sendo o presidente dela um ministro dotado de tanta bondade e caridade, como é o conselheiro José Antonio de Oliveira Machado, sempre fez quanto nele esteve para não poupar despeza ou cuidado a respeito de tudo o que podia aliviar os referidos presos [2]».

Passemos a tratar do livro.

---

[1] *As prisões da Junqueira*, pelo marquês de Alorna, 2.ª ed. pag. 3 e 4.

[2] *Contrariedade do libelo oferecido por Francisco José Caldeira Soares Galhardo de Mendanha contra o marquês de Pombal. — Apenso quarto — n.º 84* — Ms. da Biblioteca da Academia das Sciências de Lisboa.

I

Tem por título *Assento dos presos* 1.º Destinado, com efeito, a ser o primeiro de uma série que, todavia, nunca existiu, tem no princípio sete folhas escritas com os nomes dos encarcerados, e notado á margem o destino que tiveram; e no fim cinco folhas com assentos de óbito de alguns presos. Ficaram em branco todas as mais, sendo ao todo noventa e oito.

A primeira contém apenas a declaração de que esse livro era para nele se lançarem os nomes das pessoas que para lá fossem, ou as notas de quando saíssem ou falecessem. Tem esta folha a data de 10 de Fevereiro de 1757.

Diz a segunda que o desembargador Oliveira Machado foi para Belem como juiz comissário em 13 de Novembro de 1755, e que a obra do forte e bastilha da Junqueira, começada em 9 de Fevereiro de 1757, estava concluída aos 22 de Março de 1759; tendo sido este o primeiro dia em que o mesmo desembargador foi residir no forte.

Seguem os nomes dos presos, alguns dos quais transferidos de outras cadeias, como se vê das datas da sua entrada naquela, anteriores á construção do forte e até do tempo dela (1756-1758); mas de nenhum desses infelizes, que são

quatorze, farei aqui menção especial por terem passado obscuramente.[1] Paz á sua memória!

De fls. 4 em diante é que, na verdade, principia a oferecer interesse para a história o registo da bastilha portuguêsa. Contém essa folha os nomes de cinco presos, e diz assim:

«Em 22 de Março de 1759, que vim para este forte, na mesma ocasião vieram os presos seguintes que estavam na quinta do Meio (Páteo das Vacas).

«O conde de Óbidos. (á margem) Falecido.

«O conde da Ribeira. (á margem) Falecido.

«O cónego José Maria.

«D. Martinho, filho do que foi duque de Aveiro.

«António da Costa Freire, que foi desembargador. (á margem) Falecido.

O conde de Óbidos, acusado de saber que se tramava contra a vida do rei, não teve com-

[1] Deve exceptuar-se Martinho Velho Oldemberg, preso em 26 de Agosto de 1756, e o advogado Francisco Xavier Teixeira de Mendonça, preso em 2 de setembro seguinte, que foram degredados para Angola em 25 de Junho de 1760, por terem representado ao rei contra Sebastião José de Carvalho e Melo sobre «muitas coisas, entre as quais se achavam grandes *desarranjos* da fazenda rial». Veja-se o n.º V das *Prisões da Junqueira*, em que o marquês de Alorna dá tambem notícia de quási todos os outros presos de menor consideração.

tudo parte no atentado de 3 de Setembro de 1758. Visita frequente do palácio dos Távoras, entretinha muitas relações de amizade com a marquesa D. Leonor, a qual, segundo as declarações do duque de Aveiro, o havia persuadido a entrar na conjuração. Por isso foi preso na madrugada de 13 de Dezembro daquele ano, e levado ao Páteo das Vacas, donde pouco tempo depois o mudaram para o forte da Junqueira. Ali faleceu, após terriveis sofrimentos, a 10 de Março de 1761.

O conde da Ribeira Grande, D. Guido, foi delatado pelo duque de Aveiro de haver tambem conspirado com as condessas, mãe e filha, por sugestões dos Távoras e do jesuita Diogo da Camara, irmão do conde de Aveiras, concorrendo todos tres com seis moedas para se perfazerem as quarenta dadas em prémio aos executores do atentado. Preso como os outros fidalgos, ao romper o dia 13 de Dezembro, expirou no forte da Junqueira em 17 de Janeiro de 1768.

O cónego José Maria vinha a ser D. José Maria de Távora, cónego de santa basilica patriarcal e irmão do marquês Francisco de Assis de Távora. Conduzido debaixo de prisão para o Páteo dos Bichos, como todos os membros da sua familia, residentes em Lisboa, penou

dezoito anos no forte da Junqueira, donde saiu em 1777 com poucas pessoas mais da sua alta jerarquia, quando, morto D. José I, sua piedosa filha, D. Maria I, mandou, antes de mais nada, abrir as portas dos cárceres aos presos de estado.

D. Martinho de Mascarenhas, marquês de Gouveia, filho do duque de Aveiro, fôra preso com seus pais em 14 de Dezembro de 1758, na casa de campo de Azeitão, onde se divertia em andar armando aos pássaros com o regicida José Policarpo de Azevedo, que o conde de Oeiras, por mais diligências que fizesse, nunca pôde agarrar. E de todo se esqueceram daquela inocente creança, o *marquesito*, como lhe chamavam, que tambem se esqueceu... e foi vivendo até que saiu com os outros presos do forte da Junqueira.

Finalmente, o desembargador António da Costa Freire, que era todo Távoras. Os lacaios dos fidalgos, inquiridos na Inconfidência depois destes já executados, para se saber se havia ainda cúmplices no atentado, uma das pessoas que apontaram como das que mais assíduamente frequentavam o palácio dos Távoras ao Cruzeiro da Ajuda foi o desembargador Freire. O duque de Aveiro tambem o acusou de um «plano que havia feito depois do terremoto para es-

tabelecer a Junta da Providência que havia de observar o mesmo governo, composta dos duques de Lafões e de Aveiro, dos marquêses de Angeja e de Marialva, pai, do conde de S. Lourenço» etc.; plano que, tendo sido bem recebido do rei, não surtiu efeito. Preso já antes disso com outros réos, olvidaram-no entre ferros. Não resistiu á provação. O assento do seu óbito tem a data de 4 de Março de 1771.

II

Agora os jesuitas. Lê-se a fl. 5:

Jesuitas

«José Moreira. *(á margem)*. Falecido.

«João de Matos. *(á margem)*. Falecido.

«Francisco Duarte.

«Timóteo de Oliveira.

«Pedro Homem. *(á margem)*. Foi para o Santo Oficio em 10 de Janeiro de 1761 por um precatório do Juizo da Inconfidência.

«Gabriel Malagrida.

«José Perdigão, que era procurador geral.

«Jacinto da Costa. *(á margem)*. Falecido.

E' de notar que não vem neste rol o nome do padre João Alexandre, jesuita muito falado naquele tempo. Ainda muitos anos depois desses

acontecimentos ninguem sabia que fim tinham levado os padres João Alexandre e João de Matos. Supunham-nos já defuntos e, nesta parte, só se enganavam em cuidar que tinham ambos falecido no forte da Junqueira O pseudónimo *duc du Châtelet*, que escreveu já depois de terem sido mandados pôr em liberdade os presos de estado, afirma haver quem então dissesse que os dois jesuitas Matos e Alexandre tinham sido mortos ocultamente nas cadeias [1]. E o doutor José Pedro Ferraz Gramoza, cujo manuscrito intitulado *Sucessos de Portugal*, e impresso na ocasião do centenário do marquês de Pombal em 1882, alcança até á regencia do principe, que depois foi D. João VI, diz a este respeito: — «E' bem natural que os dois jesuitas João Alexandre e João de Matos falecessem no cárcere da Junqueira, onde estavam reclusos, porque não houve mais noticias deles.» (t I, pag. 173) — Mas do *Assento dos presos* mostra-se que o padre João Alexandre não chegou a entrar na Junqueira. E', pois, de crer que houvesse falecido antes de concluida a obra do forte.

Tornando á lista, cumpre notar:

---

[1] *Voyage du ci-devant duc du Châtelet en Portugal*, t. I, pag. 136.

1.º Foram oito os jesuitas presos na Junqueira.

2.º Tres ali faleceram — José Moreira — João de Matos — Jacinto da Costa.

3.º Quatro que então eram vivos — Francisco Duarte — Gabriel Malagrida — Timóteo de Oliveira — José Perdigão.

4.º Pedro Homem, remetido para o Santo Oficio.

Dos quatro que ainda viviam, Timóteo de Oliveira e José Perdigão sairam do forte em 1777, como assevera Ferraz Gramoza (t II, pag. 17), que neste ponto não se engana como quando afirma que o padre Jacinto da Costa tambem de lá saiu, sendo todavia certo que havia já muito tempo fôra sepultado no carneiro do forte. O assento do seu óbito, lançado a fls. 87, diz que ele «faleceu da vida presente de doença que Deus Nosso Senhor foi servido dar-lhe em 28 de Dezembro de 1762, e foi enterrado no carneiro do mesmo forte».

Tinham vindo da cadeia de Belem os jesuitas José Moreira, Jacinto da Costa e João de Matos, que morreram na Junqueira: o primeiro em 22 de Junho, o segundo, como fica dito, em 28 de Dezembro, e João de Matos em 4 de Setembro de 1762.

Acabou tristemente o padre Moreira, pois diz

o marquês de Alorna que ele «dentro em pouco tempo começou a fazer-se pateta.» Tinha, não obstante, intervalos lúcidos de bastante duração, e «morreu com todos os sacramentos e grandes sinaes de santidade, protestando a sua inocência e da sua amargurada religião, segundo o que podia alcançar o seu entendimento.»

José Moreira tinha sido um dos chamados *padres do Paço*, isto é, dos confessores da familia rial, que eram com ele cinco, Timóteo de Oliveira, Jacinto da Costa, Manuel de Campos e José de Araujo. O padre Moreira, confessor de D. José I e da rainha D. Mariana Victória de Bourbon, fôra no seu tempo um dos vultos principais da Sociedade de Jesus em Portugal. Contava na cadeia o conde de S. Lourenço que Sebastião José, antes de ministro, passava horas e horas com o padre Moreira. E porventura foi ele um dos jesuitas que mais concorreram para a sua elevação ao poder.

Quanto ao padre Malagrida, ninguem ignora o mau fim que teve; e de Francisco Duarte, cronista da provincia lusitana, sabe-se que era muito estudioso, e «o mais robusto de quantos aqui tem estado.»[1] Saiu em Março de 1777 com José Perdigão e Timóteo de Oliveira, e foram

[1] Cit. *Prisões da Junqueira*, pag. 47.

estes os sós jesuitas que no forte da Junqueira ouviram lêr ao desembargador Oliveira Machado as letras apostólicas em fórma de breve da extinção da Companhia de Jesus, *Dominus ac Redemptor noster*, de 21 de julho de 1773.

III

Eis aqui os ultimos presos que o implacavel ministro de D. José I tinha ido buscar ao que havia de mais selecto na aristocracia, no clero, na diplomacia e até no grémio pacífico dos homens de letras, sem outro fim mais que deixa-los penar ou morrer.

Falam por si estes nomes, lançados a fls. 5 v, 6, 6 v e 7:

Ano de 1759

1 de Abril — João de Távora. *(á margem)* Falecido.

2 de Junho — Gonçalo Cristovam Teixeira Coelho.

23 de Junho — João Bernardo, sobrinho do dito Gonçalo Cristovam.

8 de Novembro — António Freire Encerrabodes.

Ano de 1760

25 de Junho — D. João VI, frade de S. Vicente.

9 de Julho — Bento de Moura Portugal.

21 de Julho — D. Estevam, frade de S. Vicente.

Ano de 1761

2 de Janeiro — Marquês de Alorna.

» » » — Manuel de Távora.

30 de Junho — Salvador Soares Cotrim, escrivão que foi do fisco. *(á margem)* Foi para Mazagão, por tempo de dez anos, sentenciado em 26 de Fevereiro de 1762, e saiu a 3 ou 4 de Abril do dito ano.

9 de Julho — Padre António José Roiz Villavicencio.

Ano de 1762

27 de Janeiro — Nuno Gaspar, irmão do que foi marquês de Távora.

8 de Fevereiro — Conde de S. Lourenço.

Eram ao todo treze.

Digamos primeiramente dos tres irmãos do marquês de Távora, João, Manuel e Nuno Gaspar. A familia a que pertenciam põe de manifesto a causa da sua prisão. João de Távora, tendo sido convidado pelo duque de Aveiro, seu cunhado, para tambem entrar na conspiração, não sómente anuiu logo, mas até se prontificou a ser um dos executores do aten-

tado. O duque de Aveiro, que isto afirmou nas terceiras perguntas, referiu tambem nessa ocasião que João de Tavora, passado algum tempo, se retratara, exortando pelo contrário o duque «para que desistisse de tão detestavel intento pelo perigo a que se expunha de perder-se a si e á sua casa», e que neste propósito partira para Traz-os-Montes, não tornando mais a haver com ele prática ou escrito sobre tal assunto.

Não obstante, foi preso naquela provincia e conduzido pelo desembargador Manuel Gonçalves de Miranda ao forte da Junqueira, onde morreu, não se sabe ao certo quando, pois que do *Assento dos presos* não consta a data do seu falecimento, mas é de crer que fosse antes de Março de 1762, em que começaram a lançar-se naquele livro os assentos de óbito.

Tambem o não diz o marquês de Alorna, nas suas *Prisões da Junqueira:* apenas conta que ele faleceu de um ataque de apoplexia.

Nuno Gaspar de Távora estava preso no forte de S. Luzia em Elvas, quando foi mandado para o forte da Junqueira, onde, alem do cónego José Maria, encontrou Manuel de Távora, que para ali viera com o marquês de Alorna, seu companheiro de cárcere. Postos em liberdade no principio do reinado de D. Maria I,

não quizeram aceitar o perdão da rainha, por se considerarem ilibados de toda a culpa e pretenderem ser declarados tais por sentença judicial. Ordenou então a soberana, em portaria de 7 de Março de 1777, que eles se retirassem para distancia de vinte léguas da côrte, onde poderiam tratar dos meios competentes a esse fim. O cónego foi para casa de sua irmã, a condessa da Ribeira, e os outros dois irmãos para Evora.

A prisão de Gonçalo Cristovam Teixeira Coelho e de seu sobrinho João Bernardo foi devida a esses dois fidalgos terem escondido o regicida José Policarpo de Azevedo, a quem tambem depois proporcionaram a fuga. E' uma comprida e interessante historia que o leitor pode ver, se quizer, no *Perfil do marquês de Pombal* (pag. 82-84) de Camilo Castelo Branco. Aqui baste dizer que Gonçalo Cristovam, tendo sido iniquamente esbulhado do vinculo de Montalvão pelo conde de Oeiras, era natural que não morresse de amores por ele. E, quando veiu a saber-se o que Gonçalo Cristovam tinha feito a favor de José Policarpo, o conde secretário de estado mandou-o logo prender mais o sobrinho no forte da Junqueira, donde ambos tiveram a fortuna de sair para Vila Rial de Traz-os-Montes em 1777.

Inocencio Francisco da Silva parece atribuir a prisão de Gonçalo Cristovam e do seu advogado Francisco Xavier Teixeira de Mendonça á demanda que, por causa do tal vínculo, lhe intentou e por fim venceu o conde de Oeiras. Porém, Camilo Castelo Branco refuta tríunfantemente essa opinião, a pag. 80 e 88 da obra citada. Resta unicamente precisar as datas da prisão de ambos e a da saida do ultimo para o degredo, á vista do registo do forte da Junqueira. São textualmente as seguintes:

«Em 2 de Setembro de 1756 foi preso, por ordem de Sua Magestade, Francisco Xavier Teixeira, advogado nesta côrte, em casa de Gonçalo Cristovam. *(à margem)* Foi para Angola em 25 de Junho de 1760.

«Em 2 de Junho de 1759 veiu preso, por ordem do dito senhor, Gonçalo Cristovam Teixeira Coelho».

António Freire de Andrade Encerrabodes, nosso ministro em Londres, tinha muita capacidade, grande reputação, e prestara bastantes serviços; mas, levado da sua pouca afeição ao governo de Portugal, não media as expressões, e dava «algumas respostas rispidas nas cartas de oficio»[1]. Tambem falava e escrevia livre-

[1] Cit. *Prisões da Junqueira*, pag. 76.

mente do conde de Oeiras; continuava as suas relações com os jesuitas; e por todos esses motivos o lançaram nos cárceres da Junqueira.[1]

Apesar de bastante adeantado na idade, resistiu ao tormento da prisão, onde padeceu dezoito anos incompletos, sendo afinal posto em liberdade com os outros presos politicos, quando já contava perto de oitenta anos.

Bento de Moura Portugal foi preso pouco tempo depois de chegar do Brazil, onde tinha ido em comissão do governo respectiva á execução do célebre tratado de limites de 16 de Janeiro de 1750. No reinado antecedente já ele tinha sido tambem encarregado de várias comissões de serviço publico. Estimava-o D. José I, distinguia-o a rainha e prezavam-no tambem os senhores de Palhavan, o que não admira, por ser dotado de «agudissimo engenho» como a seu respeito escreveu o padre Teodoro de Almeida. Era muito das relações do nuncio e andava na roda dos fidalgos da intimidade do infante D. Pedro, os Angejas, os Marialvas, os S. Lourenço. Acusado tambem de falar mal do governo, e metido nos calabouços da Junqueira, foi um dos presos que ali mais sofreu, chegando a pretender suicidar-se.

[1] Sr. Latino Coelho — *Hist. Pol. e Mil* t. I pag. 114 e 115.

No seu longo e minucioso interrogatório escapou dos tratos, mas não da ameaça deles. Rigor desnecessário para quem respondeu sempre com a franqueza e a verdade de um perfeito homem de bem! Confessou que tinha por vezes apontado defeitos em algumas leis, indicando ao mesmo tempo o meio de as aperfeiçoar, e disse o que sabia ácerca da inocência dos Távoras e dos jesuitas no atentado contra o rei.

Bento de Moura Portugal faleceu no forte da Junqueira em 27 de Janeiro de 1766.

Moravam com os irmãos naturais do rei, D. António e D. José, no palácio do marquês de Louriçal em Palhavan, os dois cruzios vicentinos D. João VI de Santa Maria de Jesus e D. Estevam, que haviam sido seus mestres.

Tem-se atribuido a causas diferentes a prisão de ambos, mas não é este ensejo o mais proprio para demoradas averiguações.

Quem ignora que o palácio de Palhavã era tambem, no dizer daquela epoca, um lugar de constantes murmurações, maquinações e blasfemias contra o felicissimo governo de el-rei D. José e dos seus ministros? Do interrogatório de D. João VI resultou com toda a clareza que a inocência dos Távoras e da Companhia de Jesus era ponto de fé em Palhavan.

O sabio Moura Portugal, da segunda vez que foi perguntado, declarou que, quando ia visitar os filhos ilegitimos de D. João V, procurava tambem o padre D. João, com quem tinha amisade desde Coimbra; — «e que nessas ocasiões saíam para um arvoredo, e ali conversavam sem mais outrem estar presente; nem o estava na ocasião em que lhe dera as noticias que tem declarado sobre a inocência dos fidalgos que foram justiçados.» E tanto era opinião corrente no forte que os dois frades e Bento de Moura tinham sido presos por falar mal do governo que o marquês de Alorna os juntou no mesmo capitulo, a que poz a seguinte inscrição:

«Dos padres cruzios e de Bento de Moura *envolvido nas mesmas culpas.*»

D. João VI morreu a 4 de setembro de 1771; e D. Estevam saiu livre nos primeiros dias do reinado de D. Maria I.

Porque prenderam o escrivão Soares Cotrim e o clérigo Antonio Rodrigues? Diz o marquês de Alorna que por se «terem achado em casa de um e de outro alguns versos satíricos contra Sebastião José» (pag. 58). O primeiro foi degredado para Mazagão, e o segundo permaneceu no forte da Junqueira até à morte de D. José I.

Estava o marquês de Alorna nomeado embaixador de Portugal na côrte de França, quando

foi preso na madrugada de 13 de dezembro de 1758. Por ser casado com D. Leonor de Lorena, filha do terceiro marquês de Távora, Francisco de Assis, e irmã do quarto marquês do mesmo titulo, Luiz Bernardo, houve suspeita de que ele tivera conhecimento da conspiração contra a vida do rei; suspeita que o duque de Aveiro confirmou nas quartas e ultimas perguntas, declarando que o marquês de Távora, vendo o de Alorna tambem descontente do governo, o persuadira a entrar na conspiração; mas que nunca lhe constara que ele *concorresse imediatamente* para o atentado.

A sua culpa foi, pois, a mesma que a do conde de Óbidos, e a expiação dela durou quasi vinte anos de apertado cárcere.

Antes de encerrado no forte da Junqueira estivera com Manuel de Távora na torre de Belem.

O conde de S. Lourenço, D. João José Ansberto de Noronha, gentilhomem da camara do infante D. Pedro e académico de número da Academia da História, preso no castelo de Bragança, por dizer mal do governo, foi de lá transferido para a praça de Almeida, donde veiu para o forte da Junqueira.

Refere o marquês de Alorna que ele, no seu interrogatório, «disse tais coisas de Sebastião

José que o desembargador, admirado e confuso, suspendeu o acto, dizendo que não escrevia blasfemias sem primeiro dar parte: voltou no dia seguinte, já livre de toda a dúvida.» Sabemos hoje, pelos seus autos de perguntas, as *blasfemias* que ele proferiu.

Afirmou que o advogado Francisco Xavier Teixeira de Mendonça fôra preso por fazer um papel em que era acusado o conde de Oeiras, «persuadido de que S. M. assim o permitia e ainda o ordenava.»

E por isso era sua opinião que o dito advogado estava livre de toda a culpa de inconfidência, pela qual fôra preso. Que no reinado anterior eram desaprovadas resoluções régias «por muitos em que talvez entrasse o ex.mo sr. conde (de Oeiras)», sem que por tal motivo devesse julgar-se que essas pessoas tinham cometido crime. Que mal podia conformar-se com a nova doutrina, pela qual, «se tornavam inconfidentes muitos de nossos avós, tidos e havidos sempre por honrados, dos quais nos consta desaprovaram altamente as resoluções publicas. E até aquele velho que Luís de Camões apresenta na praia do Restelo a clamar contra a ideia do descobrimento da India

Oh! maldito o primeiro que no mundo
Nas ondas vela pos em seco lenho!

e a quem chama honrado, se acha privado desse caracter, que por duzentos anos se entendeu lhe competia bem, e fica tido por inconfidente, e não menos que inconfidente.»

Não se limitou, porém, o conde de S. Lourenço a falar sempre ao seu verdugo nesse tom de chistosa maledicência, que é muito de admirar na desesperada situação em que ele se via. Carregou ainda mais a mão com referências mordacissimas ao despótico regimen do valído insolente e deshumano, como foi a sùbita deposição do seu colega Diogo de Mendonça Côrte Rial, e o insólito procedimento de ser tido «por muito grande crime haver quem dissesse ou se atrevesse a dizer que podia haver quem atentasse contra a vida dos secretários de estado, e prometendo vinte mil cruzados a toda a pessoa que prendesse o que atentou contra a vida de S. M. e o poz á morte.»

O conde de S. Lourenço saiu muito doente do forte da Junqueira.

Causa dôr profunda ler nas *Prisões da Junqueira* (pag. 24):

— «Em morrendo algum preso para logo se cuida no enterro; a maior parte tem passado para a cova poucas horas depois de mortos, e desta fórma sabe Deus se enterrariam alguns ainda com vida.»

— O *Assento dos presos* veiu infelizmente mostrar que essa asserção é verdadeira. O conde da Ribeira Grande, António da Costa Freire, D. João VI e João de Matos foram todos sepultados no dia em que faleceram. O óbito e o respectivo assento tem ambos a mesma data.

Na verdade, as condições em que os presos viviam não podiam ser peores. Cada cárcere tinha de comprimento sete passos, pouco mais ou menos, e eram quasi todos tão escuros que neles se não podia ler sem candieiro. Em tais circunstancias só por milagre os presos lograriam saude, e, quando doentes, eram muito mal tratados. Tanto o ministro que servia de carcereiro como os guardas e os servos tinham tão pouca caridade com eles, que *muitas vezes*, havendo doentes de consideração, vinha o desembargador á sala dizer ao médico: — «que se fosse embora, porque não era cá necessário!» Portanto, não será temeridade acreditar que a morte de alguns presos foi em grande parte devida ao mau tratamento e á falta absoluta de cuidado.

IX

Relação exacta dos presos da Junqueira

Na *História do reinado de el-rei D. José e da administração do marquês de Pombal* de Luz Soriano (t. II, pag. 282-284) foi publicada uma relação dos presos da Junqueira, que diz Camilo Castelo Branco a pag. 88, *nota*, do seu *Perfil do marquês de Pombal*, estar *quasi exacta*. Com efeito, assim é; porque tem a mais os nomes dos jesuitas João Alexandre e José de Oliveira, que nunca estiveram naquele forte, e a menos os de sete presos, como é facil reconhecer cotejando a dita relação com a que damos adeante, fielmente extraida do registo original do forte da Junqueira.

Vão em itálico os nomes dos presos que até agora não foram divulgados pela imprensa.

Manuel Antonio Alvares de Carralho, denominado o *Fidalgo do Gradil*. — Foi para a India.

Sebastião de Castro e Lemos. — Transferido para a cadeia do Limoeiro e depois solto.

Francisco Xavier Teixeira de Mendonça, advogado em Lisboa. — Degredado para Angola.

Martinho Velho Oldemberg. — Degredado para Angola.

José Sebastião, creado grave de Martinho Velho. — Foi mandado para a Torre de S. Julião da Barra e depois para a India.

Frei Francisco Manuel de Guimarães, barbadinho. — Foi para o Santo Oficio.

Frei Clemente, barbadinho.

Frei Iluminato, idem.

Tomás Francisco Xavier Aires, homem de negocio. — Foi transferido para a cadeia do Limoeiro e depois para Angola.

O Penajoia, frade franciscano. — Fugiu em 20 de Dezembro de 1757 e, tornando a ser preso no convento de S. Francisco da Cidade, fugiu novamente.[1]

José Portelli, creado de D. João de Sousa

[1] O *Portugal antigo e moderno*, de Pinho Leal, *V. Vila Rial de Traz-os-Montes*, refere algumas particularidades do padre Penajoia, extraidas do codice n.º 657 da biblioteca municipal portuense, que se intitula *Vida Tragica e relação maviosa dos trabalhos e perseguições que sofreu frei Manuel da Rainha dos Anjos Penajoia, desde Portu-*

Calhariz. — Mudado para a Torre de S. Julião da Barra e depois solto.

Matias Toscano Perdigão, que vivia das suas fazendas na vila de Pavia. — Foi para a torre de S. Julião da Barra.

Manuel Pegado, confessor das freiras de Santa Apolónia. — Foi solto.

Manuel Pereira, chamado o *Profeta de Leiria*. — Transferido para a cadeia do Limoeiro, onde faleceu.

O conde de Óbidos. — Morreu no forte.

O conde da Ribeira Grande. — Idem.

O cónego José Maria de Távora.

Martinho Mascarenhas, filho do duque de Aveiro.

O desembargador *António da Costa Freire*. Morreu no forte.

O jesuita *José Moreira*. — Idem.

O jesuita *João de Matos*. — Idem.

O jesuita *Jacinto da Costa*. — Idem.

O jesuita *Francisco Duarte*.

O jesuita *Timóteo de Oliveira*.

O jesuita *Pedro Homem*. — Foi para o Santo Oficio.

---

gal até a Turquia, escrita por ele próprio; e, baseando-se em informações particulares, atribue a fuga do mesmo padre dos cárceres da Junqueira á intervenção da rainha D. Mariana Victória, esposa de D. José I.

Gabriel Malagrida. — Entregue ao Santo Oficio, saiu no auto de fé de 20 de Setembro de 1761, sentenciado á pena de garrote, tendo sido queimado em seguida e as suas cinzas lançadas ao vento.

O jesuita *José Perdigão*, que fôra governador geral.

João de Távora. — Morreu no forte.

Gonçalo Christovam Teixeira Coelho.

Ligam-se com a prisão deste fidalgo transmontano alguns sucessos, verdadeiramente romanticos, que seria longo expôr. E por isso bastará referir o seguinte: «quando Gonçalo Cristovam foi preso, tinha o casamento tratado com sua prima D. Francisca de Noronha Manuel Portugal. Ela, julgando-o, como todos julgaram, falecido, vestiu-se de roxo, disposta a morrer solteira. Rseurgindo ele, casaram então, e tiveram um unico filho, tambem de nome Gonçalo, seu herdeiro e sucessor. — O pai faleceu dois anos depois de sair do cárcere, e foi sepultado, bem como o filho, na sua capela de S. Braz». *(Port. ant. e mod. V. Vila Rial).*

João Bernardo, sobrinho de Gonçalo Cristovam.

António Freire de Andrade Encerrabodes, que fôra ministro na côrte de Londres.

Bento de Moura Portugal. — Morreu no forte.

D. João VI de Santa Catarina de Jesus, frade de S. Vicente. — Morreu no forte.

D. Estevam, frade de S. Vicente, mestre dos meninos de Palhavan.

Marquês de Alorna.

Manuel de Távora.

Salvador Soares Cotrim, escrivão do fisco. — Saiu degredado para Mazagão, a 3 ou 4 de Abril de 1762.

Padre *António José Ruiz Vilavicencio.*

Nuno Gaspar de Távora.

Conde de S. Lourenço.

É fora de dúvida que todas essas pessoas estiveram no forte da Junqueira, como se prova de fls. 1 do registo do mesmo forte, em que se lê o seguinte:

«Este livro ha de servir para nele se lançarem os assentos das pessoas que por ordem de Sua Magestade vierem para esta bastilha, e de quando sairem ou falecerem, o qual tem noventa e oito meias folhas numeradas por mim José António de Oliveira Machado, desembargador da Casa da Suplicação e escrivão da Inconfidência, de que fiz este termo que assinei.

Junqueira, a 10 de Fevereiro de 1757.

José António de Oliveira Machado.»

Em conclusão, os presos do forte da Junqueira foram quarenta:

Falecidos lá	9
Mandados directamente para o degredo	6
Transferidos para outras cadeias	4
Requisitados pelo Santo Oficio	3
Fugido	1
Solto	1
Postos em liberdade em 1777	16
Total	40

Os dezaseis, a quem aproveitou a clemência de D. Maria I foram os seguintes:

Marquês de Alorna.
Conde de S. Lourenço.
José Maria de Távora.
Manuel de Távora.
Nuno Gaspar de Távora.
Martinho Mascarenhas.
António Freire de Andrade Encerrabodes.
Gonçalo Cristovam Teixeira Coelho.
João Bernardo Teixeira Coelho.
D. Estevam.
Francisco Duarte.

Timóteo de Oliveira.
José Perdigão.
Frei Clemente.
Frei Iluminato.
António José Ruiz Vilavicencio.

Apendice

O ajuste de contas

Não é só de tradição, mas está estampado em muitos livros, que o marquês de Pombal, ao sair do governo, em 14 de Março de 1777, com vinte e sete anos incompletos de uso e abuso do poder, deixou nos cofres do erário régio muitos milhões de cruzados, que uns calcularam em 78, e outros em 80.

Para comprovar este asserto bastará citar dois escritores ilustres: o dr. Coelho da Rocha, que no *Ensaio sobre a história do governo e legislação de Portugal* diz o seguinte: «Foi tão próspero o estado do tesouro no reinado de D. José, que se diz terem ficado por morte dele sobras de muitos milhões», e Francisco Luís Gomes, que na sua cuidadosa monografia *Le marquis de Pombal* ainda foi mais explicito: «Pombal pouvait répondre à la démission non

seulement avec toutes ces réformes, mais encore avec les quatre-vingts millions de cruzados qu'il était parvenu à accumuler dans le trésor et qui prouvaient l'excellence de son administration aussi bien que sa probité.»

Ora, esta lenda — que, na realidade, não é outra cousa — desfaz-se como fumo ao mais ligeiro confronto com documentos oficiais, que vou aqui expôr por sua ordem, e muito resumidamente, para não fatigar a atenção do leitor.

Temos em primeiro logar o balanço dos cofres do erário no fim do ano de 1776. Este documento acusa um saldo de contas no valor de 637:562$654 réis; e as parcelas que o constituem estão mencionadas no termo desse balanço, feito em 13 de janeiro de 1777, da maneira seguinte:

«E, havendo-se outrosim, na presença do ill.mo e ex.mo sr. marquês inspector geral, contado o dinheiro, e feito o inventário dos escritos das alfandegas, e folhas da Tenência e Armazens, que se achavam recolhidos no dito rial erário, se reconheceu haver em dinheiro 27:312$335 réis; em escritos das alfandegas, 390:939$971 réis; em folhas correntes da Tenência, réis 113:238$414, e em folhas correntes dos Armazens de Guiné e India 106:071$934 réis, cujas quatro quantias perfazem justamente a de réis 637:562$654, que acima se diz importar mais a

entrada total do que a saida total, assim pelos livros da tesouraria mór, como pelos livros mestres das contadorias gerais; com declaração de que assim os escritos das alfandegas como as folhas da Tenência e Armazens, acima mencionadas, se receberam em pagamento dos rendimentos riais; e de que as suas importancias vão lançadas na entrada, como se fossem recebidas em dinheiro corrente.»

Este documento está assinado pelo próprio marquês de Pombal.

E' de saber que o falecido conselheiro José da Costa Gomes, contador geral da Junta do Crédito Público e meu condiscipulo na Universidade, fez desse documento uma análise minuciosa no tomo I (e unico publicado) da *Colecção das leis da dívida pública portuguêsa*. Observa «que este balanço não compreende todos os valores existentes no erário na data em que foi feito» e que ao saldo acima indicado de 637:562$654 réis se deve acrescentar o que existia no *cofre da reserva*.

Cumpre notar que o decreto que creou o *cofre da reserva* tem a data de 23 de Dezembro de 1773, e foi transcrito na integra, em nota por curiosidade, a paginas 4 da citada *Colecção de leis*, onde os curiosos o podem ler. Aqui bastará ponderar que, havendo o cofre principiado

a funcionar em Janeiro de 1774, e tendo como receita própria 10:000$000 réis em cada mez, ou 120:000$000 réis por ano, conforme determina o mesmo decreto, arrecadou nos tres anos de 1774, 1775, 1776, a soma de 360:000$000 réis, que passaram em saldo para o ano de 1777, visto estar averiguado pela escrituração respectiva que nos referidos tres anos nenhuma despeza se fez por aquele cofre.

Juntando, pois, esse saldo de 360:000$000 réis ao outro de 637:562$654 réis, «constituido nas diferentes especies de valores mencionados no periodo do balanço geral, que fica transcrito, apura-se a soma de 997:562$654 réis, que é realmente tudo o que existia em saldo no erário, no fim do ano de 1776», o último completo da administração do marquês de Pombal, que entre outros cargos exercia tambem o de inspector geral do erário.

Tratando-se, porém, de saber o que fossem essas *diferentes especies de valores*, em papel, que figuram no balanço, e se eram porventura realizaveis, o autor da *Colecção de leis* chegou a verificar o seguinte:

1.º Que, nos anos a que o balanço diz respeito, compreendem-se na receita 371:384$553 réis, que a titulo de emprestimo passaram dos cofres da junta do depósito público para os do erário.

2.º Que, conforme se vê do balanço, na parte que se refere á receita representada nas folhas da Tenência e dos Armazens da Guiné e India, estas eram evidentemente documentos de dívida, que se não pagaram no praso do vencimento, e por isso se admitiam ao pagamento dos direitos riais para serem pagos por encontro.

Para corroborar as suas asserções, Costa Gomes cita ainda e transcreve por extenso outro documento muito importante, que é o primeiro balanço feito ao erário em Julho de 1777, pelo marquês de Anjeja, sucessor do marquês de Pombal, e muito acertadamente observa que nele se não dá noticia de nenhuns milhões de cruzados de sobras no erário.

A demonstração é cabal.

*
* *

Em resumo e conclusão:

Ao terminar o ano de 1776, ultimo completo da administração do marquês de Pombal, por balanço dado ao erário régio em 13 de Janeiro de 1777, havia nos cofres publicos a importancia de 997:562$654 réis.

Dessa quantia se poderá discriminar, mas

não deduzir — pela simples razão de ser tudo dinheiro do estado — a soma de 360:000$000 réis, em moeda corrente, do *cofre da reserva*.

O mesmo se deve entender quanto aos réis 371:384$553, que a titulo de emprestimo tinham passado da junta do depósito publico para o tesouro nos anos a que se refere o balanço.

Em papel, *recolhido no rial erario*, estavam os escritos das alfandegas (réis 390:939$971), as folhas correntes da Tenencia (113:238$414 réis) e as dos Armazens da Guiné e India (réis 106:071$934 — ao todo 610:250$319 réis, que *se receberam em pagamento dos rendimentos riais*, como diz o balanço de Janeiro de 1777, ou *eram, evidentemente, documentos de divida, que se não pagaram no praso do vencimento, e por isso se admitiam no pagamento dos direitos riais para serem pagos por encontro*, como bem diz Costa Gomes.

Deduzindo, portanto, de réis....	997:562$654
a importancia de réis	610:250$319
a diferença é de réis	387:312$335

que vem ser os 360:000$000 réis do *cofre da reserva*, (o qual, por ser secreto, não figurou no balanço), e os tais 27:312$335 réis, que se re-

conheceu haver só em dinheiro no erário, por ocasião do mesmo balanço.

E a isso, em verdade, se reduzem os fabulosos 78 a 80 milhões de cruzados, ou sejam 31.200:000$000 réis ou 32.000:000$000 réis, da lenda josefina ou pombalina!

Algés, 1916.

Notas

Nota á parte 1.ª

Camilo Castelo Branco na cadeia da Relação do Porto

A Camilo Castelo Branco, quando apenas o conhecia pela leitura das suas obras, devi algumas finezas, que vou aqui referir, como expressão do meu reconhecimento.

No ano de 1879, em que se publicou o meu primeiro livro — *Lord Byron em Portugal* — remeti-lhe um exemplar pelo correio para S. Miguel de Seide. E na volta do correio recebia eu um bilhete de visita de Camilo — *a agradecer*. Conservo ainda esse bilhete.

Em 1881 Camilo ofereceu-me o retrato rarissimo de lord Byron, a que se refere a primorosa carta que vai a pag. 65 deste volume.

Recebi ainda dele outras cartas e bilhetes postais.

Vai em seguida uma dessas cartas, a qual, por se referir exclusivamente á minha tradução do melhor poema de lord Byron, me pareceu que iria melhor neste logar.

Diz assim:

«... Sr. Alberto Teles

«Recebi e muito agradeço os dois exemplares do Byron.

Parece-me magnificamente interpretado o canto I. Bom

seria que V., concluido o poema, anotasse os cantos, reproduzindo alguns trechos do seu trabalho *Lord Byron em Portugal*, e vertendo algumas notas preciosas que se encontram na versão franceza de Laroche e na *Life of Lord Byron with his letters and journals by Thomas Moore*. Como os factos contados vão distantes, e são históricos, talvez não desconviesse ilucidá-los. Não levante mão do seu excelente empenho, ainda mesmo que a extracção do livro não transponha já os apertados limites do nosso mercado.

Agradeço a V. a referência com que me honra no seu livro, e dê-me sempre o prazer de me mostrar que sabe quanto desejo servi-lo na minha limitada esfera.

Casa de V. 4-7-81.

De V. etc.

Camilo Castelo Branco.

No seu admiravel pamfleto *A Senhora Rataqui* Camilo fez uma amavel referência ao meu livro acima mencionado, e pouco depois nos *Ecos homoristicos do Minho*, n.º 4, apareceu uma desenvolvida apreciação do mesmo livro, á qual pertencem os periodos seguintes:

«O sr. Alberto Teles não pretende processar lord Byron nas suas eminentes faculdades nem deslindar méritos de deméritos.

«Propõe-se mostrar o que era Portugal quando o grande poeta aqui esteve em 1809, e neste intuito escreveu um agradavel livrinho de história, compacta de factos, de nomes, datas e investigações. Expõe e traduz excelentemente os documentos que Byron deixou da sua passagem em Lisboa.

«O sr. Alberto Teles compõe de elementos indisputavelmente históricos e bem urdidos o meio social que des-

culpa lord Byron de um sarcasmo que nos dardeja com grande criticismo, vingando a justiça, a civilisação e a dignidade humana. Pouco mais ou menos é isto:

O hespanhol camponês é tão altivo
Como o duque mais nobre, e assás conhece
Que distancia vai dele ao lusitano
Escravo, entre os escravos o mais reles.

«Agradeça-se ao pé coxo de lord Byron o pontapé, visto que nos deixou o osso sacro sem aleijão notavel.»

Vi-o pela ultima vez em 1889, em Bemfica, na linda vivenda do conselheiro Barjona de Freitas, que lh'a havia oferecido para lá estar algum tempo.

Camilo estava já cego. Tinha á volta de si muitas pessoas que lhe queriam falar. Quando chegou a minha vez, disse-lhe quem era e ao que ia. O insigne escritor recebeu-me amavelmente, e recordo-me bem de me ter dito estas palavras, quando me apertou a mão: *Tenho muita saudade do tempo da nossa correspondencia sobre Byron.*

O aspecto de Camilo nessa ocasião era exactamente como o descreve Alberto Pimentel a pag. 227 das *Memórias do tempo de Camilo:* «atufado numa poltrona, de boné de seda preta na cabeça, a longa pala descida sobre os olhos, embrulhado na sua velha capa hespanhola dos bons tempos romanticos, ali quedava na petrificação misteriosa dos cegos e das esfinges.»

Faltou-lhe mencionar a caixa de rapé e o lenço de seda de várias côres, desses que chamam da Índia, que tinha na mão esquerda, colocada sobre os joelhos.

Nota a pag. 75

CARTA DE CAMILO AO SR. VISCONDE DE CASTILHO, JULIO

Foi o sr. Pinto de Carvalho (Tinop) quem me deu noticia dessa carta, e dela teve a bondade de tirar cópia para se imprimir neste livro, com prévia auctorização do sr. visconde de Castilho.

A esses dois cavalheiros, que me honram com a sua amizade, os meus sinceros agradecimentos.

Nota a pag. 101

O FAC-SIMILE DA ASSINATURA DO MARQUÊS DE POMBAL

Nos ultimos dias em que geriu a pasta da justiça e dos cultos o sr. dr. Paulo Falcão, digno filho do dr. José Falcão, a quem aludi a pag. 97 deste livro, teve ocasião de examinar o processo que o governo de D. Maria I mandou instaurar na vila de Pombal ao marquês do mesmo titulo. E como se vê de uma entrevista, publicada no jornal *O Seculo* de 19 de Junho de 1915, notou ajuizadamente S. Ex.ª que nos autos das sessões, em que as instancias dos juizes eram apertadas e severas, a assinatura do marquês está feita com letra muito tremida, o que não sucede nos termos respectivos ás sessões que haviam decorrido menos agitadas para o octogenário homem de estado.

E' interessante essa entrevista, e persuado-me que o leitor estimará ler os periodos que dela vou aqui transcrever. São os seguintes:

«—Como vê, esta secretária está limpa. Ha aqui apenas este processo.

«E, indo buscar um volumoso maço de papel amarelecido pela acção do tempo, pergunta-nos:

«— Não conhece? E' o processo do marquês de Pombal. Estes autos originais é o que eu encontrei de mais interessante neste ministério. Se tivesse dinheiro, publicá-los-ia, pois são de um valor histórico extraordinário.

E, folheando os velhos cartapácios, diz-nos:

«— Ora, veja. A letra tremida com que escreveu o nome revela-nos a comoção que lhe causou a surpreza da intimação. Depois a sua letra torna-se mais firme, quando assina os depoimentos. Olhe, aqui — continuando folheando o manuscrito e apontando a rubrica do marquês — a letra, como vê, é firme... ainda é firme... sempre firme... Mas, olhe agora: volta a ser tremida. E' quando os desembargadores declaram falsos todos os seus depoimentos. De aqui em deante a sua assinatura volta a ser tremida. Sempre que o interrogatório versava sobre alguma cousa melindrosa, a mão vacila. E' curioso, pois não acha?»

Nota a pag. 103

A NOITE DE 3 DE SETEMBRO DE 1758

De uma brochura recentemente publicada com o título de — *A ultima condessa de Atouguia (memórias autobiográficas)* colhem-se os seguintes dados históricos:

De como se soube do caso dos tiros em D. José I.

Diz a condessa de Atouguia, filha do marquês de Távora:

«No dia 3 de Setembro de 1758 levou el-rei D. José um tiro de que eu não soube nada senão cinco dias depois, quando esta infelicidade se começou a romper. —

Quando á noite *(da segunda feira, 4)* me recolhi, estando ceando só, por o conde estar de guarda, disse-me o meu escudeiro Antonio Caldeira, que me servia á mesa: «Sabe V. Ex.ª que ontem á noite deram um tiro em Pedro Teixeira e que se foi curar á casa da marquesa de Angeja?» Respondi-lhe com verdade que não. — No dia seguinte, que era terça feira, estando eu em casa de minha mãe cantando ao cravo, e acompanhando-me nele um tocador chamado João Pereira, disse-nos: «V. Ex.ªs sabem que el-rei está sangrado?» Dissemos ambas que não. Acrescentou ele: «Pois está, porque domingo á noite, estando S. M. conversando com Sebastião José, deu-lhe uma vertigem, que caíu no chão, e por conta dela se sangrou.» Respondemos ambas não sabiamos nada, como assim era, e como se andava então de luto pela rainha de Castela, irmã de el-rei, minha mãe acrescentou que tanto o não sabiamos que o marquês de Távora tinha saído de luto. Daí a poucos instantes, que era depois das Ave-Marias, chegando meu pai a casa, o tal tocador lhe deu tambem a mesma noticia; meu pai, sem perda de tempo, vestido de grande gala, conforme o uso do Paço, quando se sangram as pessoas riais, foi logo ao Paço saber de S. M. e, tornando para casa com brevidade, disse que vinha de lá, onde achara de semana o visconde de Ponte do Lima, pai do visconde hoje secretario de estado, e que o dito visconde, pai, lhe dissera que S. M. estava sangrado, mas que ele ignorava o que S. M. tinha, só sabia que domingo passado, pelas duas horas da noite, se fôra chamar Sebastião José para ir ao Paço, e que, quando este saira, dissera ao visconde: «Senhor, Sua Magestade está muito doente, Sua Magestade está muito molestado», e com estas palavras se fôra embora; ele não sabia mais nada. Toda esta relação, que meu pai trouxe do Paço, ouvi eu ainda sentada ao cravo,

onde com todo o descanço tinha ficado cantando as minhas arias, e minha mãe ouvindo-as. No dia seguinte, que era quarta-feira, começou-se a espalhar que el-rei estava sangrado por ter dado uma quéda, mesmo no Paço; e nisto se variava, uns dizendo que fôra quéda, outros que era vertigem; não estou certa, nessa mesma quarta feira ou na quinta haviam umas serenatas por dinheiro, em que cantava uma centarina, onde iam fidalgos e povo. Nesse dia, estando sangrada a marquesa de Louriçal, D. Josefa, eu a fui visitar com a minha mãe, e achando lá infinita gente de fidalgos e senhoras, entre estas veiu a marquesa de Angeja; eu cheia de sinceridade e ignorância do caso disse alto e deante de todos á marquesa de Angeja: «Aqui está quem me pode tirar da dúvida, de uma novidade que me deu o meu escudeiro na segunda feira á noite, que o Pedro Teixeira no domingo á noite levara um tiro e que se fôra curar a casa de você; é certo marquesa de Angeja ou não?» A marquesa respondeu muito perturbada: «É certo que ali perto de nós mora um cirurgião.» Do modo com que ela me respondeu percebi que teria havido alguma cousa que ela me não queria dizer; mas não sabia o quê. Só fiquei com pena de lhe ter perguntado cousa que percebi que ela não queria dizer. Despedi-me para me vir embora. Na casa de fóra disse-me o marquês de Louriçal ao ouvido, muito em segredo: «Que tem el-rei?» Disse-lhe: «Não sei». Respondeu ele em segredo: «Uma *bala*». Eu estava tão fóra do que era que não o entendi e respondi-lhe: «Uma bala, eu não sei que queixa seja essa». O marquês me respondeu: «Uma bala, um tiro, indo com Pedro Teixeira.» Fiquei pasmada. — Fui com minha mãe a casa, e, ao mesmo tempo chegava meu pai da serenata, e perguntou-me o que havia de novo. Eu lhe contei o que acabava de me dizer o marquês de Louriçal, e ele me respondeu: «Assim se rom-

peu na serenata,» e esta foi a primeira vez que ouvimos que el-rei tinha levado um tiro.»

Como se vê, essa curiosa informação confirma o que dissemos a pag. 103, linhas 5 a 12, e pag. 131, ultimas linhas.

Erratas

A pag. 75, onde se lê: — Carta do sr. visconde de Castilho — deve ler-se: — Carta ao sr. visconde de Castilho.

A pag. 103, onde se lê viscondessa de Atouguia em vez de condessa de Atouguia.

Indice

Camilo Castelo Branco na cadeia da Relação do Porto:

I Chegada ao Porto em 1861 — António de Azevedo Castelo Branço, companheiro de viagem — Visita aos viscondes de Pereira Machado e convite para um baile — Camilo Castelo Branco preso na cadeia da Relação — Descrição do seu quarto — Uma bengala em troca de um autógrafo — Subita aparição de D. Ana Plácido — Notícia do baile publicada por Camilo — Falecimento de António de Azevedo Castelo Branco..... 7

II — Versos de Amelia Jany — O que era Coimbra quando Camilo por lá andou, e o que era em 1861 — Ao deixar para sempre os estudos da Universidade, Camilo vende a capa e a batina por dez tostões e um vintem, e um Tito Lívio, edição princeps, por 720 — O estudante Vieira de Castro riscado «in perpetuum» da Universidade — Primeira noticia do romance histórico de Arnaldo Gama «Um motim ha cem anos», e de um segundo livro de versos do poeta Pinto Ribeiro Junior..... 23

III — Notícia histórica dos folhetinistas do Porto — O palácio de cristal — O rombo na cadeia da Relação e o fantasma do juiz no telhado da mesma — Chegada das primeiras famílias as praias de banhos 33

IV — As Felizardas — Viagem de D. Pedro V ao Porto, Braga e Famalicão — D. Pedro V fala duas vezes com Camilo na cadeia da Relação — Previsão errada — Braga fiel e o Porto ladrão — Oferta extravagante de um cavalo lazarento, que Camilo devolve em melhor estado a quem lh'o ofereceu — A biografia de Camilo por Vieira de Castro — Juizo critico de Camilo e judiciosas observações de Alberto Pimentel sobre essa obra 41

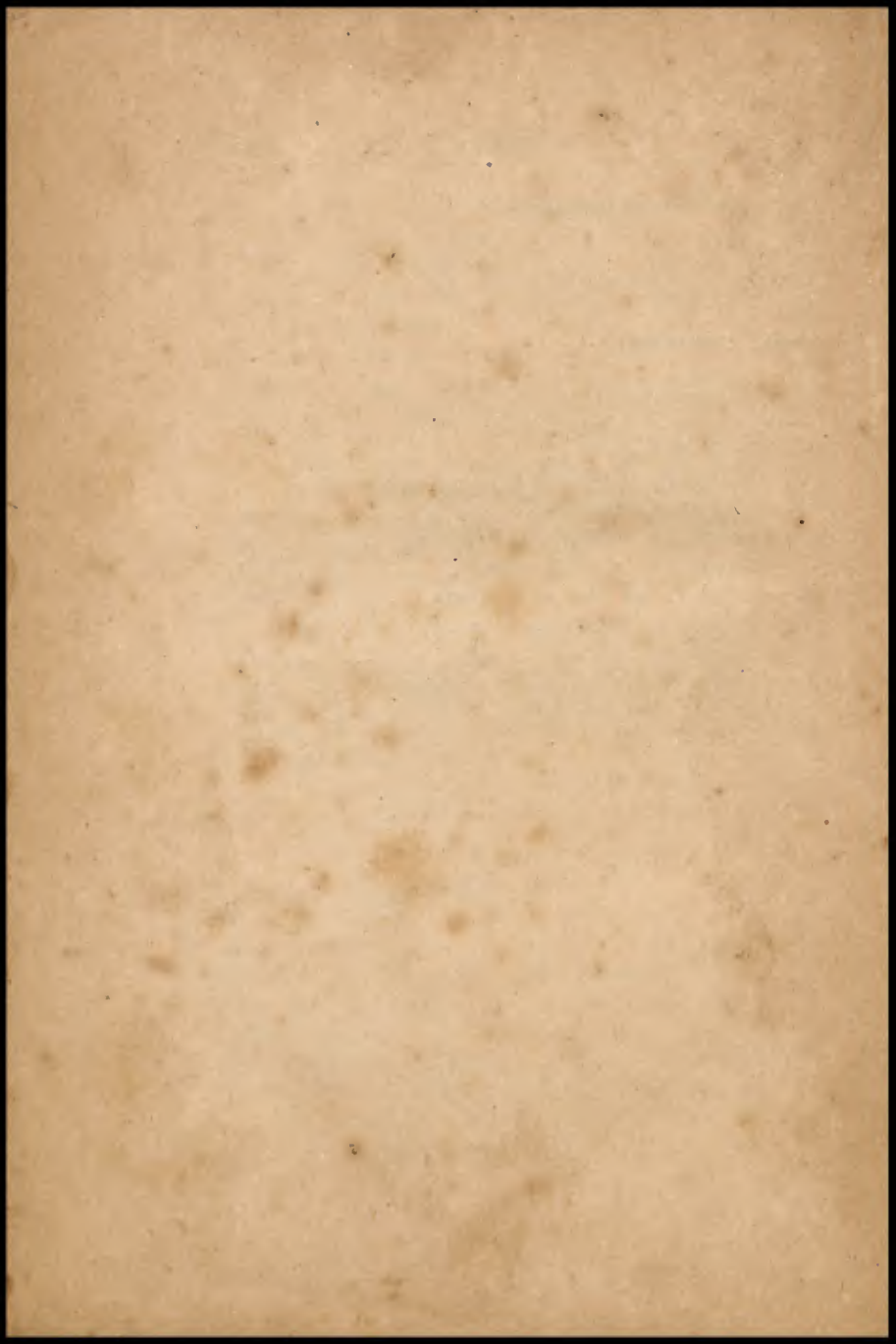
V — Trabalho incessante de Camilo para ganhar o pão de uma familia — Obras que principiou e concluiu na cadeia — O que era para ele a republica das letras — Camilo e D. Ana, sempre romanticos, correspondem-se em prosa e verso — A «Luz coada por ferros» — Tempo que ambos estiveram presos..... 57

CARTAS DE CAMILO CASTELO BRANCO:

A Alberto Teles..... 65
Carta e dedicatória ácerca das religiosas do convento de Lorvão 66
A um amigo 71
Ao redactor da *Folha Nova* 73
Carta ao sr. visconde de Castilho, Julio, até agora inédita.. 75
Ao sr. Freitas Fortuna 76

CARTAS DE ANTERO DO QUENTAL:

Ao autor 81
A Eduardo de Almeida Andrade..... 91

POMBAL E OS JESUITAS:

A José Malhôa, dedicatória..... 101
I — A noite de 3 de Setembto de 1758..... 103
II — Depois da tragédia..... 121
III — O marquês de Pombal e o dia 3 de Setembro 139
IV — A guarda do marquês 151
V — Desterro dos senhores de Palhavan..... 159
VI — D. José I e o povo de Lisboa..... 173
VII — Expulsão dos jesuitas de Angra..... 187
VIII — Jesuitas e outros presos de estado no Forte da Junqueira 193
IX — Relação exacta dos presos da Junqueira..... 217
Apendice — O ajuste de contas 225
Notas 233